



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**ESTRATÉGIAS CAMPONESAS E AS PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS NOS
TERRITÓRIOS DOS BREJOS DE ALTITUDE, GRAVATÁ - PE**

IZABELA CRISTINA GOMES DA SILVA

Recife
2015

IZABELA CRISTINA GOMES DA SILVA

**ESTRATÉGIAS CAMPONESAS E AS PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS NOS
TERRITÓRIOS DOS BREJOS DE ALTITUDE, GRAVATÁ - PE.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Dr. Claudio Ubiratan Gonçalves

Recife
2015

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB-4 1291

S586e Silva, Izabela Cristina Gomes da.
Estratégias camponesas e as práticas agroecológicas nos territórios dos brejos de altitude, Gravatá - PE / Izabela Cristina Gomes da Silva. – Recife: O autor, 2015.
140 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Claudio Ubiratan Gonçalves.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2015.
Inclui referências e anexo.

1. Geografia. 2. Camponeses. 3. Agricultura. 4. Ecologia agrícola – Gravatá (PE). I. Gonçalves, Claudio Ubiratan (Orientador). II. Título.

910 CDD (22.ed.) UFPE (BCFCH2015-129)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

IZABELA CRISTINA GOMES DA SILVA

**ESTRATÉGIAS CAMPONESAS E AS PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS NOS
TERRITÓRIOS DOS BREJOS DE ALTITUDE, GRAVATÁ - PE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco
como requisito para obtenção do título de Mestre em
Geografia.

Dissertação aprovada em 14 de agosto de 2015.

Orientador: Dr. Claudio Ubiratan Gonçalves - UFPE

2ª Examinador: Dr. Nilo Américo Rodrigues Lima de Almeida - UFPE

3ª Examinador: Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça - UFG

Recife
2015

A todos os camponeses e camponesas da América Latina com suas lutas.

"Campesino, cuando tenga la tierra sucederá en el mundo el corazón de mi mundo, desde atrás de todo el olvido, secaré con mis lágrimas todo el horror de la lástima y por fin te veré, campesino, campesino, campesino, campesino, dueño de mirar la noche en que nos acostamos para hacer los hijos, campesino, cuando tenga la tierra le pondré la luna en el bolsillo y saldré a pasear con los árboles y el silencio y los hombres y las mujeres conmigo".

Mercedes Sosa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao apoio de minha mãe para que eu conseguisse chegar até aqui. Sem esse apoio, jamais poderia ter vivenciado tantas experiências durante esses dois anos e meio. Assim como a minha irmã, que sempre esteve disposta a ouvir minhas angústias e alegrias, e a meu pai, que realizou alguns trabalhos de campo comigo.

Agradeço também a meu filho Natan, que vivenciou todo o processo de construção desta dissertação enquanto brincava pela casa, assistia televisão e realizava suas atividades escolares de casa.

Agradeço aos professores Claudio Ubiratan Gonçalves (Bira), Ana Rivas, Nilo Américo Lima, Rodrigo Dutra, Virgínia Aguiar, que me auxiliaram no desencadeamento da dissertação, assim como também fizeram com que eu pudesse expandir minhas visões e concepções de mundo.

Agradeço às camponesas e aos camponeses de Gravatá - PE, de Canudos - BA, de Tucumán - Argentina e dos múltiplos territórios pelos quais passei que me deram inspiração e força para escrever esta dissertação.

Agradeço a Victor Jara, Mercedes Sosa, Violeta Parra, Isabel Parra, Ángel Parra, Nara Leão, Edu Lobo, Tetê Espíndola, Milton Nascimento, Soledad Bravo, Silvio Rodriguez e tantos outros músicos, que com suas músicas me auxiliaram nos processos de escrita e de concentração para a construção desta pesquisa.

Agradeço às minhas amigas e amigos da *Legião do Mal*, que fizeram com que esses dois anos e meio fossem mais agradáveis, divertidos e reflexivos. Sendo pessoas muito importantes para o desenvolvimento desta pesquisa.

Agradeço *in memoriam* a Zezinho, que me acompanhou na realização de vários trabalhos de campo a sítios agroecológicos gravataenses.

Agradeço a Girlan Cândido por ter me auxiliado na construção dos mapas que estão contidos nessa dissertação.

Agradeço aos amores e desamores que passaram pela vida durante esse período, pois me ajudaram a refletir sobre minha concepção do que é ser mulher, mãe, menina, estudante, pesquisadora...

É com muita satisfação que consigo finalizar mais este projeto da minha vida, agradeço a todas e todos que me ajudaram nessa empreitada, pois hoje sou melhor do que fui e assim sigo aprendendo.

Obrigada a todas e todos que foram pacientes comigo durante esta jornada!

RESUMO

Na década de 1980 emergiram mais expressivamente no Brasil movimentos sociais (como o MST) no campo, que discordavam do modelo produtivo capitalista baseado na concentração fundiária. No mesmo período, surgiram discussões vinculadas à agricultura alternativa e à degradação da natureza. Então, em 1997 surgiram em Gravatá - PE propostas de sujeitos vinculados à AMA GRAVATÁ (Associação dos Amigos do Meio Ambiente de Gravatá), para uma produção agrícola sem insumos químicos, diversificada, que valorizava o conhecimento popular tradicional, e propunha a comercialização em feiras agroecológicas. Tais propostas materializaram-se em iniciativas de camponeses, em áreas de Assentamento rural e Acampamento de luta pela terra no município. Temos como objetivo geral analisarmos as estratégias dos sujeitos sociais camponeses para manterem-se em seus territórios como também para a conquista de mais autonomia. A partir de uma abordagem integradora da realidade, utilizamos uma metodologia de base qualitativa. Consideramos a relação sujeito-sujeito para a compreender as transformações espaciais ocorridas em Gravatá - PE, após a disseminação e estabelecimento das experiências agroecológicas. Destacamos que desde então houve melhores condições de vida e conquista de autonomia, para o campesinato agroecológico gravataense.

Palavras-Chave: camponeses, territórios, agricultura, agroecologia.

RESUMEN

En la década de 1980 surgieron más significativamente en Brasil, los movimientos sociales (como el MST) en el campo, que no estuvo de acuerdo con el modelo de producción capitalista basado en la concentración de tierras. En el mismo período, surgieron discusiones relacionadas con la agricultura alternativa y la degradación de la naturaleza. Luego, en 1997 se produjo en Gravatá - PE propuestas vinculadas a la AMA GRAVATÁ (Asociación de Amigos del Medio Ambiente de Gravatá) para la agricultura sin insumos químicos, diversificada, que valoran el conocimiento popular tradicional, y la comercialización en las ferias agroecológicas. Tales propuestas se materializaron en las iniciativas campesinas en las zonas de Asentamiento rural y el Acampamento de lucha por la tierra en la ciudad. Tenemos el objetivo general analizar las estrategias de los sujetos sociales campesinos para mantenerse en sus territorios, así como para lograr una mayor autonomía. Desde un enfoque integrador de la realidad, se utilizó una metodología cualitativa. Consideramos la relación sujeto-sujeto para entender las transformaciones espaciales, que tuvieron lugar en Gravatá - PE, después de la difusión y creación de las experiencias agroecológicas. Desde entonces hubo mejores condiciones de vida y el logro de la autonomía para los campesinos agroecológicos gravataenses.

Palabras-Clave: campesinos, territorios, agricultura, agroecología.

Lista de Mapas

- Mapa 01:** Localização do Município de Gravatá, no estado de Pernambuco, a Mesorregião e a Microrregião nas quais está situado.-----62
- Mapa 02:** Localização das Unidades Camponesas Agroecológicas no município de Gravatá - Pernambuco e na Microrregião Vale do Ipojuca.-----99

Lista de Fotos

- Foto 01:** Ruinha de São Severino, Gravatá - PE.-----68
- Foto 02:** Galinheiro em quintal agroecológico, São Severino, Gravatá - PE-----70
- Foto 03:** Ruínas do Engenho Jussará, Gravatá - PE-----71
- Foto 04:** Mata em unidade camponesa agroecológica em Gravatá - PE-----79
- Foto 05:** Nascente em unidade camponesa agroecológica em Gravatá - PE.-----
-----80
- Foto 06:** Alho branco em unidade camponesa agroecológica, Gravatá - PE-----86
- Foto 07:** Sede da Associação AMA TERRA-----93
- Foto 08:** Paisagem do caminho entre Gravatá - PE e São Severino - PE-----108
- Foto 09:** Quintal agroecológico no Assentamento Várzea Grande, Gravatá - PE-----
-----111
- Foto 10:** Cobertura vegetal no solo de quintal agroecológico no Assentamento Várzea Grande-----111
- Foto 11:** Colheita em unidade camponesa agroecológica, São Severino, Gravatá - PE-----116
- Foto 12:** Camponesa regando as plantas, unidade camponesa agroecológica, acampamento de luta pela terra, Gravatá - PE-----117
- Foto 13:** Cerca viva com feijão gandú em unidade camponesa agroecológica, acampamento de luta pela terra, Gravatá - PE-----117
- Foto 14:** Bica produzida por camponês para coletar e distribuir água em sua unidade camponesa agroecológica. Acampamento rural, Gravatá - PE-----120
- Foto 15:** Cacimba feita por camponês para armazenar água em sua unidade camponesa agroecológica, São Severino, Gravatá - PE-----120

Lista de Tabelas

Tabela 01: Número de empregados no mercado formal, segundo as atividades econômicas no município de Gravatá - PE. Ano: 2013-----74

Tabela 02: Utilização do Território por número de estabelecimentos agropecuários em Gravatá - PE.-----78

Tabela 03 Condição do produtor rural gravataense, feminino e masculino-----81

Tabela 04 Produção agrícola municipal de lavouras permanentes e temporárias de Gravatá - PE-----84

Lista de Quadros

Quadro 01: Produção Agrícola Agroecológica no Município de Gravatá - PE-----85

Quadro 02: Feiras Agroecológicas que a AMA TERRA participa-----91

Lista de Siglas

AARJ - Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro

ADN/DNA - Ácido Desoxirribonucléico

AMA GRAVATÁ – Associação dos Amigos do Meio Ambiente de Gravatá

AMA TERRA – Associação das Famílias Agroecológicas do Distrito de São Severino e seus Arredores.

ANA – Articulação Nacional de Agroecologia

ANAP - Associação Nacional de Agricultores Pequenos

APAC - Agência Pernambucana de Águas e Clima

APOrg - Associação dos Profissionais da Agricultura Orgânica

ASA – Articulação do Semi-Árido Brasileiro

ATER/NE – Rede de Assessoria Técnica e Extensão Rural do Nordeste

CAATINGA Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não Governamentais Alternativas

CBA - Congresso Brasileiro de Agroecologia

CEASA - Centro de Abastecimento e Logística de Pernambuco

CECAPAS - Centro de Capacitação e Acompanhamento aos Projetos Alternativos da Seca

CELPE - Companhia Energética de Pernambuco

CEPAL - Comissão Econômica para América Latina e o Caribe

CEPAN - Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste

CLADES - Consórcio Latino-americano de Agroecologia e Desenvolvimento

CMDR - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural

COMDEMA - Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente

COMPESA - Companhia Pernambucana de Saneamento

COMSEA - Conselho Municipal de Segurança Alimentar

CPOrg - Comissão da Produção Orgânica

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CTA de Ouricuri - Centro de Tecnologia Alternativa de Ouricuri

DED - Serviço Alemão de Cooperação Técnica

EBAA - Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa

EMATER/RS - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio Grande do Sul

ENA - Encontro Nacional de Agroecologia

EUA - Estados Unidos da América

FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

FLORAGRESTE - Cooperativa de Flores de Gravatá

GEE - Grau de Exploração Econômica da terra

GU - Grau de Utilização da terra

HTTP - Hiper Text Transfer Protocol

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICEI - Instituto Cooperação Econômica Internacional

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LECgeo - Laboratório de Estudos sobre Espaço, Cultura e Política

LEPEC - Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Espaço Agrário e Campesinato

MACAC - Movimento Agroecológico de Camponês a Camponês

MAPA/superintendência PE - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

NE - Nordeste

NEACA - Núcleo de Estudos sobre Espaço Agrário, Campesinato e Agroecologia

OCS - Organização de Controle Social

OGM - Organismo Geneticamente Modificado

ONGs - Organizações Não Governamentais

OSCIP - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PATAC - Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades

PE - Pernambuco

PLANAPO - Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária

PROÁLCOOL - Programa Nacional do Álcool

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRORURAL - Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural

PTA/FASE - Projeto de Tecnologia Alternativa da FASE

Rede PE/PB - Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas de Pernambuco e Paraíba

Rede PTA - Rede de Tecnologia Alternativa

RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural

SABIÁ - Centro de Desenvolvimento Agroecológico

SERTA - Serviço de Tecnologia Alternativa

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

T.A. - Tecnologia Apropriada

UE - União Européia

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO -----	04
Metodologia-----	09
Estratégias de Pesquisa-----	19
1 CONFIGURAÇÃO HISTÓRICO-CONCEITUAL DO CAMPESINATO E DA AGROECOLOGIA SOBRE O TERRITÓRIO	
1.1 Os Estudos Camponeses Clássicos -----	22
1.2 Os Estudos Camponeses da Pós-Guerra -----	28
1.3 A Ideologia Desenvolvimentista-----	32
1.4 Os Estudos da Agroecologia -----	34
1.5 A Transição Agroecológica-----	41
1.6 Vertentes da Ciência Agroecológica-----	45
1.7 Concepções de Território-----	54
2 TERRITÓRIOS DE GRAVATÁ - PE: SUJEITOS E PROCESSOS	
2.1 Ocupação e Utilização do Espaço Agrário -----	61
2.2 Homogeneização do Território pelo Capital-----	72
2.3 Heterogeneidade Camponesa-----	77
2.4 Processo de produção agrícola em Gravatá - Pernambuco-----	83
3 CAMPONESES AGROECOLÓGICOS E AS ESTRATÉGIAS DE ESTABELECIMENTO E DE MANUTENÇÃO DA AGROECOLOGIA	
3.1 Estabelecimento das Experiências Agroecológicas em Gravatá - PE-----	89
3.2 As Estratégias Camponesas em Gravatá - PE-----	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	122
ANEXO -----	126
REFERÊNCIAS -----	129

INTRODUÇÃO

Partindo de uma contextualização do campesinato no século XXI e das ações regidas pelas políticas estatais para a expansão do desenvolvimento, buscamos compreender qual o objetivo da atividade agropecuária sob as óticas camponesa e agroindustrial capitalista. Contextualizando os pressupostos teóricos com a realidade local, começamos a perceber e a questionar as transformações ocorridas no espaço agrário de Gravatá - PE desde a década de 1990. Temos como objetivo geral analisar as estratégias dos sujeitos sociais camponeses para manterem-se em seus territórios como também para a conquista de mais autonomia.

Na década de 1980 emergiram mais expressivamente no Brasil movimentos sociais (MST) no campo, que discordavam do modelo produtivo capitalista baseado na concentração fundiária. No mesmo período surgiram discussões vinculadas à agricultura alternativa e à degradação da natureza. Então em 1997 surgiram em Gravatá - PE propostas de sujeitos vinculados à AMA GRAVATÁ (Associação dos Amigos do Meio Ambiente de Gravatá), para uma produção agrícola sem insumos químicos, diversificada, que valorizava o conhecimento popular tradicional, e propunha a comercialização em feiras agroecológicas. Tais propostas materializaram-se em iniciativas de camponeses, em áreas de assentamento rural e acampamento de luta pela terra no município.

A partir do ano de 2009, momento em que cursei as disciplinas de Geografia Agrária e Geografia Agrária da Zona Tropical, do curso de Bacharelado em Geografia da UFPE, interessei-me pelo estudo do espaço agrário, particularmente pelo desenvolvimento das experiências agroecológicas no campo. Em 2010, como monitora das disciplinas de Geografia Agrária e Geografia Agrária da Zona Tropical reli a bibliografia indicada. A atividade foi importante para compreender a dinâmica do processo educativo.

No mesmo ano participei do curso *Agroecologia em Ação: Agricultura Semi-Silvestre*, do *II Seminário de Agroecologia de Pernambuco*, e também da *Oficina de Agroecologia: Desvendando a construção do conhecimento Agroecológico*. Ser integrante do Laboratório de Estudos sobre Espaço, Cultura e Política (LECgeo) e umas das primeiras integrantes do Núcleo de Estudos sobre Espaço Agrário, Campesinato e Agroecologia (NEACA) da Universidade Federal de Pernambuco

(UFPE), ajudou-me significativamente tanto a aprofundar leituras, como a conhecer muitas realidades do campo nordestino.

Em 2011 defendi minha monografia intitulada *Fortalecimento de Experiências Agroecológicas em Áreas de Agricultura Camponesa*, orientada pelo professor Dr. Claudio Ubiratan Gonçalves, na qual debrucei-me sobre a Feira Agroecológica de Gravatá - PE e toda a configuração sócio-cultural e político-econômica que levou a seu estabelecimento. Já em 2012, ministrei aulas de Geografia do 6ª ao 9ª na Escola João Paulo II, no Recife - PE. Fato que me possibilitou um pouco de experiência docente, e também me fez ver como os jovens adolescentes lidam com a disciplina de Geografia dentro de suas realidades.

No ano de 2013 iniciei o mestrado em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPE, e prossegui com as atividades de estudo e pesquisa no NEACA/LECgeo. Porém em 12 de maio de 2015 criamos o Laboratório de Estudos e Pesquisa sobre o Espaço Agrário e Campesinato (LEPEC), o qual sou vinculada com o projeto intitulado, inicialmente, *Dinamização espacial em Gravatá - PE, a partir de uma perspectiva do campesinato*. Tendo como objetivo principal: Analisar a força que os sujeitos sociais, camponeses e camponesas, associados à AMA TERRA podem exercer sobre o espaço. E específicos: Pontuar como se configurou a associação AMA TERRA no espaço agrário de Gravatá – PE desde sua criação. E questionar se essa associação auxiliou na expansão e manutenção das experiências agroecológicas em Gravatá, Pernambuco.

Contudo, em fevereiro de 2014 surgiu uma inquietação acerca da resistência de um campesinato agroecológico gravataense, devido à diminuição de sócios da AMA TERRA em relação ao ano de 2011. Todavia os processos de mobilização social passam por altos e baixos de acordo com a dinâmica territorial, em constante transformação.

Todas essas atividades, além do fato de ter crescido em Gravatá, me auxiliaram no entendimento da agroecologia, do campesinato, do território, do desenvolvimento capitalista, entre outros temas. Incentivando-me a relacionar a Geografia com a Agroecologia, e suas implicações sobre o território gravataense, em minha pesquisa de dissertação.

Contrapondo-se aos fatores que sustentam o desenvolvimento capitalista no campo, como a isenção de impostos, os subsídios econômicos, a legislação

condizente com o modelo desenvolvimentista, oferecida ao agronegócio por parte do estado brasileiro. Assim com as contradições que esse tipo de desenvolvimento gera, partimos da ideia de que “[...] o próprio capital pode lançar mão de relações de trabalho e de produção não capitalistas (parceria, trabalho familiar) para produzir o capital” (OLIVEIRA, 1991, p.19). Então a partir das contradições do desenvolvimento capitalista no campo, surgem em Gravatá - PE as experiências agroecológicas protagonizadas pelos camponeses, em meio às antigas áreas de monocultivo da cana-de-açúcar e de criação de gado.

Os mercados de commodities¹ agrícolas se mostram inadequados às especificidades do campesinato, principalmente no que se refere à escala de produção e ao padrão tecnológico.

Em muitas regiões do Brasil, a modernização da agricultura conduziu os agricultores a ingressarem na especialização produtiva, na monocultura e na produção de commodities, não raro destinadas ao mercado externo, o que, por sua vez, expôs esses agricultores a contextos de acentuada vulnerabilidade social. (SCHMITT, 2005, p. 78-88).

O modelo agrícola agroindustrial gera vulnerabilidade aos que não possuem grandes propriedades de terra, pois ele prioriza a monocultura baseada na utilização de fatores exógenos, como: agrotóxicos, fertilizantes químicos, sementes transgênicas, corretivos para o solo, máquinas, entre outros. Quando uma unidade produtiva é manejada segundo esta lógica, há maior propensão às pragas e doenças devido ao desgaste intensivo ao qual é exposto.

Productivity and resilience in many ecosystems are variously correlated with spatial, temporal, and genetic diversity. The ecological services provided by greater diversity of crop species, genotypes, and habitats within the agricultural landscape may enhance soil nutrient cycling, mineral retention, and regulation of pests and pathogens, and improve pollination and water quality (TOMICH et. al., 2011, p. 200).

¹ A palavra tem origem no termo commodity, da língua inglesa, que significa basicamente mercadoria. Commodities agrícolas são produtos básicos, bens comerciáveis, homogêneos, geralmente de origem primária e de amplo consumo, os quais podem ser produzidos e negociados por uma ampla gama de empresas. Podem ser produtos agropecuários, como gado, soja, café, cana-de-açúcar... O que torna as commodities muito importantes na economia é o fato de que, embora sejam mercadorias primárias, ou minimamente industrializadas possuem “negociabilidade” global. Isto ocorre em bolsas de valores, portanto seus preços são definidos em nível global, pelo mercado internacional de acordo com fatores de oferta e demanda, sofrendo assim várias oscilações de preços. **Fonte:** CASTELLO BRANCO, A produção de soja no Brasil: Uma Análise Econométrica no período de 1994-2008, 2008.

Segundo Tomich et. al. (2011) a diversidade de organismos dentro dos agroecossistemas provém à regulação contra pestes e doenças. Então quanto menos espécies existirem em uma unidade produtiva agrícola, maior será a sua dependência de insumos químicos, para que se obtenham boas colheitas.

Assim, toda lógica da agricultura capitalista agroindustrial está consorciada com a expansão do capital sobre o campo, e não possibilita a autonomia do campesinato. A compra antes de cada colheita desses insumos químicos acabam impedindo que os camponeses utilizem o dinheiro para outros fins que seriam mais proveitosos para o bem estar da família. Com relação às unidades produtivas camponesas que utilizam agrotóxicos, pontuamos o estabelecimento de uma relação de dependência entre os camponeses e a indústria, favorecendo primordialmente a segunda, devido aos altos gastos com a compra desses insumos químicos às indústrias multinacionais.

A dissertação está estruturada em três capítulos, no primeiro capítulo: Configuração histórico-conceitual do campesinato e da agroecologia sobre o território, abordaremos as questões teórico-metodológicas que a envolvem. Onde discutiremos sobre campesinato, agroecologia e território, a partir de caracterizações dessas categorias de análise. Sugerimos uma problematização destas em relação à realidade contemporânea para assim entendermos melhor as questões que envolvem o espaço agrário pernambucano.

O segundo capítulo: Territórios de Gravatá - PE: sujeitos e processos, trará uma caracterização histórico-espacial do município de Gravatá – PE, correlacionando questões de ocupação e uso do território pelos diversos sujeitos sociais. Também será abordada a dicotomia existente entre os processos de homogeneização do território pelo capital (latifúndios, monoculturas) aportado pelo estado. E as estratégias camponesas que geram a heterogeneidade por priorizarem a diversidade ecológico-natural e sócio-cultural.

No terceiro capítulo: Camponeses agroecológicos e as estratégias de estabelecimento e de manutenção da agroecologia, abordaremos como foram estabelecidas as experiências agroecológicas em Gravatá e quais as estratégias utilizadas pelos camponeses para as desenvolverem no município. Até chegarmos à contextualização dos diversos perfis do campesinato contemporâneo. Pontuaremos também a contradição do estado que financia a agricultura agroindustrial capitalista

e mesmo assim tenta legitimar-se enquanto fomentador das experiências agroecológicas.

Nas considerações finais trataremos as questões que foram relevantes para o desenvolvimento desta pesquisa e para o entendimento das transformações que os sujeitos sociais podem exercer sobre a organização do território. Propomos então ressaltar que o campesinato vem buscando ao longo de sua existência estratégias de resistência pelo direito de manutenção do seu modo de vida e pela valorização dos saberes-fazeres tradicionais.

METODOLOGIA

Ao nos debruçarmos na leitura de autores da geografia como, Smith, N. (1988); Oliveira, A. (2007), Porto-Gonçalves, C. (2006) para compreender o processo contraditório do desenvolvimento capitalista no campo brasileiro, correlacionando com a abordagem multidimensional do território, vista em Haesbaert, R. (2006), Raffestin, C. (1993) e Fernandes, B. (2008). Além dos estudos camponeses de Chayanov, A. (1924); Oliveira (1991), e de estudos sobre Agroecologia, extensão rural/desenvolvimento rural e transição agroecológica como: Sevilla-Guzmán, E. (2006); Caporal, F.; Costabeber, A. (2007); Petersen, P.; Schmitt, C. (2009), para assimilar como se desenvolveram no Brasil as experiências agroecológicas, colocadas em prática pelos povos camponeses. Interessamo-nos pelo estudo do espaço agrário gravataense, tendo inicialmente como categorias de análise o campesinato, o território e a agroecologia.

Devido ao fato de ter nascido em Gravatá, município localizado no Agreste Central pernambucano, me possibilitou observar as transformações no espaço agrário desse município, que até 1997 não obtinha produção e comercialização de alimentos agroecológicos. Essas transformações trouxeram alterações na estrutura territorial da cidade, com o surgimento de Assentamentos rurais e Acampamento de luta pela terra, e com a existência de uma área onde é realizada a feira convencional e outra destinada para a feira agroecológica.

Assim como na dinâmica da produção do espaço agrário gravataense, que anteriormente possuía muitos latifúndios monocultores. E também era muito utilizado potenciais exógenos (agrotóxicos, fertilizantes químicos, corretivos, entre outros) no processo produtivo. A partir do surgimento dessas transformações espaciais em Gravatá, associada à minha relação estreita com o município, surgiu o insight de estudar a problemática que o envolve.

Correlacionando os pressupostos teórico-metodológicos com a realidade objetivo-subjetiva, pontuamos a relevância do encaminhamento dessa pesquisa, que deu visibilidade aos modos de vida camponês, aos territórios camponeses e às experiências agroecológicas, em contraponto ao avanço do capital no campo. Além de ter possibilitado o diálogo entre a Geografia e a Agroecologia.

Temos como hipótese que as práticas agroecológicas realizadas pelos (as) camponeses (as) gravataenses podem desencadear um processo consolidador dos modos de vida camponês, priorizando assim a satisfação das necessidades desta classe e buscando melhorar as condições de vida das famílias camponesas agroecológicas.

Contudo pontuamos que nesta pesquisa melhorias nas condições de vida estão associados à diminuição ou ausência da insegurança alimentar, acesso à terra, acesso à água limpa, acesso a uma dieta - alimentar variada, acesso à políticas públicas condizentes com a realidade dos beneficiados, diminuição de problemas de saúde relacionados à aplicação de agrotóxicos (cansaço, tontura, vômito, desmaio, alergia), valorização dos povos e do conhecimento tradicional camponês, ausência da dependência da compra de insumos químicos, ausência do trabalho degradante nos latifúndios, ter mais autonomia para comprar bens de consumo e de produção.

Ao admitirmos que os fatos não possam ser considerados fora de um contexto social, cultural, político, econômico e histórico, o objetivo geral desta pesquisa é:

a) analisar as estratégias dos sujeitos sociais camponeses para manterem-se em seus territórios e desenvolverem as experiências agroecológicas; e o processo de busca por mais autonomia. Correlacionando com a força que os sujeitos sociais (campesinato, engenheiros agrônomos, funcionários públicos, advogados, técnicos e profissionais vinculados ao Centro Sabiá, ao SERTA e representantes de redes missionárias italianas) podem exercer sobre o território.

Os camponeses praticantes da agroecologia em Gravatá - PE são associados atualmente à AMA TERRA (Associação das Famílias Agroecológicas do Distrito de São Severino e seus Arredores). O estabelecimento das experiências agroecológicas gravataenses advêm essencialmente de dois processos.

Primeiro o de luta pela terra no município a partir de 1994 que fez surgir os Assentamentos rurais Perseverança (1995), Várzea Grande (1996) e o Acampamento de São Severino (desde 1996). E o segundo, em 1997, com a criação da AMA GRAVATÁ (Associação dos Amigos do Meio Ambiente de Gravatá). Esta foi desenvolvendo atividades, junto aos camponeses, de incentivo e experimentação do

manejo ecológico da terra, como também conscientização dos malefícios gerados pelos agrotóxicos. Logo em seguida, veio a iniciativa de criar uma Feira Agroecológica em Gravatá, que existe até hoje (2015).

O avanço da agroecologia gravataense é relacionado à luta camponesa por terra, eclodida nos anos 1980/90, vinculada ao Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), além da resistência camponesa para manter-se no território e manter seu modo de vida. Segundo relato de agricultores em trabalho de campo, até o início dos anos 1990 a maioria dos camponeses gravataenses possuíam pouca ou nenhuma terra para trabalhar, quadro relacionado à concentração de terras nas mãos de poucas famílias.

Possuímos no Brasil uma constituição limitada aos interesses dos latifundiários, sendo muitos destes integrantes da bancada ruralista² que compõe a Câmara Federal, o Senado, como também o Judiciário. Este vínculo entre política e latifúndio é antigo, ocorre desde os primórdios do período colonial e foi materializado pela Lei das Sesmarias³ como afirma Moreira (2011, p. 137-138):

É por conta dessa lei que durante todo o correr do tempo a fazenda centra as relações globais do espaço brasileiro, hierarquiza e institui, embaixo de suas necessidades de reprodução da fazenda de gado à policultura de subsistência, a sociedade brasileira como uma sociedade agrária. E, mesmo quando a centralidade do ordenamento espacial passa para a fábrica, é ainda a norma de arranjo emanada da Lei sesmarial a regra da organização que determina, dada a presença-chave estrutural do monopolismo fundiário.

Moreira (2011) ressalta o papel exercido pela concentração fundiária brasileira na constituição de políticas públicas, territoriais, programas sociais e reordenamento espacial do país. Segundo a lógica monopolista, viabilizada pelo

² Bancada ruralista é o termo utilizado no Brasil para designar os latifundiários, que possuem cargos como deputados, senadores, juízes... Sempre legislando em favor de si próprios. Além de terem ligação com empresas multinacionais do agronegócio, crimes ambientais e crimes contra os povos camponeses e indígenas. **Fonte:** República dos ruralistas [Internet]. República dos ruralistas. acesso em 2015, Mai. 20.

³ A Lei Sesmarial foi instituída a partir da Coroa Portuguesa e dos capitães-donatários de cada Capitania Hereditária durante o Brasil Colônia. As sesmarias eram lotes de terra menor, que eram doadas a um sesmeiro com o intuito, principalmente, de tornar a terra produtiva. É no contexto das sesmarias que surge a *plantation*, sistema vastamente utilizado na exploração europeia da América, constituído da utilização de mão-de-obra escrava africana e de plantações monocultoras. No Nordeste brasileiro destacam-se os latifúndios monocultores de cana-de-açúcar como produto dessa lei. **Fonte:** NOZOE, N. Sesmarias e apossamento de terras no Brasil colônia, 2006.

pacto federalista, a erradicação dos latifúndios é algo fora de qualquer cogitação, dessa forma as políticas serão direcionadas à manutenção e expansão daqueles sobre os territórios. No Brasil quem detêm a propriedade privada da maior parte das terras possui também o poder político sobre a organização e reorganização territorial em escala nacional.

Dessa maneira, sem a posse dos meios de produção (terra), o campesinato gravataense e de cidades circunvizinhas, em sua maioria, acabava trabalhando nos latifúndios do antigo Engenho Jussará e da Usina N. Senhora do Carmo. Então como não tinham terra manejavam as terras dos latifundiários de acordo com a lógica da agricultura agroindustrial capitalista.

A falta de acesso à terra não proporciona o estabelecimento das experiências agroecológicas. Tendo em vista que "É a partir da segurança gerada pelo acesso à terra que as famílias assentadas esboçam diferentes estratégias para conseguir a reprodução do grupo doméstico". (FIGUEIREDO, 2011, p.33). Logo, torna-se impossível as famílias camponesas desenvolverem estratégias para melhorar suas condições de vida nas terras do agronegócio.

Entretanto, nas unidades camponesas de produção são encontradas muitas dificuldades, como: o limitado apoio estatal, problemáticas relacionadas à comercialização e ao manejo da terra, burocratização do processo referente à reforma agrária, estabelecimento tardio de infraestrutura básica nas áreas de assentamento, entre outros. Todavia apesar desses entraves destacaremos as estratégias utilizadas pelo campesinato de Gravatá - PE para sobressair-se e colocar em prática as experiências agroecológicas. Propondo caracterizar uma unidade produtiva camponesa em experiência agroecológica, Petersen (2014) afirma:

As experiências sistematizadas pela AARJ demonstram que a luta por autonomia manifesta-se em várias esferas da existência: no âmbito do manejo produtivo, na organização para a comercialização, no encurtamento dos processos que encadeiam a produção e o consumo, na revalorização de saberes e práticas culturais, na afirmação de identidades socioculturais, no empoderamento das mulheres, na construção do protagonismo juvenil, na reconstrução da cultura da paz e do cuidado em comunidades urbanas conflagradas, etc. O reencontro com a natureza também aparece como elemento estruturante e como pano de fundo do conjunto dessas práticas emancipatórias. Por meio dessa reconciliação, a produção econômica e a reprodução social são ressituidas, material e simbolicamente, como dinâmicas de co-produção entre o humano e a natureza. Nessa concepção,

a noção de desenvolvimento enfatiza processos endógenos que canalizam os saberes e o trabalho em direção aos potenciais ambientais localmente disponíveis. (PETERSEN, 2014, p. 13).

Petersen (2014) pontua que a caracterização das experiências agroecológicas perpassa por questões: técnicas (manejo ecológico, organização produtiva), sócio-culturais (valorização das identidades, do conhecimento tradicional, da mulher, dos jovens) e econômicas (ciclo curto de comercialização, relação produtor-consumidor). Então a partir desses aspectos iniciarão processos de reconciliação entre os seres humanos e a natureza, utilizando o potencial endógeno material (solo, vegetação, água) e imaterial (saberes-fazeres) existente em cada território para estabelecer as experiências agroecológicas.

Tendo em vista essas questões que nortearam o objetivo geral (questão agrária, estabelecimento de experiências agroecológicas), temos como objetivos específicos desta pesquisa:

- a) pontuar e analisar as diferenças entre os sujeitos sociais praticantes da Agroecologia;
- b) Mapear os territórios camponeses agroecológicos.

É importante destacarmos o papel das políticas públicas no desencadeamento das experiências agroecológicas, considerando que no Brasil a Agroecologia está também associada aquelas, devido à implementação em 2013 de planos políticos como o PLANAPO⁴. Segundo Gehlen (2004, p. 95). As políticas de tipo participativas e dirigidas para segmentos específicos (como é o caso do Pronaf⁵), embora apontem para mudanças, tendem a fortalecer os que apresentam racionalidade “moderna”.

Nessa perspectiva é apontado que apesar de existirem programas e projetos voltados para a agricultura camponesa, eles são em sua maioria baseados no princípio da competitividade e na inserção do agricultor familiar⁶ (nomenclatura utilizada pelo estado para caracterizar o homem do campo) no mercado. Ou seja,

⁴ Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.

⁵ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

⁶ Para mais informações ver: SILVA, A. D. da Da tecnologia alternativa à Agroecologia: a contribuição das organizações populares de Pernambuco para a mobilização e ação em redes, 2011, p.54.

grande parte das políticas de desenvolvimento rural não prioriza a manutenção do modo de vida e conhecimento camponês.

Ao considerarmos os aspectos socioculturais indissociáveis dos político-econômicos e dos naturais, principalmente tratando-se da agricultura, propomos para o desenvolvimento desta pesquisa uma abordagem integradora.

Considera-se que a propriedade rural familiar pode ser entendida como um sistema básico de análise, entretanto, diverso e dotado de relações/interações, endógenas e exógenas, onde o produtor, sua unidade de produção e sua família constituem as partes centrais da investigação. Valendo-se de racionalidades sócio-econômicas distintas, os produtores fazem escolhas diferentes no que se refere ao trabalho familiar, a organização produtiva, as práticas agrícolas e as técnicas utilizadas, portanto, nem todos adotam as mesmas formas de uso dos ecossistemas, o que resulta em agroecossistemas diversificados. (MACHADO et al., 2009, p.02).

Segundo Machado et. al. (2009) as unidades produtivas camponesas diferem-se entre si de acordo com a fisiografia, saberes-fazeres familiares, estrutura organizacional, processo de ocupação e uso do território, como também de questões político-econômicas externas e até antecedentes a seu estabelecimento. Dessa relação com o exógeno podemos considerar a questão agrária.

O conceito "questão agrária" pode ser trabalhado e interpretado de diversas formas, de acordo com a ênfase que se quer dar a diferentes aspectos do estudo da realidade agrária. Na literatura política, o conceito "questão agrária" sempre esteve mais afeto ao estudo dos problemas que a concentração da propriedade da terra trazia ao desenvolvimento das forças produtivas de uma determinada sociedade e sua influência no poder político. Na Sociologia, o conceito "questão agrária" é utilizado para explicar as formas como se desenvolvem as relações sociais, na organização da produção agrícola. Na Geografia, é comum a utilização da expressão "questão agrária" para explicar a forma como as sociedades, como as pessoas vão se apropriando da utilização do principal bem da natureza, que é a terra, e como vai ocorrendo a ocupação humana no território. Na História, o termo "questão agrária" é usado para ajudar a explicar a evolução da luta política e a luta de classes para o domínio e o controle dos territórios e da posse da terra. (STEDILE, 2005, p. 15).

Assim, acreditamos que devemos considerar a questão agrária na análise da agricultura agroecológica camponesa gravataense, pois este aspecto é tão importante quanto as funções das espécies vegetais e animais, juntamente com o solo exercem sobre a dinâmica da agricultura.

Assim, pretendemos compreender a agroecologia em Gravatá - PE a partir de uma perspectiva não segregadora, considerando os aspectos (de naturais a políticos) que a envolvem. Aproximamos-nos da perspectiva agroecológica desenvolvida pelos estudos realizados na Universidade de Córdoba - Espanha, como o de Figueiredo (2010), por acreditarmos que torna-se difícil a compreensão da Agroecologia sem relacionar a agricultura com a estrutura, conjuntura e questões culturais as quais ela está inserida.

Para nos auxiliar no desencadeamento do trabalho de campo da Geografia, utilizamos a perspectiva de Kayser (1985), destacando o que está na essência das resistências dos povos para a realização de uma análise social.

É uma observação que pode ser transposta para quem realiza pesquisa de campo. Para este, o familiar, o cotidiano, é o importante, o significativo. E a análise social deve ser feita a partir do que está no cerne da vida das pessoas, do que condiciona sua existência atual e seu futuro, do que o passado fez deles. Daí a importância dos níveis cultural e político. (KAYSER, 1985, p. 35).

O autor ressalta a importância de considerar as dimensões político-culturais para a compreensão da realidade objetiva e subjetiva dos sujeitos. Propondo que a partir dessa consideração recorre-se a uma imersão na vida cotidiana desses sujeitos. Possibilitando assim a obtenção de respostas mais esclarecedoras durante o desencadeamento da pesquisa.

Dessa forma a obtenção de relatos dos 17 camponeses (ouvidos e gravados em trabalhos de campo realizados nas unidades produtivas camponesas), contextualizados com os pressupostos teóricos, ajudaram no entendimento das experiências em agroecologia de Gravatá - PE, como também das diferentes dimensões que envolvem a agricultura camponesa gravataense. No processo de desenvolvimento deste estudo será considerada a relação dinâmica entre o mundo real e os aspectos simbólicos e ideológicos dos sujeitos.

Utilizaremos uma metodologia de base qualitativa abordada como pesquisa participante na perspectiva de Brandão et. al. (2007), contendo entrevistas semi-estruturadas com os camponeses gravataenses, análise documental (fotografias, ofícios) e levantamento bibliográfico (livros, artigos, periódicos). Apesar das múltiplas dimensões que a pesquisa participante engloba, optamos pela proposição de

interação entre pesquisadores e sujeitos sociais das situações investigadas, apreendendo o ponto de vista desses sujeitos em relação à realidade, para compreender suas visões (cosmovisões) de mundo.

A relação tradicional de sujeito-objeto, entre investigador-educador e os grupos populares deve ser progressivamente convertida em uma relação do tipo sujeito-sujeito, a partir do suposto de que todas as pessoas e todas as culturas são fontes originais de saber. É através do exercício de uma pesquisa e da interação entre os diferentes conhecimentos que uma forma partilhável de compreensão da realidade social pode ser construída. O conhecimento científico e o popular articulam-se criticamente em um terceiro conhecimento novo e transformador. (BRANDÃO et. al., 2007, p. 54).

Segundo os autores, todas as culturas e sujeitos são detentores de conhecimento, sendo assim no processo de pesquisa deve-se estabelecer uma relação horizontalizada (de igual para igual), que permita o diálogo e transpasse as emoções (riso, choro), para a partir dessa relação buscar compreender as transformações espaciais da realidade estudada. Contudo, ressaltamos o importante papel do trabalho de campo como momento de observação e correlação dos elementos teóricos com os modos de vida, objetivando a análise crítica da problemática em questão.

As entrevistas foram extraídas e analisadas a partir da análise do discurso, segundo a perspectiva Bakhtiana, que considera a memória enquanto parte constitutiva do enunciado, centrada nas antecipações do dito e/ou não-dito. Pontuando que não há enunciado que não se constitua a partir de outro, assim a subjetividade está relacionada ao histórico-social dos sujeitos.

Dessa forma consideramos no momento de analisar as entrevistas, as questões políticas, históricas, sociais e culturais pelos quais os sujeitos entrevistados passaram e estão inseridos. Pois a maneira como cada discurso é falado, expressado, e também o que é ocultado no discurso (não-dito) resulta dessas questões.

No caso desta pesquisa precisamos considerar a questão agrária, a concentração fundiária, o processo de luta por terra, as mobilizações sociais em prol da disseminação da Agroecologia, os processos de comercialização dos alimentos ocorridos em Gravatá - PE, para assim compreendermos o que cada sujeito social entrevistado quer dizer ou não dizer durante as entrevistas. Ao admitirmos as

simbologias presentes em cada discurso realizamos uma reflexão que transpassa a fala explícita, e busca entender também o que está implícito de acordo com o contexto sócio-político, cultural e histórico-econômico.

O conhecimento científico cartesiano por muito tempo marginalizou os saberes-fazer populares tradicionais, dessa maneira, a partir do diálogo de saberes entre camponeses e pesquisadores propomos trazer visibilidade às percepções e estratégias utilizadas pelo campesinato para reproduzir-se, como também ao seu conhecimento e processo criativo.

Os camponeses que trabalham com sistemas de produção tradicionais têm conhecimento e compreensão sofisticados sobre a biodiversidade agrícola que manuseiam. É por essa razão que os agroecologistas opõem-se àquelas abordagens que separam o estudo da biodiversidade agrícola do estudo das culturas que as alimenta. (ALTIERI, 2009, p. 34).

O autor valoriza o conhecimento dos povos camponeses em contraposição aos estudos que descaracterizam esses saberes, por não possuírem fundamentação científica. Propondo assim, que, para avançarmos nos estudos da agroecologia precisamos compreender as relações existentes entre a natureza e seu manejo pelo campesinato.

Outra referência que nos auxiliou metodologicamente no desencadeamento deste estudo é a análise do discurso na abordagem de Silva (2009). "O ato de enunciar, nesses termos, é revelador das condições históricas, registrando o lugar socioideológico no qual o sujeito se posiciona". (SILVA, 2009, p. 99). Todavia a análise do discurso objetiva que a inscrição ideológica demonstre os efeitos de sentido arraigados no discurso.

Buscamos compreender as entrevistas considerando o aspecto da monumentabilidade, considerando mais que sua materialidade linguística e significados literais das palavras. Já que seus sentidos não são fixos, remetem a um processo, à incompletude. A monumentabilidade remete a um processo, à incompletude, ao espaço do discursivo.

Não há palavra que seja a primeira ou a última, e não há limites para o contexto dialógico (este se perde num passado ilimitado e num futuro ilimitado). Mesmo os sentidos passados, aqueles que nasceram do diálogo com os séculos passados, nunca estão estabilizados (encerrados, acabados de uma vez por todas). Sempre se modificarão (renovando-se) no desenrolar do subsequente, futuro. Em cada um dos pontos do diálogo que

se desenrola, existe uma multiplicidade inumerável, ilimitada de sentidos esquecidos, porém, num determinado ponto, no desenrolar do diálogo, ao sabor de sua evolução, eles serão rememorados e renascerão numa forma renovada (num contexto novo). Não há nada morto de maneira absoluta. Todo sentido festejará um dia seu renascimento. O problema da grande temporalidade. (BAKHTIN, 2000, p. 413).

Atenta-se que o discurso, assim, nunca será homogêneo, isolado ou estanque, ele se constrói na perspectiva Bakhtiniana, no diálogo entre o sujeito e o interlocutor com outros discursos (o interdiscurso) ou mesmo os silêncios (o não-dito), que fazem o sujeito transpor os efeitos dos sentidos no discurso. Na análise discursiva coloca-se o sujeito (aquele que tem sua existência apreendida sócio-historicamente) como referência central da análise, levando em consideração a colocação do sujeito no discurso relacionada com as questões sociais, histórico-culturais, ideológicas e às circunstâncias. Para apreender os sentidos em momentos distintos, que vão se correlacionar com aqueles processos e com a relação estabelecida durante as entrevistas.

Contudo, concordamos com as contribuições de Foucault (1995), que apesar de sua heterogeneidade, os enunciados possuem limitações por não serem erradicados de história, logo tem anterioridade como também podem ser sucedidos, caracterizando a parte ideológica e/ou inconsciente, cooperativa e interpessoal de cada discurso. A partir desses referenciais metodológicos procuramos apreender e compreender as regularidades (a partir da classe camponesa), como o processo de luta pela terra e as singularidades (dos sujeitos) como as estratégias, existentes nos discursos documentados (gravados e anotados) durante as entrevistas realizadas nos trabalhos de campo.

Na transcrição das entrevistas ressaltamos a importância de terem sido transcritas integralmente, ou seja, iguais às falas originais. Como afirma WHITAKER et. al., "É evidente que a sintaxe de qualquer discurso deve ser respeitada para que uma transcrição seja fidedigna. [...] Transcrever erros de sintaxe não configura, falta de respeito em relação à fala do outro". (WHITAKER et. al., 2002, p.116).

Dessa forma acreditamos que o discurso, mesmo não coincidindo com a norma culta da língua, possui validade para auxiliar no processo de construção do conhecimento, como também para a disseminação do próprio conhecimento popular tradicional, o qual foi negligenciado pelo positivismo lógico.

ESTRATÉGIAS DE PESQUISA

A pesquisa foi desenvolvida em três etapas, a primeira realizada no ano de 2013, desenvolveu-se na busca de referencial bibliográfico e em uma revisão da literatura teórico-metodológica. As abordagens utilizadas para desenvolver a metodologia da pesquisa foram de Bakhtin (2000), Brandão et. al. (2007), Machado et. al. (2009), Kayser (1985), Figueiredo (2010), Whitaker et. al. (2002).

A segunda etapa, realizada durante o ano de 2014 decorreu da busca de informações sobre Gravatá - PE via internet e em sites oficiais das instituições de pesquisas de informações. Destas foram organizadas tabelas, que auxiliaram na compreensão do processo de ocupação do território nesse município. A pesquisa se deu em sites de órgãos públicos, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Também foram realizadas pesquisas em páginas de organizações não-governamentais que atuaram em Gravatá - PE para o estabelecimento das experiências agroecológicas, como o Centro Sabiá, e em fontes documentais (livros, teses, dissertações, artigos) sobre o histórico de organização territorial.

A terceira etapa foi a realização dos trabalhos de campo durante o ano de 2014, janeiro e março de 2015. O trabalho de campo se desdobrou a partir de visitas ao sistema organizacional e econômico das unidades camponesas agroecológicas de Gravatá, Pernambuco, relacionando-as com os aspectos socioculturais e histórico-político dos camponeses. Para compreendermos como se deram as estratégias dos camponeses para manterem-se em seus territórios e desenvolverem as experiências agroecológicas, pontuando o papel desses sujeitos sociais no processo de reorganização territorial realizamos entrevistas semi-estruturadas com 17 (dezessete) camponeses.

Ao admitir as contribuições de Marangoni (2005), seguimos um roteiro de entrevista (anexo) com questões básicas, que se repetiram em diferentes situações, contudo passaram por certa flexibilidade e adaptabilidade de acordo com o desenvolvimento das entrevistas.

Com as respostas dos camponeses agroecológicos gravataenses aos questionamentos, analisamos as questões que envolvem o surgimento, disseminação e manutenção das experiências agroecológicas em Gravatá - PE, destacando a multiplicidade de manejos, ideais, estratégias e as diferenças existentes entre os sujeitos, diferenças no acesso às políticas públicas, como as dificuldades que são variáveis em cada unidade de produção.

Ao todo foram realizados quinze (15) trabalhos de campo em dez (10) unidades camponesas agroecológicas, tendo uma no Assentamento Perseverança, uma no Assentamento Várzea Grande e oito no Distrito de São Severino. O primeiro campo foi realizado na segunda semana de março de 2014, na Ruinha de São Severino, onde moram a maioria dos camponeses agroecológicos gravataenses. Nesse campo conversamos com os agricultores associados à AMA TERRA acerca de problemáticas, que envolvem a agricultura agroecológica no município, como a comercialização dos alimentos e o acesso a programas sociais.

O segundo campo foi realizado também em março de 2014 em uma unidade agroecológica camponesa localizada no Assentamento Várzea Grande. Enquanto o terceiro, quarto e quinto foram realizados em agosto de 2014 na Ruinha de São Severino em cinco unidades produtivas agroecológicas localizadas no acampamento de luta pela terra, estabelecido em área do antigo Engenho Jussará desde 1996. Na Ruinha de São Severino fomos também a duas unidades camponesas floricultoras.

O sexto trabalho de campo ocorreu na primeira semana de dezembro de 2014, na única unidade agroecológica localizada no Assentamento Perseverança. Já os sétimo, oitavo, nono e décimo trabalhos de campo foram realizados nas unidades produtivas agroecológicas localizadas em São Severino, na segunda quinzena de dezembro de 2014. Do décimo primeiro ao décimo quinto trabalho de campo foram realizadas visitas a todas as experiências agroecológicas com um instrumento de localização por satélite, GPS (Global Positioning System), para serem coletadas coordenadas geográficas e altitude, que foram utilizadas para a confecção de um mapa.

Tendo como ponto de partida a fonte do IBGE, que contém a área territorial oficial de Gravatá na unidade de federação Pernambuco. Depois mapeamos com o programa ArcGIS 9.3, as unidades produtivas agroecológicas gravataenses existentes nesse território institucionalizado. Pretendemos com esse mapa dar

visibilidade aos territórios camponeses que são manejados agroecologicamente em Gravatá - PE, pontuando a territorialização para além de sua institucionalização territorial oficial, destacando a multiplicidade dos territórios.

Contextualizando a realidade vivenciada em trabalho de campo com os pressupostos teóricos, respondemos às questões da pesquisa, avançando de maneira objetiva sobre todas as suas etapas. As utilizações destas orientações metodológicas auxiliaram no entendimento mais claro a respeito dos territórios camponeses agroecológicos existentes em Gravatá - PE. Subsidiando as atividades inerentes à realização da pesquisa, para a apreensão da problemática em questão.

1.0 CONFIGURAÇÃO HISTÓRICO-CONCEITUAL DO CAMPESINATO E DA AGROECOLOGIA SOBRE O TERRITÓRIO

1.1 Os Estudos Camponeses Clássicos

Vimos aqui destacar que este tópico e o próximo (1.2) irão nos possibilitar uma reflexão acerca da discussão teórica sobre a categoria de análise camponato. Consideramos que os processos de luta pela terra, de produção – prioritariamente para consumo próprio –, de manejo da terra contrário ao manejo agroindustrial, de ajuda mútua, entre outros, pelo qual passou a maioria dos camponeses agroecológicos gravataenses, os identifica como camponeses.

A escolha dessa categoria está associada à relação existente entre esses sujeitos sociais e a luta para permanecerem em seus territórios e estabelecerem uma agricultura agroecológica, resistindo assim à utilização do pacote tecnológico da revolução verde. Porém os sujeitos entrevistados se auto-identificam como agricultores, assim utilizamos também os termos agricultora e agricultor, quando fizemos referência à parte empírica da pesquisa.

Pontuamos a relevância da utilização da categoria camponês, devido sua vinculação política aos processos de luta por terra. Entretanto devido a marginalização dos movimentos sociais camponeses pela mídia burguesa, como também a adesão à benefícios, como aposentaria, incitam o camponato a se auto-identificarem agricultores.

Estudos como o livro: *A longa marcha do camponato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária*, 2001, de Arioaldo Umbelino de Oliveira e a Tese de doutorado: *Vida e luta camponesa no território: casos onde o camponato luta, marcha e transforma o território capitalista*, 2008, de Crispim Moreira pontuam os camponeses como os sujeitos protagonistas dos movimentos de luta pela terra no Brasil, utilizamos como exemplo desses movimentos as Ligas Camponesas (anos 1950) e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (anos 1980), os dois contrários à concentração fundiária brasileira.

Vivemos em uma época em que são estabelecidas várias estratégias políticas, as quais visam a transformação do camponês em produtor rural, que planta voltando-se para o mercado. Tais regras foram se estabelecendo como um

direito que esses sujeitos têm de se desenvolverem e deixarem de serem arcaicos. Assim o agricultor é o protagonista do "agronegocinho"⁷, pois o termo agronegócio se encaixa melhor aos latifúndios.

Com o avanço do capital no campo a partir da década de 1970 no Brasil, vêm-se abordando a ideia de que o campesinato tende ao desaparecimento, caracterizando esta classe como arcaica, que impedia a modernização dos chamados países do Terceiro Mundo⁸. Nessa época, assim eram denominados os países da América Latina, alguns asiáticos e da África.

Existem trabalhos acadêmicos e políticos que comungam essa ideia, como os de Kautsky (1986), Lênin (1961), Prado Jr. (1960), Plekhanov (1976), Mendras (1978), Graziano da Silva (1982), entre outros.

O argumento que prevê o fim do campesinato está vinculado às questões político-ideológicas. Sendo que a ideologia desenvolvimentista busca a implantação de uma agricultura sem camponeses, monocultora, com grande demanda por agrotóxicos e máquinas. Essas ideias são incorporadas aos discursos liberais, neoliberais como também aos socialistas da ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Nas formações econômicas e sociais dominadas-hegemonizadas pelo modo de produção capitalista têm predominado o desprezo e a discriminação social com relação aos camponeses. Mesmo que a população urbana dependa da produção de alimentos e das matérias-primas provenientes da agricultura, e que a maior parte desses produtos seja originado das práticas de produção dos camponeses, eles têm sido percebidos, pelas mais distintas razões e preconceitos, tanto pelos latifundiários, pelos capitalistas da grande empresa no campo, assim como pela maioria da população urbana, como os pobres da terra. (CARVALHO, 2012, p. 03).

Segundo Carvalho (2012) nas sociedades capitalistas existem uma tendência à discriminação do campesinato. Isso ocorre porque o modo de vida camponês

⁷ Termo utilizado e discutido nos Grupos de Diálogos do VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária (SINGA), João Pessoa, PB, 2013. Ver OLIVEIRA, A. U. de Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária, 2007.

⁸ Termo utilizado no período da Guerra Fria (1945-1991). Nessa época o Primeiro Mundo era representado pelos países capitalistas desenvolvidos, enquanto os países socialistas de economia planificada representavam o Segundo Mundo, e o Terceiro Mundo era representado pelos países pobres subdesenvolvidos. **Fonte:** Mundo Educação [Internet]. R7 Educação. acesso em 2015, Out 15.

diverge do modo de vida capitalista, enquanto ideologia e práxis. Todavia é disseminado o preconceito a qualquer prática ou ideal que não esteja fundamentado para a expansão do capital no campo. Sendo este símbolo da modernidade e do desenvolvimento, ao qual todas as populações devem almejar.

O triunfo do marxismo ortodoxo (baseado na interpretação dogmática dos trabalhos de Lênin e Kautsky, e na repressão da burocracia stalinista para impor uma realidade formalmente distinta, mas, em sua raiz última, coativamente uniformizadora) supunha, paradoxalmente, uma convergência com o pensamento liberal agrário: a agricultura haveria de se transformar num ramo da indústria. Isso unido à hegemonia política e intelectual dos Estados Unidos, e sua crença cega na "judiciosa mão invisível do mercado" (que premiaria os honrados negociantes e castigaria os que vagabundeavam), mutilaria qualquer tentativa de reflexão teórica sobre a dimensão histórica das estruturas agrárias. (SEVILLA-GUZMÁN; MOLINA, 2013, p. 53).

Os autores ressaltam que mesmo nas sociedades socialistas do século XX (URSS) houve coerção aos modos de vida camponeses. As teorias do marxismo ortodoxo relacionadas a questão agrária que sucumbiram em práxis sociopolíticas aportaram à hegemonia norte americana enquanto estilo de vida a ser alcançado por todos. A estratégia geopolítica era descaracterizar qualquer legitimidade de pensamentos e práticas divergentes com a expansão do capital no campo ao pontuar o evolucionismo natural para o capitalismo, o qual todas as sociedades irão passar.

No entanto temos que distinguir o pensamento marxista ortodoxo do desenvolvimentista liberal, o primeiro, apesar de acreditar na dissolução do campesinato colocava segundo, Plekhanov (1976), que era preciso desenvolver ao máximo o capitalismo para conseguir chegar ao socialismo. Já o segundo desejava ampliar o desenvolvimento capitalista no território, colocando, via discurso, a expansão do capital como sinônimo de bem estar social quando, na prática está associado ao aumento das desigualdades sociais.

Em contraposição autores como Alexander Chayanov, principal continuador das teses dos narodniks russos⁹, no início do século XX questionava as teses que

⁹ Os narodniks e populistas russos argumentavam que o campesinato representava um modo de produção a parte, antagônico ao capitalismo. Apresentavam-se contra a ideia da extinção do campesinato difundida e defendida pelos marxistas. **Fonte:** BOTTOMORE, Dicionário do pensamento marxista, 2001, p. 42.

defendiam o fim do campesinato, como os estudos de seu contemporâneo Karl Kautsky no livro *A questão agrária*. Chayanov (1924) afirma que o camponês é aquele que mora no campo e trabalha diretamente no campo. Tem como prioridade a produção para a sua alimentação através da policultura, que é baseada em relações de trabalho entre os integrantes da família. "O camponês aumenta sua produtividade por seu compromisso ético e por seu zelo em relação ao espaço e aos recursos naturais de onde tira sua sobrevivência garantindo satisfação familiar". (CHAYANOV, 1924, p. 360).

Segundo Chayanov (1924) no estilo de vida camponês a produção aumenta de acordo com as necessidades da família e não de acordo com as necessidades e demandas do mercado. Além disso, o campesinato tem a liberdade de estabelecer seus horários de trabalho e escolher a forma de trabalhar, o que caracteriza a flexibilidade dentro da unidade produtiva camponesa. Porém quando muitos camponeses precisam trabalhar em outras terras, como alternativa para complementar sua renda, tal flexibilidade encontra-se limitada.

Numa exploração com base no trabalho familiar, a família, equipada de meios de produção, utiliza a sua força de trabalho para cultivar o solo. Obtendo, como resultado do trabalho de um ano, certa quantidade de bens. Uma olhada apenas para a estrutura interna desta exploração bastaria para nos fazer perceber que, na ausência da categoria do salário, é impossível situar nesta estrutura o lucro líquido, a renda e o juro do capital, considerados como verdadeiras categorias econômicas no sentido capitalista do termo. Posto que o fenômeno social do salário não existe, também não existe o fenômeno social do lucro líquido. (CHAYANOV, 1924, p. 482).

Segundo a sua visão de camponês, Chayanov, menciona que o campesinato não gera renda¹⁰ nem obtém lucro após a comercialização da sua produção. Esse fato se dá porque a renda familiar *per capita* é a soma dos salários brutos do mês de todos aqueles que compõem a família, dividida pelo número de seus integrantes. E lucro líquido que é o excedente das vendas de determinado período, subtraído por todos os custos de produção que foram empregados. Portanto, como a produção camponesa não é baseada na acumulação de capital, não gera lucro líquido. Todavia, como a renda familiar *per capita* é a soma dos salários de cada

¹⁰ O autor pontua a geração de renda que está vinculada aos salários e não a renda fundiária. Para mais informações sobre ver: MARX, K. O capital: crítica da economia política, 1980.

componente da família dentro da unidade de produção camponesa não haverá geração de renda familiar *per capita*, já que não existe relações salariais entre a família. Assim é demonstrado, que a lógica de cálculo do sistema capitalista de produção não serve para compreendermos a dinâmica da unidade camponesa.

No modo de vida camponês, a família obtém os meios de produção enquanto que no modelo capitalista industrial, estes são propriedade de uma única pessoa ou de grupos político-econômicos, gerando assim a proletarização no campo. Quando há uma homogeneização da distribuição desses meios, o camponês torna-se um assalariado, gerador de mais-valia¹¹.

Já no Brasil foi Ariovaldo Umbelino, um dos poucos geógrafos que utilizavam a categoria camponês no país, em meados do século XX, debruçou-se sobre pesquisas direcionadas ao estudo do campesinato que questionavam a política de desintegração deste enquanto classe e colocou em pauta as questões de luta pela terra, como também as desigualdades sociais geradas pela sua concentração nas mãos de uma minoria.

Dessa maneira, a propriedade/posse da terra é básica e fundamental para a existência dessa forma de exploração na agricultura. Daí deriva a lógica da luta pela posse/propriedade da terra travada pelos camponeses expropriados ou que nunca tiveram acesso à terra no Brasil. (OLIVEIRA, 1991,pág. 50).

O camponês está intimamente ligado à natureza, quando a maneja respeitando suas condições naturais e ciclos, isso está associado às questões simbólicas e culturais existentes na relação ser humano-natureza. Logo, a luta pela terra que eclodiu no Brasil durante os anos 1980, ressalta como a lógica capitalista de produção mercantilizou e mercantiliza os bens naturais, transformando-os em

¹¹ O conceito foi desenvolvido por Karl Marx (1818-1883). Marx considerava que a mais-valia é o valor que o trabalhador assalariado cria acima do valor da sua força de trabalho, pois dentro do sistema capitalista o homem é o único capaz de produzir valor excedente. Este, que se pode definir como sendo o trabalho não pago ao funcionário, é apropriado pelo capitalista. A mais-valia é portanto a base da acumulação capitalista. **Fonte:** MARX, K. O capital: crítica da economia política, 1980.

mercadoria, desvinculando qualquer aspecto que enaltecesse o manejo da terra à identidade com o território.

A estratégia do manejo agroindustrial é potencializar quanto de renda pode-se obter de determinada área. Essa estratégia não considera os conhecimentos ancestrais camponeses, ricos em criatividade e experimentação, pois o objetivo é alienar o campesinato, fazendo com que ele não dê mais importância aos sinais que a natureza responde de acordo com os diversos modos de manejá-la.

Todo camponês possui um conjunto de práticas coerentes com a sua realidade e necessidades essenciais, que são compatíveis com os objetivos familiares. As unidades produtivas camponesas atendem prioritariamente aos interesses da família. A lógica da produção de base familiar, não assalariada, está centrada na diversificação produtiva e integração de seus componentes, fortalecendo o potencial endógeno de cada unidade produtiva.

Nos estudos camponeses tradicionais, autores como Chayanov (1924) tratam que quando a família camponesa não completa a necessidade de trabalho demandada pela unidade produtiva, ela pode ser suprida pela ajuda mútua entre o campesinato. Essa prática aparece no seio da produção camponesa sob várias formas. A mais comum é o mutirão, o qual acontece quando os camponeses se organizam em grupos para auxiliar algum deles que se encontre com dificuldades financeiras ou de saúde.

Todavia os processos de ajuda mútua podem surgir também como troca de dias de trabalho entre os camponeses, quando uma família trabalha na terra de outra para que no dia seguinte esta família receba a ajuda de quem ajudou; E como a parceria, esta permite aos camponeses com pouca terra reproduzirem-se enquanto classe pela inserção dos filhos na produção como parceiros. Essas são estratégias do modo de vida camponês para acentuar a sua autonomia perante o modelo agroindustrial capitalista hegemônico.

Quando consideramos que "[...] o capital é capaz de explorar o trabalho por meio de uma grande variedade de arranjos sociais em circunstâncias históricas diferentes". (BERNSTEIN, 2011, p. 43). É ressaltada a necessidade da existência de povos sem terra, lavradores meeiros, camponeses, parceiros e até escravos ou semiescravos para que a lógica capitalista de produção reproduza-se plenamente.

Apesar das teorias marxistas ortodoxas como também do discurso político neoliberal serem convergentes com o desaparecimento do Campesinato, o capital necessita que existam outras maneiras de apropriação e uso do território para manter seu processo de disseminação das desigualdades. Além do fato de que se todos os trabalhadores existentes dentro do sistema político-econômico capitalista fossem assalariados e obtivessem seus direitos trabalhistas, o capital teria dificuldades para expandir-se, pois sairia muito caro a manutenção desses trabalhadores.

1.2 Os Estudos Camponeses do Pós-Guerra

Dedicamos este tópico para estabelecer uma relação mais contemporânea entre o conceito de camponês, e a realidade no campo brasileiro do século XXI. A partir do ano 1948 surge um conjunto de pesquisas relevantes sobre o campesinato que diferenciava-se dos estudos clássicos por incorporar a multilinearidade, como também o reconhecimento das estratégias de manejo da natureza, vinculado ao saber camponês, enquanto questão simbólica, cultural e identitária que envolve o campesinato. Dessa escola temos autores como Sidney Mintz (2003), Angel Palerm (1980), Teodor Shanin (1971). E no Brasil destacam-se Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1991), Klaus Woortman (1990), Beatriz Heredia (2001), José de Souza Martins (1986).

Na década de 1970 culminaram em debates sobre o aumento das desigualdades sociais geradas pelo capitalismo desenvolvimentista relacionado ao processo de internacionalização da economia iniciado pelos países chamados "desenvolvidos". Neste contexto surgem estudos questionadores do modelo de desenvolvimento hegemônico universal que desconsidera as condições socioeconômicas e culturais precedentes nos territórios latino-americanos.

Segundo Sevilla-Guzmán; Molina (2013), Douwe van der Ploeg é um dos primeiros a se debruçar sobre a iminência da construção de um desenvolvimento coerente com a realidade local de cada povo, sendo considerado um dos pensadores centrais da escola neochayanoviana Farming Styles de Wageningen - Holanda.

As práticas agroecológicas dos camponeses gravataenses geram uma dialética entre o camponês que Chayanov denominou no início do século XX na Europa e o camponês do início do século XXI no Brasil. Essa diferenciação ocorre devido às condições sociais, políticas, econômicas e culturais como: a concentração fundiária brasileira, o estabelecimento de movimentos de luta pela terra, como o MST, a incorporação de outras atividades econômicas, sejam elas agrícolas (em outras terras como parceiros, diaristas) ou não (agentes de saúde, moto-taxistas). Assim precisamos recontextualizar o conceito clássico de campesinato chayanoviano, como também é importante pontuarmos que a questão camponesa ultrapassa os limites da sua unidade produtiva.

Já se referindo aos processos de mobilizações no campo, pontuamos que não são apenas reivindicações por melhores infra-estruturas, mas também pelo direito de manter-se no território, assim dando continuidade ao seu modo de vida. Ressaltamos que a permanência no território é muito mais que continuar habitando uma determinada área; torna-se uma ferramenta para a reprodução do campesinato.

As práticas camponesas caracterizam-se pela diversidade no espaço-tempo; o aperfeiçoamento destas ocorre muito antes da chamada modernização da agricultura, sempre vinculando as novas práticas com as particularidades de cada lugar e com as questões identitárias com a terra. Desconsiderá-las requer admitir que apenas o modelo agroindustrial seja satisfatório para o objetivo da agricultura, gerando um paradoxo entre a função da agricultura na contemporaneidade e a sua funcionalidade original, que seria primordialmente fornecer alimentos para os povos.

Os novos estudos camponeses irão retratar as várias formas de agricultura existentes de acordo com a funcionalidade e significado que os povos lhe deram. No entanto haverá clara divergência entre o modelo agroindustrial e o manejo agrícola do campesinato, tanto na práxis como na ideologia que fundamenta as ações.

Será realmente paradoxal sustentar que os caçadores conhecem a abundância, apesar de sua pobreza absoluta? As sociedades capitalistas modernas, se bem que dotadas de riquezas, dedicam-se voluntariamente à escassez. (SALHINS, 1968 *apud* MENDRAS, 1978, p. 46).

Vemos a relatividade da escassez, já que os sistemas agrícolas regidos pela lógica capitalista de produção geram lucro para que as classes hegemônicas acumulem capitais. No entanto este lucro é advindo da produção de culturas que

não abastecem as necessidades alimentares dos povos, por exemplo, a Zona da Mata pernambucana¹² onde milhares de hectares de cana-de-açúcar são cultivados em áreas de latifúndios, destinada para a produção de açúcar e álcool.

Essas grandes extensões de terras estão concentradas nas mãos de inúmeros grupos econômicos porque, no Brasil, estas funcionam ora como reserva de valor, ora como reserva patrimonial. Ou seja, como instrumentos de garantia para o acesso ao sistema de financiamentos bancários, ou ao sistema de políticas de incentivos governamentais. Assim, estamos diante de uma estrutura fundiária violentamente concentrada e, também, diante de um desenvolvimento capitalista que gera um enorme conjunto de miseráveis. (OLIVEIRA, 2001, p. 187).

Os produtos advindos da agricultura industrial monocultora latifundiária não satisfazem as questões alimentícias da população. O agronegócio não gera alimentos, gera commodities de acordo com o mercado internacional, por isso dedica-se à escassez. Em contraponto, a agricultura camponesa dedica-se a produção de cultivos que lhes satisfaçam, não excluindo a hipótese da geração de excedente.

Uma das diferenças entre os estudos camponeses clássicos e os realizados a partir de 1948 é a consideração do excedente como uma variável relevante para a reprodução do campesinato. Autores como Bernstein (2011) e Gudeman (1978), debruçaram-se sobre essa temática.

[...] production to keep production does not exclude the production of a surplus, the riddle of production for use is not a surplus is produced, but by the surplus that is produced does not accumulate and transform the system. (GUDEMAN, 1978, p. 93).

A questão que envolve os excedentes dentro das propriedades do campesinato é colocada como uma estratégia de resistência, já que os camponeses necessitam comprar algumas coisas das quais não produzem; Essa necessidade gera a comercialização dos excedentes da produção. Em uma família camponesa pode haver produção e comercialização de excedente sem que haja uma descaracterização, pois objetiva-se primordialmente a satisfação das necessidades familiares e não a produção para acumulação de capital. Essas necessidades

¹² Mesorregião costeira do estado de Pernambuco. Possui essa denominação devido à Mata Atlântica que originalmente cobria a área referida. **Fonte:** Mundo Educação [Internet]. R7 Educação. acesso em 2015, Out 15.

podem ser, por exemplo, a compra de algum material que os auxilie no manejo da terra, entre outras.

Já para Bernstein (2011) a acumulação é uma característica que define o capitalismo. Ressaltamos que o acúmulo de capital não é norteador das atividades produtivas camponesas. Então não importa se é gerado excedente ou se existe a manutenção de alguma poupança, consideramos o que acarreta a geração destes. Variados são os motivos, que vão desde a obtenção de uma poupança para situações de emergência causadas por secas ou enchentes até a compra de uma moto para facilitar o processo de locomoção dos camponeses.

Outra autora que também busca desmistificar o campesinato enquanto classe autárquica é a Beatriz Heredia. Contudo faz crítica aos estudos camponeses que enviesam para a idealização.

Qualquer pessoa que conviva com grupos de camponeses brasileiros não pode esquecer que o feijão de que se alimentam é cozido com sal, que não produzem, que as refeições são servidas em louças após preparo em panelas, que estão vestidos e, mais recentemente, calçados, para dar exemplos bem corriqueiros. A auto-suficiência não está na economia camponesa; ela é característica, sobretudo, dos que dissertam sobre o universo social sem se deslocarem de suas condições de existência cotidiana, tomando sua imaginação, ou fantasmas, por fatos observáveis. Os grupos camponeses de que estamos tratando – os sitiantes, os agricultores, os lavradores, os posseiros, os assentados – estão sempre inseridos em sistema de mercado, participam do mercado de terras, do mercado de produtos, do mercado de trabalho; há sistematicamente venda e compra de mercadorias. (GARCIA JR.; HEREDIA, 2009, p. 223).

Nesse contexto, Garcia Jr.; Heredia (2009), ressaltam o fato das unidades produtivas camponesas, por mais diversidade de plantas e animais que contenham, estão sempre recorrendo a produtos exteriores à sua produção, para assim reproduzir as atividades mais simples, como cozinhar por exemplo. Os autores colocam que a autarquia camponesa existe muito mais na literatura, que na prática cotidiana do universo camponês. Contudo estar inserido no mercado e participar das trocas comerciais não significa que o campesinato vem tornando-se pequeno capitalista, aquele apenas utiliza estratégias para manter-se dentro do sistema capitalista de produção, buscando, primordialmente o bem-estar familiar.

Entretanto para os Estados neoliberais que idealizam o modelo desenvolvimentista como meta a ser alcançada pela sociedade, facilitando a expansão do capital no campo, o modo de vida camponês significa símbolo de

pobreza e atraso. Em contraponto nas unidades produtivas camponesas agroecológicas existem diversidade de alimentos, já que é priorizada a satisfação das demandas internas familiares, de conhecimentos, de cerimônias culturais. A lógica capitalista de produção caracteriza como pobres quem possui um papel fundamental na manutenção da diversidade ecológica e cultural por valorizar/implantar processos de dominação e apropriação predatória da natureza objetivando o lucro, nunca se preocupando em poupá-la.

Precisamos romper com a ideia de que o campesinato vive isolado, e com o estereótipo clássico que envolve esta classe. Atualmente existem vários perfis de camponeses que são variáveis no tempo e no espaço.

1.3 Ideologia Desenvolvimentista

Desde meados do século XX, com a modernização na agricultura, que tinha como objetivo aumentar a produtividade e os lucros da produção agrícola, implantando uma racionalidade industrial no campo, vinculada à utilização do pacote tecnológico. Tais objetivos foram consolidados e disseminados pela Revolução Verde, que é o conjunto de políticas e ações as quais levaram, segundo Graziano da Silva, 1982, à modernização conservadora da agricultura nos países "desenvolvidos" e posteriormente na América Latina, ao fim da Segunda Guerra Mundial.

A Revolução Verde trouxe para a agricultura brasileira transformações técnico-científicas. Como a utilização de máquinas (tratores, semeadoras hidráulicas, colheitadeiras, entre outras), agrotóxicos, fertilizantes químicos, corretivos de solo, pulverização aérea, biotecnologia, sementes híbridas. Porém não objetivava transformar a estrutura agrária concentrada do nosso país. Fato que favoreceu a expansão do capital no campo como também o fortalecimento e surgimento de mais latifúndios, priorizando as classes hegemônicas.

Com este processo ocorreu uma intensificação, inicialmente do uso de máquinas e insumos químicos no campo. Posteriormente foram inseridas sementes produzidas em laboratórios de biotecnologia. Isso gerou uma homogeneização e simplificação da agricultura, das dietas alimentares, colaborando também com a permanência dos latifúndios e suas monoculturas, os consolidando. Como também

expandindo monoculturas em áreas de mata, tendo como exemplos a inserção da soja na Amazônia e no Cerrado brasileiro.

"A segurança alimentar das sociedades em várias partes do mundo está ameaçada, assim como a soberania alimentar, visto que foi sendo imposto o mesmo pacote tecnológico para os vários continentes [...]" (PEREIRA, 2012, p. 690). Para a autora, o modelo agrícola consolidado pela Revolução Verde, gera pobreza aos povos camponeses, degradação da natureza e marginalização do conhecimento popular/tradicional, diferente de seu discurso que diz priorizar acabar com a fome.

Todavia a Revolução Verde não se resume ao incremento industrial à agricultura e está relacionada com questões conjunturais e estruturais de origem político-econômica na qual o mundo encontrava-se com o surgimento da bipolaridade enquanto geopolítica¹³. Tendo os Estados Unidos como símbolo do capitalismo e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), lideradas pela Rússia, como símbolo do socialismo real. Cada um desses países lideravam os dois blocos político-econômicos, capitalista e socialista, e fomentavam inúmeras estratégias que evitassem a adesão de países latino-americanos, asiáticos, africanos e europeus ao bloco oponente. "A própria denominação Revolução Verde para o conjunto de transformações nas relações de poder por meio da tecnologia indica o caráter político e ideológico que estava implicado". (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 226).

O autor Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006) retrata como a Revolução Verde surge como antagonismo político às "revoluções vermelhas" protagonizadas pelos camponeses e por simpatizantes dos partidos comunistas para denunciar os males causados no campo pela concentração de terras. Então o perigo para os Estados Unidos seria a disseminação dos ideais socialistas na América Latina.

Assim quando Cuba declarou-se socialista com a Revolução Cubana de 1959, foram fomentadas pelos Estados Unidos as ditaduras militares, objetivando frear o avanço do socialismo nas Américas Central e do Sul. Junto com as ditaduras vêm a consolidação dos ideais desenvolvimentistas capitalistas que irão fundamentar a expansão do capital no campo.

¹³ No período da Guerra Fria era utilizado o termo mundo bipolar, pois este foi dividido em dois blocos: dos países capitalistas e dos países socialistas. Nessa conjuntura cada bloco sofria influência político-econômica dos países líderes, EUA e URSS respectivamente. **Fonte:** Mundo Educação [Internet]. R7 Educação. acesso em 2015, Out 15.

Ressaltamos as questões ideológicas que envolvem a aceleração da lógica capitalista no campo em países como o Brasil. Em nome do desenvolvimento, os agroecossistemas foram transformados ou destruídos e as culturas manejadas tradicionalmente foram substituídas por culturas que fizessem parte de uma dieta alimentar universal, além da erosão genética de várias espécies.

Contextualizando a visão de Porto-Gonçalves (2006) com a de George (1991) pontuamos as transformações no objetivo da agricultura a partir da consolidação da Revolução Verde. Segundo George (1991) dentro da história da agricultura, a atividade agrícola primeiramente objetivava a segurança alimentar dos povos.

Todavia segundo a lógica capitalista, a agricultura pretende subsidiar as indústrias localizadas nos países hegemônicos, produtores de tecnologia. Como também fortalecer o capitalismo nos países latino-americanos, durante o período chamado de Guerra Fria. Porém não podemos esquecer que em Cuba também foram estimulados, pela URSS, a utilização dos pacotes tecnológicos no campo, como também a fomentação de uma agricultura em grande escala e monocultora.

Então nessa época os camponeses que não possuíam acesso suficiente à terra e a recursos produtivos ajustados às condições sócio-políticas e econômicas da agricultura industrial, seriam expropriados e/ou marginalizados por entravarem o avanço da dinâmica desenvolvimentista, implantada pelas ditaduras militares nos territórios latino americanos.

De um modo geral, as teorias desenvolvimentistas, quer sejam (neo) liberais ou marxistas, inspiram-se nas sociedades ocidentais para propor modelos para o conjunto do mundo. Dentro deste modo de desenvolvimento, descrito como “moderno” ou “avançado” pela literatura, a diversidade e a diferenciação das formas de produção são consideradas como empecilhos ao desenvolvimento no eixo tradição à modernidade. A tese do retardamento justifica, de um lado, a sustentação (técnica, financeira, política, etc.) aportada às unidades produtivas mais “avançadas” (as mais intensivas) as quais é preciso ajudar a reproduzir-se; de outro, pela eliminação das mais “atrasadas” que não têm nenhuma chance de recuperar o atraso.... (ALMEIDA, 2009, p. 36, 41).

Segundo Almeida (2009) as teorias desenvolvimentistas baseiam-se na homogeneização das paisagens, dos modos de produção e dos modos de vida, não respeitando a diversidade e particularidades dos mais diversos territórios os quais estão sendo implantados.

Entretanto cabe pontuarmos que segundo Luzzi (2007) movimentos sociais camponeses como a Via Campesina e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), foram historicamente a favor do acesso ao pacote tecnológico da Revolução Verde. Somente muito recentemente a Via Campesina começou a falar de agroecologia e a lutar contra os agrotóxicos e os transgênicos, pois eles lutavam contra a concentração da terra e dos recursos produtivos (insumos químicos, sementes). Porém com a institucionalização de Assentamentos rurais ao longo dos anos, foi percebido que a agroecologia poderia viabilizar a manutenção de muitas famílias nos Assentamentos.

Portanto a valorização e sustentação, por meio do Estado, das monoculturas, dos latifúndios, do agronegócio, da mecanização da agricultura, da utilização de agrotóxicos e a marginalização do campesinato, dos modos de vida tradicionais, dos saberes populares/tradicionais, da policultura, da reforma agrária, da utilização de insumos orgânicos, entre outros, condiz com a estratégia do desenvolvimento, que prioriza a manutenção e expansão de uma agricultura voltada à demanda do capital.

1.4 Os Estudos da Agroecologia

Alguns autores que se debruçaram sobre o estudo da Agroecologia, como Petersen; Almeida (2004), Cardoso (2015), e também nos Encontros Nacionais de Agroecologia (ENAs), promovidos pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), vêm se discutindo a Agroecologia a partir de três âmbitos, são eles: ciência, prática e movimento social. Na Carta Política do II ENA admite-se:

Nós, participantes do II ENA, assumimos o compromisso de continuar apoiando e participando da construção de um movimento agroecológico com igualdade de gênero, opondo-nos também a todas as formas de manifestação de violência contra as mulheres. (Carta Política do II ENA, 2006, p. 02).

No fragmento dessa carta política, verificamos a vigência de um movimento agroecológico, que os participantes do II ENA fizeram questão de explicitar a continuidade de seu apoio e participação. Nesse contexto correlacionamos a ideia de movimento agroecológico abordada no II ENA com as ideias de Petersen; Almeida (2004) para os autores a agroecologia é um movimento de expressão

nacional e que se articula em redes, apesar de não configurar-se como um movimento institucionalizado. Aquelas se dão a partir de articulações entre camponeses, assistentes técnicos, agrônomos, representantes de ONGs e de instituições governamentais, entre outros. Destacamos que com essas articulações são geradas trocas de conhecimento entre os mais diversos sujeitos sociais, objetivando disseminar e fortalecer as experiências agroecológicas numa escala nacional.

Outra discussão recente que envolve a Agroecologia foi abordada por Eduardo Sevilla-Guzmán, em palestra denominada *A Formação em Agroecologia*, realizada no VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA), em 27 de novembro de 2013, Porto Alegre - RS, Brasil, pontuou que a Agroecologia é:

La agroecología es una estrategia de enfrentamiento aquello que esta destrozando la naturaleza, que es la agricultura industrializada, por aquello que esta destrozando también la sociedad, eso capitalismo. La Agroecología genera mercados alternativos, dónde no existe la lógica de lucro y dónde la extracción de excedente se emite. La Agroecología es un enfrentamiento a la modernidad capitalista. Y así lo creaba por la gente, en los términos que voy a contar ahora. Creo que crece muy claro, porque una parte de la Agroecología no si puede confundir con el todo. La Agroecología no existe sin su dimensión política y mucha gente se quedaba en su dimensión técnico-agronómica pero eso es una tontería. Porque para eso está la agricultura ecológica y sus muchos estilos, que se meten en mercado y que contribuyen con aquello capitalismo. Pero la Agroecología trata de enfrentarse, obstaculizar el capitalismo y trata de devolver la visibilidad a las experiencias, que son espacios vazios de capitalismo. (SEVILLA-GUZMÁN, CBA, informação verbal, 2013).

Nesta fala Sevilla-Guzmán (2013) destaca o papel da agroecologia como estratégia de enfrentamento à modernidade capitalista, pontuando como os princípios e as práticas que ancoram essa sociedade (lucro a qualquer custo, exploração dos bens naturais) estão contribuindo para a destruição da natureza e também da sociedade. É ressaltado o papel da Agroecologia enquanto resistência ao modelo de produção da agricultura industrial capitalista, pois a Agroecologia não existe sem sua dimensão política, sendo muito mais que um ecologização do agrossistemas como os citados vários estilos da agricultura ecológica (orgânica, permacultura, entre outros)¹⁴.

¹⁴ Sobre as múltiplas vertentes da agricultura ecológica ver: KHATOUNIAN, C. A reconstrução ecológica da agricultura, 2001, p. 24-31.

A agroecologia não se fundamenta na lógica capitalista de produção e é geralmente aplicada em unidades produtivas camponesas, valorizando o potencial endógeno destas (capacidade reprodutiva do solo, manejo e preservação da vegetação nativa, diversidade de cultivos, estrume animal, cultivo de forrageiras, rotação de culturas, criação de animais, otimização do uso da água, quebra ventos, cercas vivas) juntamente com a valorização do conhecimento camponês adquirido em anos de experimentação.

A agroecologia fornece uma estrutura metodológica de trabalho para a compreensão mais profunda tanto da natureza dos agroecossistemas como dos princípios segundo os quais eles funcionam. Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agrônômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. Ela utiliza os agroecossistemas como unidade de estudo, ultrapassando a visão unidimensional - genética, agronomia, edafologia - incluindo dimensões ecológicas, sociais e culturais. Uma abordagem agroecológica incentiva os pesquisadores a penetrar no conhecimento e nas técnicas dos agricultores e a desenvolver agroecossistemas com uma dependência mínima de insumos agroquímicos e energéticos externos. (ALTIERI, 2009, p. 23).

Segundo Altieri (2009) a reprodução e construção desses saberes camponeses se dão pela convivência com a natureza e pelas trocas entre os sujeitos que vivem em um determinado território ao longo das gerações. O autor enfatiza que na Agroecologia o estudo dos agroecossistemas ultrapassa a visão agrônomo-biológica, que sectariza a natureza dos demais integrantes das unidades produtivas, além de realizar separações entre os próprios bens naturais (solo, água, plantas, animais, vento, umidade, luz solar).

Em contraponto a Agroecologia incorpora a visão integradora entre as dimensões ecológicas, sociais e culturais facilitando assim a compreensão das agriculturas camponesas existentes nos diversos territórios.

Pois para o campesinato cada parte, cada sujeito e também o contexto conjuntural, fazem parte do agroecossistema como um todo; assim para manejá-lo e entendê-lo precisamos ultrapassar a visão separatista oriunda do positivismo lógico e buscarmos o olhar mais sensível para as respostas que a natureza nos mostra perante o seu manejo.

Para Altieri (2002) a Agroecologia constitui-se em um paradigma embasado em práticas de manejo menos agressivas ao ecossistema onde está sendo exercida a atividade agrícola.

[...] A Agroecologia geralmente representa uma abordagem agrícola que incorpora cuidados especiais relativos ao ambiente, assim como os problemas sociais, enfocando não somente a produção, mas também a sustentabilidade ecológica do sistema de produção. (ALTIERI, 2002, p. 26).

Portanto, as práticas agroecológicas promovem a diversificação da unidade produtiva, pois a prática de monocultivos associada à alta utilização de agrotóxicos, que esgota a capacidade do agroecossistema, não é aderida. Além disso, oferecem alguma autonomia ao campesinato, proporcionando melhorias nas condições de vida dos camponeses.

Entretanto, mediante os estudos que viam surgindo sobre a Agroecologia e as experiências agroecológicas, eclodiram no Brasil discussões a respeito da agricultura de base ecológica. Dessas discussões ocorreram quatro Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa (EBAA) sendo o primeiro realizado em 1981, na cidade de Curitiba - PR. E posteriormente três Encontros Nacionais de Agroecologia (ENAs), ocorrendo I ENA em 2002 no Rio de Janeiro - RJ.

Contudo, como pontua Luzzi (2007) os EBAA extinguiram-se devido à conflitualidades políticas e metodológicas existentes entre os membros organizadores, como também entre os interessados pela temática, sejam eles agrônomos, agricultores, professores universitários, estudantes, representantes de ONGs, entre outros sujeitos sociais.

Segundo Luzzi (2007) no final dos anos 1980, a terminologia agroecologia (e não a prática agroecológica) foi introduzida no Brasil, fruto de contatos estabelecidos entre a coordenação do PTA/FASE¹⁵ com representantes de experiências em agricultura alternativa na América Latina. Posteriormente, a década de 1990 foi um período de grande crescimento do número de ONGs que trabalhavam com a agroecologia, e de consolidação de algumas experiências agroecológicas realizadas no Brasil.

¹⁵ PTA/FASE: Projeto de Tecnologia Alternativa da FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional).

O tema agroecologia, ao ser incorporado e interpretado pelas organizações e movimentos sociais, promove ao mesmo tempo uma mudança profunda nas formas de produção, comparativamente ao modelo hegemônico de desenvolvimento, e propõe-se a mudanças mais substanciais nas relações sociais, econômicas, políticas e culturais da produção. A agroecologia mais que uma transformação técnica se constitui numa proposta de transformação política. (LUZZI, 2007, p. 05).

É enfatizado que ao longo do debate agroecológico brasileiro, a ênfase dada às dimensões das tecnologias alternativas para a construção de uma agricultura ecológica e saudável, vinculada à discussão inicial dos EBAA's, não dava mais conta do debate e da compreensão dos processos consolidadores de algumas experiências agroecológicas nos anos 2000.

Ao ressaltar o papel político exercido pela agroecologia, Luzzi (2007) aponta o anseio dos povos camponeses para se estabelecerem nos territórios, a partir da agricultura agroecológica. Sendo assim, transformações técnicas não bastam; Pois considerando a complexidade do campo brasileiro, é necessário medidas mais consistentes que a simples substituição de insumos químicos por biológicos. Medidas que permitam a manutenção do campesinato em seus territórios e fortaleçam as experiências agroecológicas.

No Brasil são as ONGs que trabalham com ênfase em metodologias participativas para o campesinato, que inicialmente desempenham o papel de divulgação e disseminação da agroecologia no campo; fomentando o movimento agroecológico ao incentivarem as famílias de agricultores a manejarem a terra agroecologicamente através de um suporte técnico-educacional, o qual acompanhava essas famílias durante o processo de transição agroecológica.

Algumas dessas organizações não-governamentais tem como objetivo dar suporte aos agricultores que praticam a agricultura agroecológica. No estado de Pernambuco, esse tipo de trabalho vem sendo desenvolvido através da ação de ONGs como: o Centro Sabiá, SERTA e a CPT.

O extinto Centro de Capacitação e Acompanhamento aos Projetos Alternativos da Seca (CECAPAS) - órgão da Conferência dos Bispos do Nordeste II, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), Centro Josué de Castro, Rede de Tecnologia Alternativa (Rede PTA), Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas de Pernambuco e Paraíba (Rede PE/PB), Comissão

Pastoral da Terra (CPT), Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não Governamentais Alternativas (CAATINGA) antes denominado CTA de Ouricuri, Centro de Desenvolvimento Agroecológico SABIÁ (SABIÁ), Curso de Ciências Agrárias da UFRPE, Serviço Alemão de Cooperação Técnica (DED), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), neste caso o Serviço de Tecnologia Alternativa (SERTA). E de projetos como: Projeto Tecnologia Apropriada da FASE (T.A.), Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades (PATAAC), Boletim Dois Dedos de Prosa.

Segundo Silva (2011) o Projeto T.A. do Centro Josué de Castro (hoje Centro Sabiá) e o CTA de Ouricuri foram pioneiros na organização das redes locais e participaram, como membros ativos e dinâmicos, na formação da Rede PTA no Nordeste. Assim como o Boletim Dois Dedos de Prosa auxiliou no processo de divulgação das experiências agroecológicas de Pernambuco, dando visibilidade ao que os meios de comunicação de massa ocultavam.

O Centro de Desenvolvimento Agroecológico SABIÁ é uma organização não governamental com sede no Recife, Pernambuco, fundada em 1993, que trabalha para promoção da agricultura familiar no estado de Pernambuco dentro dos princípios da agroecologia. Desenvolvendo e multiplicando a Agricultura Agroflorestal, também conhecida como Agrofloresta ou Sistemas Agroflorestais. Tem como objetivo fortalecer processos de produção da agricultura familiar para a transição agroecológica, contribuindo para a soberania, a segurança alimentar e nutricional, a melhoria de trabalho e renda das famílias agricultoras e o combate às desigualdades sociais de classe, gênero, raça e geração. (Centro Sabiá, ONG, Disponível em: <http://centrosabia.org.br>, acesso em 2013, Nov. 3).

Dessa forma pontuaremos o Centro Sabiá como um influente agente no processo de disseminação e fortalecimento das experiências agroecológicas em Pernambuco, desde os processos de assistência técnica até os de comercialização da produção agroecológica em feiras.

O surgimento de práticas e experiências agroecológicas na agricultura camponesa brasileira vem sendo desenvolvido em áreas de sítios, acampamentos, assentamentos, territórios de comunidades tradicionais e indígenas desde os primórdios da ocupação e utilização do território por esses sujeitos. Contudo vale ressaltar que segundo Diegues (2001) p. 24, os povos indígenas como também os povos tradicionais sempre manejaram a terra de acordo com o princípio do convívio

entre seres humanos e a natureza, baseado na sabedoria de seu povo ao longo dos anos.

Os principais pilares da Agroecologia são o convívio com o local, a co-evolução entre os seres humanos e a natureza, a valorização do conhecimento popular e tradicional, o respeito a cada particularidade (seja cultural ou natural) dos agroecossistemas, manutenção da diversidade social, cultural e ecológica; promovendo assim a satisfação das necessidades alimentares e o bem-estar dos povos. Dessa forma as práticas agroecológicas vão variar de acordo com os territórios e os níveis de convivência, aprendizagem, criatividade os quais os camponeses desenvolveram para com aqueles. Além das variações que partem das dimensões sócio-política e econômica a que cada agroecossistema está imerso.

1.5 A Transição Agroecológica

Um dos conceitos e processos da Agroecologia ao qual se debruçam muitas pesquisas é o de transição agroecológica. Esta abrange muito mais que transformações técnicas relativas a eliminação dos insumos químicos na unidade produtiva. A transformação também não está limitada à unidade produtiva camponesa, está baseada em questões sociais, econômicas e culturais, valorizando as formas tradicionais de manejo.

[...] A transição para formas sustentáveis de agricultura implica em um movimento complexo e não linear de incorporação de princípios ecológicos ao manejo dos agroecossistemas, mobilizando múltiplas dimensões da vida social, colocando em confronto visões de mundo, forjando identidades e ativando processos de conflitos e negociações entre distintos atores [...] (PETERSEN; SCHMITT, 2009, p. 178).

O processo de transição agroecológica, embora implique na substituição inicial de insumos exógenos químico-industriais por insumos endógenos orgânicos, não se resume a isso. Primeiro deve-se passar necessariamente pelo fortalecimento da agricultura camponesa vinculado à políticas públicas consistentes e coerentes com os interesses de segurança alimentar, e de reprodução do campesinato enquanto modo de vida.

Segundo Altieri (2002) a agroecologia fornece estratégias de manejo dos agroecossistemas, as quais auxiliam no processo de transição agroecológica. São

desenvolvidas práticas que possam trazer mais autonomia aos processos de produção como também comercialização, segurança alimentar. Ao manejar diversas culturas, o campesinato evita demasiados gastos com alimentação, já que cultiva boa parte da base de sua alimentação.

A produção camponesa agroecológica tem uma relação estreita com a segurança alimentar, pois na unidade produtiva do campesinato são cultivadas culturas, prioritariamente, de acordo com o que a família consome freqüentemente e não de acordo com as flutuações dos preços de *commodities* para exportação.

Compro poucas coisas na rua, quero um suco, pego a fruta ali atrás e faço, quero uma salada, pego ali atrás e faço. Só quando vem visita, aí compro algumas coisas como o tomate, porque as pessoas não sabem comer salada sem tomate. Agora eu não como, só quando tem os meus daqui, aqueles cereja. (Rosália, Agricultora agroecológica gravataense, 2014)

Nessa fala a camponesa destaca a importância do quintal agroecológico com sua diversidade para a construção da segurança alimentar. Pois seu quintal disponibiliza uma dieta variada e rica em diversos componentes nutricionais necessários para uma alimentação equilibrada e saudável. Além de dispor alimentos que não contaminam os povos e a natureza.

Entretanto pontuamos também que as comunidades extrativistas, como as Quebradeiras de Coco Babaçu, no Maranhão, apesar de conviverem em áreas que predominam certa homogeneidade ecossistêmica, como a Mata dos Cocais¹⁶, têm vinculado ao longo dos anos a atividade extrativista com o manejo de algum roçado simples, cultivando mandioca, milho e feijão, por exemplo. Dessa forma correlacionamos a busca da soberania alimentar ao modo de produção camponesa, mesmo sendo de viés mais extrativista.

Abordamos também a temática da segurança alimentar na perspectiva de Maluf; Menezes (2001) enquanto arcabouço do processo de luta por melhores

¹⁶ Mata dos Cocais é um ecossistema brasileiro que fica entre a floresta Amazônica e a Caatinga, ocupando parte dos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Pará e norte do Tocantins. Possui alta quantidade de cocais, principalmente o babaçu e a carnaúba. **Fonte:** Mundo Educação [Internet]. R7 Educação. acesso em 2014, Set 2.

condições de vida. "[...] a segurança alimentar e a segurança nutricional são como “duas faces da mesma moeda”, não podendo se garantir uma delas sem que a outra também esteja garantida." (MALUF; MENEZES, 2001, p. 03).

Os autores retratam que não basta encontrar-se de estômago cheio; É preciso que a alimentação consiga suprir as necessidades nutricionais dos povos, vale ressaltar que a dieta alimentar de cada povo varia de acordo com o tempo e o espaço e conseqüentemente as necessidades alimentício-nutricionais também são variáveis.

É importante ressaltar que a partir dos anos 1990, houveram mais discussões a cerca do conceito de segurança alimentar. Havia sido observado que a estratégia quantitativa não tinha erradicado o problema da fome, assim foram incorporadas outras dimensões como: questões nutricionais, de saúde e bem-estar. Além do reconhecimento das variações de dietas alimentares de acordo com questões culturais, ecossistêmicas e religiosas de cada povo. Assim em evento organizado pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), no ano de 1996, foi denominado:

Existe segurança alimentar quando as pessoas têm, de forma permanente, acesso físico e econômico a alimentos seguros, nutritivos e suficientes para satisfazer as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, a fim de levarem uma vida ativa e saudável. (Plano de Ação da Cimeira Mundial da Alimentação, 1996)

Nesse contexto verificamos que desde 1996, a discussão sobre segurança alimentar incorpora aspectos qualitativos, como a satisfação das necessidades dietéticas e preferências alimentares. É importante a incorporação desses vieses, pois alimentação adequada de cada sujeito varia de acordo com sua idade, cultura, religião, território onde vive.

Contudo uma mulher gestante de 25 anos, não possui a mesma necessidade alimentar que uma mulher da mesma idade não gestante. Da mesma forma, uma criança que vive na região amazônica possui hábitos e preferências alimentares diferentes dos de uma criança que vive na região dos pampas argentinos. Assim a consideração da diversidade alimentar contrapõe as estratégias de homogeneização das dietas alimentares vinculada à expansão do capital no campo.

Contudo as questões alimentares relacionam-se com os ecossistemas e com as condições climáticas, edáficas, pluviométricas e higrométricas. Portanto cada lugar possui culturas que se adaptaram àquelas condições estabelecidas pela natureza, como também se foi utilizada da criatividade camponesa para realizar experimentações com algumas plantas dentro dos mais variados ecossistemas.

Porém convivemos com o modelo agrícola industrial, que objetiva homogeneizar as dietas alimentares, reduzir geneticamente as culturas e contaminam a natureza com os agrotóxicos, além de não valorizar a manutenção dos modos de vida camponeses, como de seus saberes e criatividade.

En efecto, durante la última década, con el mismo argumento utilizado por la Revolución Verde, de paliar el hambre en el mundo, se está intentando iniciar, por parte de las corporaciones transnacionales (las mismas que durante los últimos treinta años acumularon las ganancias de los agroquímicos) una “biorrevolución transgénica”. Consiste ésta en sustituir la biotecnología de naturaleza industrial por otra nueva, ofrecida por la ingeniería genética, que permite manipular el ADN trasladando los genes entre especies para incentivar la manifestación de los rasgos genéticos deseados en plantas y animales. Se pasaría así, de una “agricultura industrializada” a una “agricultura transgénica” incrementando el proceso de degradación de la naturaleza y la sociedad. (SEVILLA-GUZMÁN, 2006, p. 12).

Uma agricultura baseada na lógica capitalista de produção não gera segurança alimentar e colabora para o endividamento e expropriação do campesinato, priorizando a sustentação das indústrias e dos laboratórios de biotecnologia; pois geralmente o cultivo de uma cultura alterada geneticamente está vinculado à utilização do pacote tecnológico agroquímico. A redução genética das espécies vegetais e animais juntamente com a universalização da alimentação empobrece e degrada a natureza além de enfraquecer as estratégias do campesinato para conviver com os agroecossistemas, causando também um empobrecimento sócio-cultural. Porém mesmo assim, muitos camponeses no Brasil acabaram aderindo ao pacote tecnológico da revolução verde. Sobre o processo de transição agroecológica pelo qual passou, o Sr. Manoel discorre:

Eu já trabalhei pra feira livre, CEASA Recife, deu levar 4 mil quilo de repolho, 4 mil quilo, num carro alonado, quase 4 mil quilo 3.800 quilo de repolho, de quando eu chegar em casa, o dinheiro que eu arrumar lá não deu pra pagar os trabalhador cá. Que a CEASA, a feira livre é o seguinte, tanto faz tiver cheia a CEASA, como amanhã tá vazia, tá cheia, tá vazia, é que nem a praia, tanto faz tiver lá em cima como cair lá baixo, se pegou

preço bem, se não pegou, perdeu tudo e aqui o orgânico não. Já faz uns 12 a 14 anos que comecei a trabalhar orgânico, graças a Deus, me senti muito bem, não trabalhei mais com agrotóxico, que prejudica muito também, não trabalhei mais com agrotóxico, me sinto muito bem, porque eu trabalho poquinho, faço minhas 5/6 caixas né pra feira no Recife, lá pra as Graças, onde a gente vende. Então me sinto muito melhor 90 por cento da feira livre, mais de 90 por cento. Então não quero sair mais, não vou abandonar meu trabalho mais nunca. (Sr. Manoel, Agricultor agroecológico gravataense, São Severino, 2014).

Para o Sr. Manoel a sua experiência agroecológica tem lhe proporcionado uma vida menos dependente da compra e mais autogestionária, como também diminuiu os gastos da família, trazendo assim uma maior estabilidade por conseguirem obter reservas, caso a próxima colheita sofra algum dano, como uma enchente ou uma seca por exemplo.

Na perspectiva camponesa, a segurança alimentar é um dos eixos estratégicos para sua reprodução por atender as necessidades dos próprios camponeses. Como também o reconhecimento do papel que o conjunto de atividades ligadas à produção de alimentos desempenha na configuração sócio-econômica e cultural dos territórios, traz à tona a segurança alimentar também como direito à permanência dos modos de vida camponeses.

1.6 Vertentes da Ciência Agroecológica

Nesse ponto pretendemos destacar a multiplicidade de estudos em Agroecologia ao redor do mundo. Porém vale ser ressaltada a questão que tais pesquisas são consideradas recentes, por terem eclodido predominantemente a partir do segundo quinquênio do século XX, fato que coloca a ciência agroecológica em um período de construção. Também pontuamos a ausência de uma reflexão epistemológica que pudesse servir como suporte para sistematizar as pesquisas, enquanto contribuições para o pensamento agroecológico.

Contudo, de forma incipiente, identificamos vertentes de orientação prática e reflexiva da Agroecologia, que exercem ou exerceram influência na realidade brasileira. Temos predominantemente estudos relacionados às realidades do campo espanhol, cubano, brasileiro, indiano, holandês e norte-americano. Consideram, Sevilla-Guzmán; Gonzalez de Molina (2013) que os trabalhos da década de 1980 de

Angel Palerm, se depreenderam uma posição epistemológica precursora da agroecologia.

A evolução teórica dos estudos camponeses para a inclusão da ecologia como uma dimensão essencial para a sua pesquisa surge da América Latina, centrando-se basicamente no México, (além de na Espanha), como no Peru, Bolívia e outros países também contribuindo rapidamente ao conservar sistemas de agricultura tradicional de grande valor agroecológico. (SEVILLA-GUZMÁN; MOLINA, 2013, p. 70).

Essa conservação parte tanto dos sujeitos sociais como também das questões conjunturais e estruturais nas quais encontravam-se esses países, que de uma forma auxiliaram na manutenção do manejo tradicional da natureza. Pontua-se que apesar do estabelecimento da lógica capitalista de produção na América Latina, mais expressivamente na década de 1950, não se conseguiu desvanecer as práticas e saberes dos povos camponeses tradicionais e indígenas. "Resulta evidente que em lugar das hipóteses e as práticas de seu desaparecimento, se necessita uma teoria da sua continuidade e uma práxis derivada da sua permanência histórica". (PALERM, 1980, p. 169).

Os estudos de Palerm sobre o campesinato na sociedade capitalista possuem, segundo Sevilla-Guzmán; Gonzalez de Molina (2013) tiveram grande importância para o precursor desencadeamento das pesquisas agroecológicas contemporâneas.

A perspectiva norte-americana inicia-se primeiramente, na década de 1920, com o campo da ecologia dos cultivos e, posteriormente, na década de 1930, quando alguns ecologistas propuseram o termo Agroecologia para denominar a ecologia aplicada à agricultura. Na década de 1960 recomeça o interesse de aplicar conceitos ecológicos na agricultura, em decorrência da pesquisa com comunidades camponesas, da influência crescente das abordagens sistêmicas e do aumento da consciência ambiental, principalmente após a publicação de *Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson, em 1962.

Neste livro a autora pontua os danos causados à natureza e às populações por conta da exploração dos bens naturais pela indústria e pela agricultura industrial, a poluição e doenças geradas pela utilização de agrotóxicos. Como também a elevada utilização de combustíveis fósseis, os quais geram emissões de gases

poluentes na atmosfera, que sustentam essas atividades econômicas de lógica capitalista.

No final da década de 1970 a partir de autores como Stephen Gliessman e Efraim Hernández Xolocotzi surge uma Agroecologia de perspectiva ecológica, mas que considerava também os aspectos sócio-culturais da agricultura. Segundo Gliessman a Agroecologia por um lado seria:

[...] o estudo dos processos econômicos e de agroecossistemas [...] e por outro, [...] é um agente para as mudanças sociais e ecológicas complexas que tenham necessidade de ocorrer no futuro a fim de levar a agricultura para uma base verdadeiramente sustentável. (GLIESSMAN, 2001, p. 55).

Para o autor os estudos dos agroecossistemas poderão acarretar em transformações sociais e ecológicas que priorizem o manejo inteligente e criativo do solo e da natureza com a não degradação destes; Dessa forma valorizando as agriculturas desenvolvidas pelos povos camponeses nos territórios.

Ainda que a influência da "corrente" norte-americana sobre as práticas agroecológicas ao redor do mundo seja expressiva, o surgimento, um pouco mais tarde, da vertente agroecológica européia abriu a possibilidade de um rico diálogo não só entre disciplinas científicas de uma mesma área, mas entre ciências diferentes, naturais e sociais, na busca tanto de um entendimento mais amplo dos impactos causados pelo paradigma da Revolução Verde[...] (MOREIRA; CARMO, p. 37-38, 2004).

O surgimento da Agroecologia na Espanha, ocorreu no fim dos anos 1980, devido a fatores sócio-políticos, econômicos e ambientais que estavam ocorrendo no país na época em questão. Fatores como o desgaste ambiental refletido no território pela agricultura monocultura, baseada na utilização de agrotóxicos e a eclosão de processos de luta contra a expropriação camponesa. Dessa maneira a Agroecologia surgiu como:

[...] um produto da confluência entre o ascendente movimento ecologista, a força que ainda tinha o movimento camponês em sua luta contra a marginalização, e a continuidade das reflexões da Nova Tradição dos Estudos Camponeses, abrindo caminho para uma caracterização agroecológica do campesinato. (CASADO; SEVILLA-GUZMÁN; GONZALEZ DE MOLINA, 2000, p. 85).

Na Espanha, a Agroecologia surgiu, concretamente, da interação entre os movimentos sociais camponeses e o movimento ecologista. Chegando à Europa

através de zonas onde a modernização agrícola, disseminada pela expansão do capital no campo, não havia se intensificado, como é o caso de Andaluzia – Espanha. Destacam-se nessa vertente nomes como Manuel Gonzalez de Molina e Eduardo Sevilla-Guzmán, os quais ressaltam o papel do campesinato para a concretização e disseminação das experiências agroecológicas.

Outro caráter que diferencia a perspectiva espanhola da norte-americana é a abordagem social e política, no livro *Sobre a evolução do conceito de campesinato* (2013) de González de Molina e Sevilla-Guzmán, nos artigos *Origem, evolução e perspectivas do desenvolvimento sustentável* (2009) de Sevilla-Guzmán, e *Las experiencias agroecológicas y su incidencia en el desarrollo rural sostenible. La necesidad de una agroecología política* (2013) de González de Molina, são abordados criticamente a forma de desenvolvimento, com lógica capitalista, que se implantou na América Latina. Além de pontuar a questão da reforma agrária para o avanço da Agroecologia.

Em palestra dada no VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia (2013) o Sevilla-Guzmán ao responder à pergunta sobre a relação entre as ideias descoloniais e a Agroecologia, enfatiza: "*Não temos uma ligação teórico-metodológica fundamentada, mas acredito que a Agroecologia tem uma ligação com a descolonialidade, e concordo com algumas ideias desses estudos*". (SEVILLA-GUZMÁN, VIII CBA, informação verbal, Porto Alegre - RS, 2013).

Aqui, a reflexão histórica concluiria mostrando como a descolonização se realizou numa forma incompleta na prática da totalidade do território que hoje constitui a América Latina. O processo nunca chegou a se concluir já que, ainda que se obtivesse a independência dos reinos ibéricos, nunca se chegou a eliminar a estrutura interna da colônia, mantendo-se o domínio ideológico do Ocidente. (SEVILLA-GUZMÁN; MOLINA, 2013, p. 18).

O desenvolvimento capitalista disseminado na América Latina gerou mais desigualdades sociais por não considerar as condições naturais, sócio-econômicas e políticas dos territórios latino-americanos precedentes a sua implantação. Quando os autores colocam que foi mantido o domínio ideológico ocidental, referem-se à proposição, feita pela lógica capitalista de produção, de um modelo socio-econômico universal, gerador de bem-estar.

No entanto ressaltamos que esse bem-estar está associado ao poder de compra dos consumidores, o qual é alto em países como os Estados Unidos,

Alemanha, Japão, entre outros; Logo os povos latino-americanos devem alcançá-lo. Tal ideologia busca exterminar as cosmovisões e as estratégias não capitalistas exercidas pelo campesinato sobre os territórios.

Nos estudos de Vandana Shiva, ao abordar a realidade do campo indiano com seu livro *Monoculturas da Mente* (2003) consegue unir o pensamento descolonial à Agroecologia, ressaltando a degradação da natureza e a exploração social causadas pelo desenvolvimento baseado na visão antropocêntrico-européia ocidental.

Na América Latina, destacam-se os estudos agroecológicos de Miguel Altieri, Susana Hecht e Víctor Toledo. O primeiro exerceu, um papel importante na disseminação da Agroecologia enquanto ciência por meio de sua revista *Agroecologia e Desenvolvimento* e do Consórcio Latino-americano de Agroecologia e Desenvolvimento (CLADES).

O pensamento agroecológico recebeu influência das ciências agrícolas (através das interações ecologia/agronomia/sociologia), de diferentes abordagens metodológicas para as análises agroecológicas dentro das ciências agrárias, do ambientalismo como contribuinte intelectual, da ecologia, dos sistemas de produção indígenas e camponeses, dos trabalhos antropológicos e de geógrafos e dos estudos de desenvolvimento rural por meio das análises dos impactos sociais da tecnologia, dos efeitos perniciosos da expansão do mercado de commodities, das implicações nas mudanças das relações sociais, das transformações nas estruturas de posse da terra e da crescente dificuldade de acesso aos recursos comuns pelas populações locais. (HECHT, 2002, p. 26).

A contribuição da Agroecologia vai além da questão técnica de produção na agricultura, uma vez que provoca reflexões fundamentais para a transformação das Ciências Agrárias, das formas de manejar a natureza e sobre a manutenção dos modos de vida tradicionais. Porém com a consolidação da Revolução Verde nos países como o Brasil, as Ciências Agrárias integraram-se e subordinaram-se a esse modelo.

Em contraponto à lógica capitalista, base da Revolução Verde, Toledo (2002) afirma que as culturas tradicionais possuem uma racionalidade ecológica. Esta é gerada pela valorização das percepções, vivenciadas por gerações, sobre a relação sujeito-natureza.

Ao lidar com a natureza relacionando questões simbólico-culturais, o manejo da terra não se resume às técnicas de cultivo, permitindo assim que o campesinato

não mercantilize a terra, a água, as plantas e os animais. Este autor pontua que a racionalidade ecológica é inerente aos camponeses e seus estudos possuem um caráter forte ao vincular a ecologia ao conhecimento popular tradicional camponês.

Outros autores que colocam o campesinato como sujeito primordial para o sucesso das experiências agroecológicas são Braulio Sosa, Adilén Jaime, Dana Lozano e Peter Rosset. No livro *Revolução agroecológica: o Movimento de Camponês a Camponês da ANAP em Cuba* (2012) essa questão fica bem pontuada.

Contudo vale ressaltar que o que diferencia este livro dos demais que abordam as experiências agroecológicas é a relação institucional entre o Estado cubano e a ANAP (Associação Nacional de Agricultores Pequenos), que juntos buscaram promover o Movimento Agroecológico de Camponês a Camponês (MACAC) em Cuba. Outro aspecto que é ressaltado nesse livro é a discussão da questão de gênero dentro das unidades produtivas agroecológicas, contribuindo assim para o surgimento de discussões críticas sobre o efeito do machismo/patriarcalismo no campo cubano.

[...] somou-se a experimentação camponesa, que contribuiu com as invenções e soluções para múltiplos problemas em todas as regiões do país. De fato, naquela época, os camponeses cubanos fizeram da necessidade, virtude. (SOSA, B. ; JAIME, A. ; LOZANO, D. ; ROSSET, P. , 2012, p. 56).

Os autores falam da época de crise pela qual Cuba passou; ressaltando como a experimentação camponesa foi bastante relevante para a reestruturação cubana durante o período Especial¹⁷, iniciado em 1991 com o desfacelamento da União Soviética, que subsidiava economicamente e politicamente àquele país.

A agricultura é uma atividade que remete à criatividade, necessitando de sujeitos criativos. A monotonia, rotina e atividades repetitivas não fazem parte do cotidiano dos camponeses. Durante o processo de manejo da unidade produtiva camponesa vale-se do sentir e do tocar para observar as respostas que a natureza dá a cada prática materializada, sempre buscando entender o que ela quer dizer.

¹⁷ Período de crise profunda (1991-1994), gerada pelo fim da União Soviética que financiava o país.
Fonte: SOSA, B. et. al. *Revolução agroecológica: o Movimento de Camponês a Camponês da ANAP em Cuba*, São Paulo, 2012.

Na Holanda, destacam-se os estudos de Ploeg (2000) e recentemente de Tomich (2011). Este caracteriza seus estudos na alta capacidade de resiliência das unidades produtivas agroecológicas, contextualizando com os processos de mudanças climáticas potencializados pela ação humana guiada pela lógica capitalista de produção.

No Brasil existem várias perspectivas agroecológicas, algumas de viés mais extensionista, advindas de experiências em órgãos institucionais e ONGs como o Centro SABIÁ. Enquanto outras estão relacionadas à crítica ao avanço do desenvolvimento capitalista no campo. Essas perspectivas trouxeram à tona discussões de conceitos como: transição agroecológica, desenvolvimento rural sustentável. Também buscou-se utilizar metodologias participativas, destacando o diálogo de saberes no processo de assessoria técnica horizontalizada. Contudo achamos pertinente contrapor a visão reducionista defendida pelo Zander Navarro (2013) pontuando os diversos estudos agroecológicos brasileiros.

Segundo Navarro, "Agroecologia é palavra cujo uso tem se expandido nos anos recentes. Seu significado não é preciso e a literatura sobre o assunto difunde compreensões que são principalmente retóricas". (NAVARRO, 2013, p. 12). Entretanto temos um grande legado teórico-metodológico, com autores dos mais diversos lugares do Brasil, como veremos adiante.

Existem muitos estudos relacionados à agroecologia no Brasil, como as pesquisas de Ana Primavesi (2002), Claudia Job Schmitt (2003), Nilsa Luzzi (2007), Marcos Figueiredo (2010), Jorge Tavares de Lima (2012), Francisco Roberto Caporal e José Antônio Costabeber (2007), entre outros. As pesquisas iniciais desses dois últimos autores interligam-se com suas experiências em extensão rural na EMATER/RS.

Na perspectiva agroecológica destacamos as teses de doutorado de Caporal, intitulada: *La extensión agraria del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible: el caso de Rio Grande do Sul - Brasil* (1998) e de Costabeber, intitulada: *Acción colectiva y procesos de transición agroecológica en Rio Grande do Sul, Brasil* (1998). Como também de Schmitt, C. *Tecendo as redes de uma nova agricultura: um estudo socioambiental da Região Serrana do Rio Grande do Sul* (2003) e de Tavares de Lima, J. *Sombras y silencios en la educación de campo en Brasil: un estudio de caso desde un asentamiento de reforma agraria en Pernambuco* (2012).

Além dos estudos de Caporal (2009) onde é proposto uma Política Nacional de Transição Agroecológica para o Brasil.

Dentro da vertente extensionista brasileira temos também o Carlos Armênio Khatounian, o qual trabalha a abordagem sistêmica com metodologia iterativo-interativa. "O exercício iterativo de análise e síntese e interativo com o agricultor vai esboçando o perfil da ação necessária, que tanto pode ser uma inovação tecnológica como algo completamente distinto[...]" (KHATOUNIAN, 2001, p. 62). O autor ilustra como a Agroecologia, vinculada às questões metodológicas auxilia no processo de extensão rural no Brasil, propondo que este seja mais horizontal para gerar equidade e autonomia aos agricultores.

Esta nova perspectiva teórica e operativa não coincide com o modelo tradicional de transferência de tecnologias e inovações adotado pela extensão rural no período da Revolução Verde e parece ser mais adequada que aquele quando se trata de buscar objetivos de equidade e sustentabilidade. A Agroecologia adota os sistemas agrícolas – ecossistemas ou agroecossistemas – como unidades fundamentais de estudo, ademais de entender o agroecossistema como uma unidade onde co-evoluem culturas específicas e suas respectivas formas de interação em e com o ambiente natural. Assim mesmo, enfatiza a importância dos componentes de diversidade: biodiversidade ecológica e sociocultural. De igual forma destaca a importância do desenvolvimento local e do conhecimento dos agricultores [...] (CAPORAL; COSTABEBER, 2007, p. 57).

Os autores ressaltam a divergência existente entre os princípios e práticas agroecológicas e a ideologia desenvolvimentista, que incentivou a implementação da Revolução Verde. Partindo de uma concepção metodológica sistêmica, ao enfatizar a biodiversidade sociocultural e ecológica, é pontuada a importância de paradigmas que dialoguem com as diversas realidades existentes e possibilitem a heterogeneidade nos territórios.

Em Pernambuco, na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) destaca-se a tese de doutorado de Marcos Figueiredo, que faz correlação entre o avanço da agroecologia na Zona da Mata pernambucana e a instituição de Assentamentos de Reforma Agrária, intitulada: *Una estrategia de desarrollo local desde las experiencias agroecológicas de la región cañera pernambucana – Brasil* (2010). Pontuando que essa mesorregião é cultivada hegemonicamente, desde a colonização, com o monocultivo da cana-de-açúcar.

La percepción sobre los perjuicios económicos generados por la plantación moderna, principalmente los costes de producción y los bajos precios a la hora de la comercialización, fue un aspecto central de las reflexiones colectivas que, sin duda alguna, influenció a las familias hacia a la búsqueda de métodos ecológicos y productivos para se contraponer al modelo cañero. (FIGUEIREDO, 2010, p.130.)

O autor retrata como os processos de luta pela terra eclodidos no Brasil nas décadas 1980/1990, tornaram propícia a busca por outras formas de manejo da terra, que favorecessem o campesinato nos mais diversos âmbitos (econômico e sócio-cultural). Ao destacar os métodos ecológicos e produtivos como contraposição ao modelo produtivo canavieiro capitalista é pontuado que os primeiros possuem certa relação com os modo de vida camponeses. Logo possibilitam o desenvolvimento de sistemas produtivos baseados no potencial endógeno de cada unidade, como também no conhecimento camponês.

Outros estudos questionadores do desenvolvimento capitalista no campo brasileiro, que vem expropriando camponeses de seus territórios e degrada a natureza em prol da expansão do agronegócio, são os de Claudia Job Schmitt (1995). Voltando-se para a proposição de políticas públicas que favoreçam os camponeses.

Dentro da Geografia existem poucos trabalhos que se debruçaram sobre o estudo da Agroecologia; no entanto atualmente alguns autores como Valéria de Marcos (2007), Marcelo Mendonça (2012), entre outros vêm analisando o papel do campesinato na construção da agroecologia no Brasil. Nesse diálogo entre a Geografia e a Agroecologia destacamos as teses de doutorado: *Campesinato, resistência emancipação: o modelo agroecológico adotado pelo MST no estado do Paraná* (2008) de Sérgio Gonçalves, e *Transformando terra em território: construção e dinâmica do sistema local territorial agroecológico em Francisco Beltrão, Paraná*, (2014) de Márcio Freitas Eduardo.

A agroecologia, enquanto fenômeno de contra-hegemonia ao agronegócio, mais que simples atino à dimensão ecológica da produção agrícola, mais que mero conjunto de técnicas para o manejo sustentável de agroecossistemas, afirma-se como potencialidade ao desenvolvimento territorial camponês, proporcionando processos de ativação das territorialidades na direção da reapropriação social da natureza e do aumento da autonomia relativa dos grupos sociais subalternizados. (EDUARDO, 2014, p.127).

É importante que avancemos dentro da Geografia nos estudos com perspectivas agroecológicas, pois como ressalta Eduardo (2014) apesar de existirem contradições político-econômicas e estruturais no Brasil, a Agroecologia mostrou ser relevante para a solução de problemáticas socioeconômicas, políticas e ambientais em Francisco Beltrão - Paraná. Isto contrapõe à ideia disseminada pelos ideais desenvolvimentistas, que o conhecimento tradicional camponês é arcaico e atrasado.

1.7 Concepções de Território

O território como conceito tem sido amplamente utilizado pelas Ciências Sociais, principalmente nas últimas décadas do século XX. Na Geografia é utilizado para compreender as relações sociedade-natureza, como também as relações de conflito entre os sujeitos sociais. Os estudos de Friedrich Ratzel sobre o território tornaram-se clássicos e embasavam-se fortemente nas dimensões ambientais e políticas do território.

Na contemporaneidade estudos de autores como Claude Raffestin (1993) e Rogério Haesbaert (2006) diferenciam-se do conceito clássico de Território ao utilizarem a abordagem multidimensional na análise territorial.

Podemos considerar que no Brasil o conceito de território foi analisado enquanto categoria central em pesquisas desenvolvidas por estudiosos da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL). Sendo utilizado pelo Estado, em políticas de ordenamento territorial que acarretariam no desenvolvimento regional, a partir de atuação de órgãos como a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), criada em 1959. Um exemplo desses estudos, segundo Delgado (2005) é o Plano Trienal (1963-1965)¹⁸ coordenado por Celso Furtado, vinculado à visão desenvolvimentista-funcionalista cepalina. Esse plano diagnosticou atraso no desempenho da agricultura, comparativamente à indústria. Logo, com o golpe militar de 1964, partindo desse diagnóstico, é instaurada a modernização técnica da agricultura sem reforma agrária. Assim para o

¹⁸ Para mais informações ver: Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, Programa de ação econômica do governo: 1964-1966, 1964.

autor as teses cepalinas auxiliaram o avanço do capital no campo brasileiro, que era visto como atrasado e precisava modernizar-se.

Em contraponto, o território começou a fazer parte das pautas e planos de luta dos movimentos sociais camponeses (MST), enfatizando o direito à terra e o uso dos territórios por esses sujeitos.

Nesse contexto Haesbaert (2011) pontua os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização que envolvem as lutas por terra no Brasil. Criticando as análises que prevêm a desterritorialização como o fim dos territórios, que estariam relacionadas à instantaneidade, ao fim das distâncias, à circulação e flexibilidade dos fluxos de capital e informação, a internacionalização do capital, a homogeneização da cultura presentes desde o período da chamada globalização.

Entretanto, tal pressuposto, apresenta-se como fruto de reflexões restritas sobre os significados de território, muitas vezes reduzindo-o ao substrato material sob influência de um grupo econômico ou do Estado. Consideramos o território como um híbrido, caracterizado por ser composto de elementos diferentes, possuindo um sentido material (ambiente) e imaterial (sentimento de identificação) que se complementa.

Discute-se, a partir de autores como Raffestin (1993), Haesbaert (2006) o território com uma perspectiva integradora, relacional que reúne aspectos materiais e imateriais das esferas políticas, econômicas e simbólico/culturais em sua composição, tendo o poder como inerente nas relações entre todos os sujeitos sociais, e não apenas à classe hegemônica ressaltada pela hierarquia.

Dessa maneira pretendemos percorrer por algumas concepções de território na Geografia. Categoria chave para a compreensão das problemáticas atuais, que aguçam os processos de luta por terra e de resistência. Segundo Ratzel (1990):

É fácil convencer-se de que do mesmo modo como não se pode considerar mesmo o Estado mais simples sem o seu território, assim também a sociedade mais simples só pode ser concebida junto com o território que lhe pertence. O fato de estes dois organismos estarem ligados ao seu solo é a consequência natural da ligação evidente que une a criatura humana à Terra. É certo porém que a consideração sobre o solo se impõe mais na história do Estado que na da sociedade; isto deriva da maior amplitude das porções de território sobre o qual a propriedade daquele se exerce. (RATZEL, 1990, p.73).

A visão ratzeliana considera o território como solo vinculando-o ao Estado, é importante considerarmos que no século XIX, foi ressaltado a questão do Estado-nação enquanto símbolo de liberdade e democracia, sendo assim ao considerar intrínseca a relação entre território e Estado auxiliou bastante estudos que objetivavam propor estratégias de expansão e manutenção daquele enquanto nação. Essa concepção clássica não considera a multiplicidade de territórios existentes em um país, não valorizando a territorialidade que os sujeitos mantêm com o território, pois resalta as questões políticas e econômicas entre países.

Apesar do contexto positivista a visão ratzeliana contribuiu para alertar sobre o negligenciamento do espaço nas abordagens das Ciências Sociais do final do século XIX, ressaltando o papel que o território possuiu para a compreensão dos fenômenos políticos e sociais. Entretanto para Ratzel, "o território é a base de recursos para sobrevivência da sociedade, de onde se retira a alimentação e o local de habitação. Este, portanto, deve ser controlado pelo grupo social que nele habita". (RATZEL, 1990, p. 80). Esta concepção caracteriza a relação entre sociedade e território a partir do protecionismo, que conseqüentemente proporcionaria a manutenção dos povos, pontuando um caráter vital nesta relação.

É através da influência da obra ratzeliana que surge uma tradição de associação do conceito de território à ideia de "território nacional" ou áreas sobre domínio, controle do Estado. Contudo, segundo Raffestin (1993) a obra de Ratzel *Antropogeografia*, 1882, é um "momento epistemológico", quer se trate de sua própria antropogeografia ou de sua geografia política; ressaltando a importância da concepção territorial ratzeliana para o pensamento geográfico.

Em contrapondo à abordagem territorial clássica, Raffestin (1993) aborda a multidimensionalidade. Para este autor as origens do poder são múltiplas, ele não pode ser tratado como algo pertencente a um grupo ou organização, assim as relações entre os diversos sujeitos detentores de poder, irão definir as características mais ou menos dissimétricas dos territórios.

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p. 40).

Ao considerar a dimensão simbólica existente na relação homem-território, o autor pontua que o processo de territorialização vai além da apropriação do espaço concreto, ressaltando que o território é mais que um substrato material.

Nesse contexto, o território, para Raffestin, “é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação[...]” (Raffestin, 1993, p. 144). Para ele toda prática espacial, ou seja a ação, energia mais ou menos informada, gera uma produção territorial, uma marca espacial material ou imaterial.

Todo projeto é sustentado por um conhecimento e uma prática, isto é, por ações e/ou comportamentos que, é claro, supõem a posse de códigos, de sistemas sêmicos. É por esses sistemas sêmicos que se realizam as objetivações do espaço, que são processos sociais. É preciso, pois, compreender que o espaço representado é uma relação e que suas propriedades são reveladas por meio de códigos e de sistemas sêmicos.(RAFFESTIN, 1993, p. 52).

Ao considerar que a representação de qualquer projeto no espaço revela a imagem desejada de um território, coloca-se a questão de que este é transformado, de acordo com as ações dos diversos sujeitos sociais.

Então como os sujeitos não são homogêneos, suas ideologias e ações também não serão por isso as formas como o campesinato, a partir de seu sistema sêmico, interferem sobre o território são múltiplas e variáveis. Quando consideram seu aspecto imaterial, as abordagens territoriais, concebem perspectivas que valorizam a sociodiversidade e a multiplicidade de territórios.

No Brasil Haesbaert (2006) considera as territorialidades existentes a partir do vínculo homem-território. Este vínculo se materializa de diversas maneiras, como no *corpus* de um povo. Aqui consideramos aquele como a reunião de saberes-fazeres de comunidades rurais camponesas, sendo o conhecimento desses sujeitos sociais que foi passado e mantido ao longo dos anos de geração em geração.

As formas de manipulação do espaço, parece claro, não jogam apenas um papel decisivo para a realização das estratégias político-econômicas dominantes. Elas podem corresponder também à base para a formulação de propostas minoritárias de convivência social e um referencial indispensável para a articulação e/ou preservação de identidades coletivas diferenciadoras.(HAESBAERT, 2006, p. 14).

Quando Haesbaert (2006) aborda as formas de manipulação do espaço, refere-se à abordagem territorial multidimensional ao considerar as várias facetas

que os mais diversos sujeitos poderão concretizar no território; sendo estas de hegemônicas e hierárquicas à minoritárias e autárquicas.

Todavia ressaltamos que o autarquismo ao qual nos referimos, simboliza a capacidade autogestionária existente nas comunidades camponesas, não o entendemos como uma ruptura total com o estado brasileiro. Dessa forma, muitos camponeses utilizam de programas sociais advindos do estado, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) por exemplo, como suporte à resistência de seus modos de vida nos territórios.

Outro autor que se debruçou sobre os estudos do território foi Fernandes (2008). Ele pontua a relação intrínseca entre totalidade e multidimensionalidade.

O princípio da multidimensionalidade nos ajuda a compreender melhor o da totalidade, já que são as dimensões que a compõem. As dimensões são formadas pelas condições construídas pelos sujeitos em suas práticas sociais na relação com a natureza e entre si. As múltiplas dimensões do território são produzidas relações sociais, econômicas, políticas, ambientais e culturais. A dimensão une espaço e relação, que são construídos pelas ações e intencionalidades. (FERNANDES, 2008, p. 06).

É proposto que o caráter relacional do território está vinculado às várias intenções que o configuram. Pontuando que os sujeitos constroem seus territórios, a partir das múltiplas relações sócio-políticas, econômicas, ambientais e culturais. Nessa perspectiva dá-se importância aos usos dos territórios, partindo da tipologia de territórios (primeiro, segundo e terceiro), acredita-se na sobreposição deles para a compreensão de um território diverso contemporâneo, em contraponto com o território unidimensional. Sendo o primeiro os espaços de governança, as propriedades como segundo, e os espaços relacionais como terceiro território.

Outra perspectiva abordada é a de Camacho; Cubas (2011) que consideram os territórios camponeses na sua materialidade, enquanto espaços de organização próprios (sistemas de moradia, produção, distribuição de alimentos e áreas de lazer) denominados unidades familiares de produção, que são os sítios, as parcelas de assentamentos rurais ou os acampamentos de luta pela terra.

Todavia retratam também a questão do território camponês possuir um componente simbólico, que ultrapassa os respectivos espaços rurais das unidades produtivas familiares, perpassando pelas ideias, crenças, ideais conhecimentos e saberes-fazeres passados de geração em geração. Nessa abordagem é

considerado que o processo de ordenamento do território ocorre através de várias escalas, ultrapassando o ordenamento territorial advindo do estado.

Revisando as diversas concepções de território, pontuamos que os estudos quando consideram o território em seu caráter unidimensional estão dando suporte para a ação das formas hegemônicas capitalistas, contribuindo assim para a expansão do capital no campo. Na maioria das vezes essa abordagem é utilizada, não coincidentemente, pelo Estado para fundamentar suas políticas territoriais.

Correlacionando as concepções de território da Geografia com estudos que abordam a Agroecologia, como a tese de Virgínia Aguiar (2007). Percebemos a abordagem do conceito de território como essencial para compreender a amplitude do espaço ocupado. Onde é ressaltada a dimensão do território camponês da Morraria, no Mato Grosso - Brasil, como espaço de construção do conhecimento camponês.

Para encontrar las comunidades campesinas tradicionales de la región buscamos a aquellos agricultores familiares que vivían en el Sudoeste de Mato Grosso desde que hacía muchas generaciones, diferenciándolos de aquellos agricultores inmigrantes que habían pasado por un proceso reciente de ocupación del territorio. (AGUIAR, 2007, p. 111-112)

Ao considerar os camponeses em duas categorias, tradicionais e imigrantes, em relação à ocupação do território consideramos que a autora aponta a multiplicidade de usos nos territórios existentes em um determinado estado-nação; Diferenciando-se assim da concepção clássica. A autora destaca também a ideia de uma identidade morroquiana fortemente vinculada ao território. Outra diferenciação é a consideração da dimensão simbólica existente na relação camponês-território, vinculada ao sentimento de pertencimento, que Haesbaert (2011) chama de territorialidade.

Outro autor que também se debruçou sobre os estudos dos territórios camponeses foi Silveira (2010) para ele:

Avançar na construção de territórios camponeses requer, antes de tudo, destrinchar suas trajetórias históricas de ocupação e uso, o que implica entender as dinâmicas econômicas, as relações de poder e as organizações sociais territorialmente originadas. [...] Os processos de construção e disseminação de conhecimentos relacionados ao uso e manejo dos recursos dos agroecossistemas desempenham um papel central na reestruturação da lógica camponesa de gestão dos territórios rurais. (SILVEIRA, 2010, p. 04-05).

Para o autor os territórios camponeses são a base das recentes melhoras nas condições de vida no campo brasileiro, devido à produção de alimentos e à conservação da natureza. A valorização dos saberes tradicionais das famílias camponesas, assim como de suas histórias/memórias, constituem papel fundamental para o auto-reconhecimento dos povos camponeses enquanto sujeitos que produzem territórios de resistência. Esta se dá pela manutenção de seus modos de vida, por processos de luta pela terra, pela manutenção em seus territórios, pela busca por mais autonomia e por segurança alimentar.

Ressaltamos aqui a importância da existência de estudos na Agroecologia que abordem os territórios, pelo sua relevância enquanto categoria de análise associada à relações de poder e identitárias entre os sujeitos e os territórios aos quais estão vinculados. Assim no próximo capítulo pontuamos e analisamos os processos de ocupação e utilização dos territórios gravataenses, pelos diversos sujeitos sociais. Para então compreendermos as transformações ocorridas sobre esses territórios.

2.0 TERRITÓRIOS DE GRAVATÁ - PE: SUJEITOS E PROCESSOS

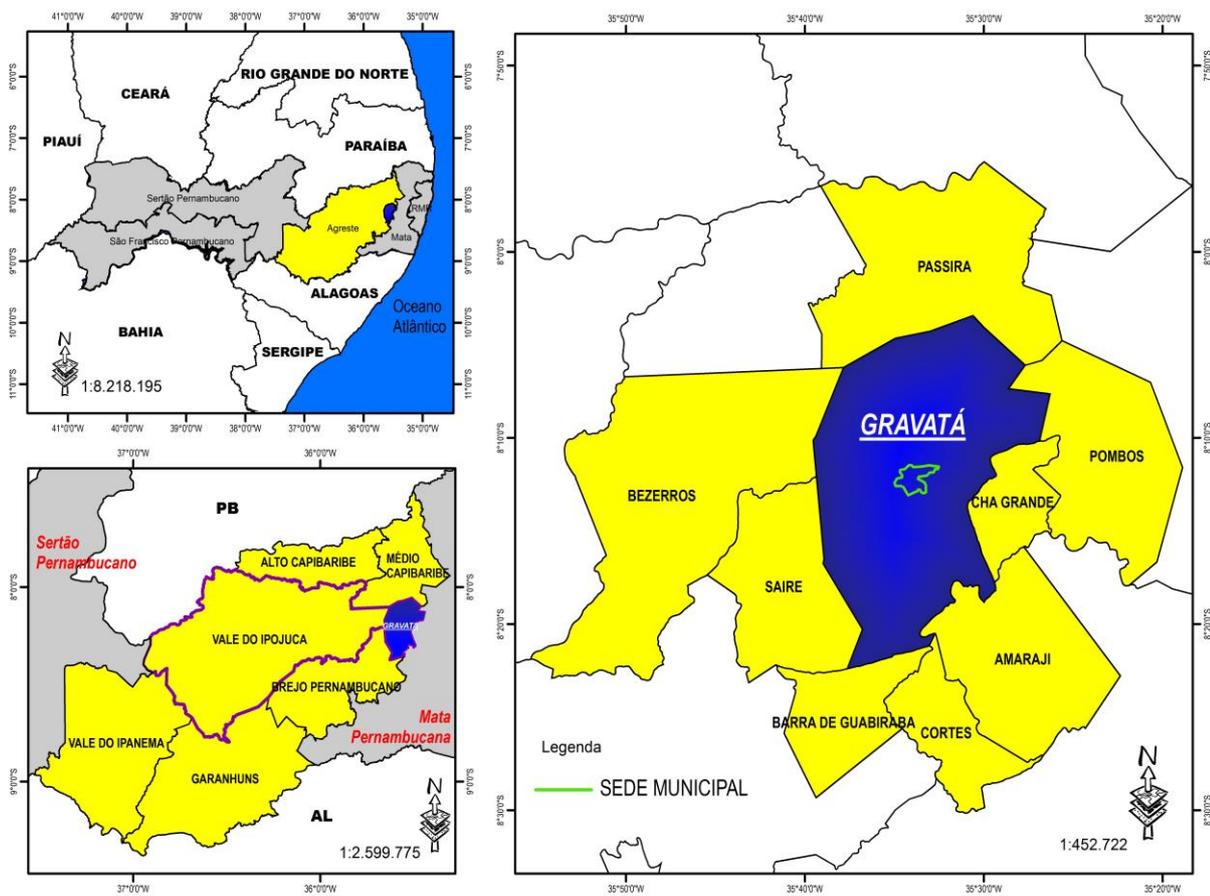
2.1 Ocupação e Utilização do Território

Gravatá está localizada na Mesorregião Agreste Central e na Microrregião Vale do Ipojuca do estado de Pernambuco (Mapa 01), limitando-se a norte com Passira, a sul com Barra de Guabiraba, Cortês e Amaraji, a leste com Pombos e Chã Grande, e a oeste com Bezerros e Sairé. A área municipal ocupa 489,5 km². A sede do município tem uma altitude aproximada de 447 metros e coordenadas geográficas de 08° 12' 04" de latitude sul e 35° 33' 53" de longitude oeste, distando 87,7 km da capital.

O município de Gravatá foi criado em 30/05/1881, pela Lei Provincial nº 1.560, sendo formado pelos distritos Sede, Mandacaru, Uruçu-Mirim, Avencas, Russinhas e São Severino. Tendo sua origem em 1808 como uma fazenda que pertencia a José Justino Carreiro de Miranda.

Em 1816 iniciou-se a construção de uma capela dedicada a Sant'Ana, que em 1822 foi concluída por seu filho João Félix Justiniano, essa capela depois tornar-se-ia a Igreja Católica Matriz de Sant'Ana. Após sua construção, as terras da fazenda foram divididas em 100 lotes e vendidas aos moradores que haviam se estabelecido em torno da igreja, dando início ao povoado de Gravatá, distrito do município de Bezerros - PE.

Mapa 01: Localização do Município de Gravatá no estado de Pernambuco e a Mesorregião e Microrregião nas quais está situado.



Fonte: IBGE, Área territorial oficial. Consulta por Unidade da Federação. Rio de Janeiro: IBGE [2009]. ArcGIS 9.3. **Organizado por:** Girlan Cândido (2010).

O povoado servia como hospedagem para os viajantes que iam comercializar o açúcar da Zona da Mata e a carne bovina do Agreste e do Sertão. O porto da cidade do Recife e o interior do estado, em direção ao oeste faziam parte da rota comercial desses produtos. Dessa maneira o povoado possuía uma posição estratégica por localizar-se no agreste central pernambucano, sendo a rota mais rápida para quem vinha do sertão em direção a Recife e vice-versa. Todavia além da rapidez existia também o atrativo das temperaturas amenas, fato que atraía os viajantes a optarem por essa rota.

Esse povoado ficou conhecido inicialmente como Carootá¹⁹, denominação derivante da palavra tupi Karawatã (mato que fura), por conta da predominância dessa planta na região. Na Reserva Florestas de Jussará, a qual falaremos adiante, é realizada uma trilha abordando a história dos povos indígenas Carapatós, sendo eles os primeiros habitantes de Gravatá - PE. Segundo a Fundação Joaquim Nabuco:

O povo indígena Fulni-ô, também conhecidos por Carnijós ou Carijós seriam possivelmente remanescentes de uma etnia cuja denominação mais antiga era Carapató. Este povo se estabeleceu por longos períodos nos locais onde posteriormente se desenvolveram as cidades de Águas Belas, Caruaru, Gravatá, Taquaritinga do Norte e Brejo da Madre de Deus. (FUNDAJ. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br>. acesso em 2014, Nov. 19).

É importante pontuar a existência dos povos indígenas Carapatós, que deram origem ao povo Fulni-ô, na história de ocupação do território gravataense. Pois buscamos visibilizar a relevância dos povos indígenas na organização sócio-cultural do território, muitas vezes invisibilizado. Já que quando fomos a procura da história de Gravatá, o ponto de partida é a influência do fazendeiro latifundiário José Justino Carreiro de Miranda no processo de configuração territorial do município. Não é abordada, segundo MOREIRA (2011), a quebra do arranjo espacial indígena existente antes da expansão da *plantation*²⁰ sobre os vales do piemonte da

¹⁹ Carootá (*Bromelia pinguin*), também conhecido como gravatá, caravatá, caroá, caraguatá, caruatá-de-pau, coroá, corootá é uma planta da família Bromeliaceae. **Fonte:** PRIBERAM [Internet]. Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. acesso em 2014, Out. 10.

²⁰ Sistema agrícola baseado na monocultura para exportação, nos latifúndios e na força de trabalho escrava. **Fonte:** Mundo Educação [Internet]. R7 Educação. acesso em 2014, Set 2.

Borborema, e toda configuração espacial exigida para abastecer esse modelo monocultor canavieiro, como as pequenas lavouras e as áreas destinadas à pecuária.

O município de Gravatá está inserido predominantemente na unidade geoambiental do Planalto da Borborema, e geologicamente na Província da Borborema, sua altitude varia entre 650 a 1.000 metros. Sendo recortado por rios perenes, mas de pequena vazão, como o Rio Ipojuca e Amaraji. No entanto vale destacar que o primeiro é um dos principais rios de Pernambuco. Já a vegetação é formada predominantemente por Florestas Subcaducifolia, Caducifolia e Hipoxerófila. Onde são encontrados vários tipos de solos, como os Planossolos, Podzólicos e Litólicos, todos com fertilidade entre média a alta.

Tendo o clima Tropical Chuvoso, com verão seco, tipo As', segundo a classificação de Köppen, a estação chuvosa inicia-se em janeiro ou fevereiro e vai até setembro, possuindo um bom índice pluviométrico. *"Aqui a gente não sofre por água, sempre tem chuva, deve ser também por conta dessas mata, que tem muita por aqui"*. (Agricultor gravataense, São Severino, 2014).

O camponês ressalta que o fato da região ter um bom regime de chuvas o ajudou bastante a manter sua unidade produtiva agroecológica. Contudo no período de seca para regar as hortaliças, é utilizada a irrigação por gravidade, sendo a água utilizada advinda de uma nascente.

Na antiga fazenda Gravatá uma das principais atividades econômicas desenvolvida era a criação de gado leiteiro. Entretanto a agricultura camponesa era desenvolvida em suas mediações, onde eram cultivados macaxeira, milho, feijão, frutas e hortaliças em pequena escala.

Contudo além desses usos, o território gravataense também sofreu a influência da monocultura canavieira, com o estabelecimento do Engenho Jussará e da Usina Nossa Senhora do Carmo. O primeiro pertencia a Antônio Florentino Cavalcanti de Albuquerque, depois passou a pertencer a Gervásio Gonçalves da Silva e na segunda metade do século XIX foi comprado pelo tenente-coronel João Florentino Cavalcanti de Albuquerque, nessa época era cultivado a cana-de-açúcar, principalmente para a produção artesanal de açúcar, cachaça, rapadura e mel de engenho, além das pastagens para criação de gado.

Fatores como a abolição da escravatura em 13 de maio de 1888, a queda nos preços do açúcar e a falta de capital para se modernizar, auxiliaram no declínio econômico desse engenho, que o levou a venda em 1970.

O Engenho Jussará foi adquirido pela família Aarão Lins de Andrade em 1970, tendo 400 ha. As principais atividades econômicas desenvolvidas eram o cultivo da cana-de-açúcar para a produção de álcool e a produção artesanal de mel, açúcar, cachaça, rapadura, como também a criação de gado.

Atualmente o Engenho Jussará encontra-se desativado, porém é mantida a monocultura canvieira, além da criação de gado nas antigas áreas de manejo. Contudo os atuais proprietários, partindo de uma iniciativa de preservação das matas locais organizaram a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Florestas de Jussará, na qual são desenvolvidas trilhas ecológicas com propósito ecopedagógico. Esse tipo de atividade faz parte das propostas de ecoturismo eclodidas em Gravatá nos final dos anos 1990.

Em 1918 o Coronel João Correia de Queiroz Monteiro fundou o Engenho N. S. do Carmo, que em 1944 foi transformado em Usina N. S. do Carmo para produzir prioritariamente álcool, tendo uma área média de 898,8099 hectares. Esse engenho localizava-se em Pombos, antigo distrito de Vitória de Santo Antão - PE, mas quando tornou-se usina ocorreu uma expansão de seu território cultivado com cana-de-açúcar, até as áreas de brejo de altitude em torno do município de Gravatá - PE. Já em 1990 foi vendida para José Aristóphanes Pereira, Hendrik da Costa Oliveira e Manoel Octaviano Colaço Dias.

Devido à monocultura da cana-de-açúcar e a alta utilização de agrotóxicos, o solo da usina sofreu grande degradação, como lixiviação²¹, perda de nutrientes, contaminação, aquecimento. Assim, uma das alternativas encontradas para manter a produtividade da usina, era expandir-se territorialmente para regiões não degradadas ambientalmente, como as áreas de brejo de altitude. A medida que expandia-se para outras áreas, foram deixadas para trás muitas terras nas

²¹ É o processo de perda dos minerais do perfil do solo, causado pela "lavagem" promovida pelas chuvas torrenciais e pela infiltração de água no solo. A água que se infiltra pelos poros, como em uma esponja, vai literalmente lavando os sais minerais hidrossolúveis (sódio, potássio, cálcio) e diminui a fertilidade do solo. Para mais informações ver: BUCKMAN; BRADY, The nature and properties of soils: a college text of edaphology, 1960.

condições de improdutivas. Contudo outros fatores confluíram para essa alternativa, segundo Andrade et. al. (2001).

A crise ocorreu graças à ação de uma série de fatores, tais como: o atraso tecnológico do parque industrial açucareiro, em comparação com outras áreas do país, a crise do mercado internacional de açúcar, as transformações políticas do governo federal, com a extinção do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), a abertura para o mercado, e finalmente, a ocorrência de dois grandes períodos de seca, nas décadas de 80 e 90. (ANDRADE et al., 2001, p. 07).

Contudo vale ressaltar que a maneira como foi concedida a terra no Brasil, neste caso enfatizaremos o estado de Pernambuco, se deu de forma desigual e excludente. Priorizando os interesses das oligarquias patronais em relação aos interesses dos povos camponeses e indígenas, fato que resultou na alta concentração fundiária e de renda, e ampliou as desigualdades sociais.

Logo, nessa atmosfera de crise no campo brasileiro, o descontentamento gerado pela política clientelista fez surgir movimentos camponeses questionadores do modelo produtivo monocultor agroindustrial e de sua estrutura baseada no latifúndio.

Assim, na década de 1980, a eclosão do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) no Brasil, desencadeou em Gravatá - Pernambuco, lutas e conflitos por terra protagonizados entre os povos camponeses e os latifundiários. Entre 1994 a 1997 as terras da usina N. S. do Carmo foram consideradas improdutivas e passaram a serem ocupadas pelos *sem-terra*, que estabeleceram os acampamentos de luta pela terra e propunham a desapropriação do latifúndio.

"As famílias acampadas procuram resistir de diferentes maneiras para não sair da terra. Esta resistência pode ser desenvolvida a partir da (re)criação de formas de luta popular e de pressão política sobre parlamentares e governos". (FERNANDES, 1999, p. 239). Com a ocupação começa-se a desenvolver um modelo organizativo baseado no trabalho das famílias e na Assembléia do Acampamento de São Severino, sendo esta o máximo foro deliberativo. Essa recriação vai dar-se a partir das múltiplas estratégias (organizacional, mobilização política, manejo) utilizadas pelo campesinato para manterem-se no território de conflito.

Em 22 de agosto de 1994, iniciou-se um processo de ocupação pela desapropriação de terras da Usina N. S. do Carmo. Em 02 de agosto de 1995 o Acampamento tornou-se Assentamento Perseverança, organizado em agrovila, com uma área de 513,0000 hectares e capacidade para assentar 50 famílias, porém com apenas com 32 famílias assentadas.

Já em 17 de setembro de 1996 iniciou-se a ocupação, instaurada em forma de Acampamento, das terras que seriam desapropriadas e tornar-se-ia em 30 de dezembro de 1996 o Assentamento rural Várzea Grande. Este possui uma área de 385,8099 hectares e capacidade para assentar 38 famílias, tendo atualmente o respectivo número de famílias assentadas.

Também é importante colocarmos que os camponeses nem sempre são naturais da região onde estão acampados e assentados, pois muitos vieram de outras localidades para lutarem por terra nas mediações de Gravatá - PE.

Na época que morava com meus pais no Agreste a agricultura era de sequeiro. Plantava milho e feijão. Aqui no Brejo as tentativas foram minhas e do meu sonho de ter um sítio assim. (Rosália, Agricultora gravataense, Assentamento Várzea Grande, 2014).

A camponesa pontua que desde sua infância almejava ter um sítio com bastante diversidade, muitas plantas e "pés de frutas". Acreditamos que quando a camponesa passou pelo processo de mobilização social disseminador das experiências agroecológicas, impulsionado pela AMA GRAVATÁ, o vinculou a uma possibilidade de conseguir manejar seu sítio diferente do manejo realizado por seus pais. Vale a pena pontuar que o fato de um sítio ser ecologicamente diverso não significa que ele seja agroecológico, no entanto as unidades produtivas agroecológicas são ecologicamente e sócio-culturalmente diversas.

Já em São Severino o processo de ocupação da terra pelo campesinato se estabeleceu de duas formas, uma no início do século XX, pela utilização das terras da Igreja Católica, e a outra em 1996, pela ocupação e estabelecimento de Acampamento de luta pela terra nas terras do Engenho Jussará. Porém, segundo Monteiro Filha (2008) neste primeiro caso os camponeses são considerados como

arrendatários, porque pagam laudêmio²², uma remuneração anual à igreja pelo uso da terra, que é patrimônio de São Severino. Todavia apesar dessa denominação muitos desses camponeses também são acampados.

De uma forma geral os moradores da Ruinha de São Severino (Foto 01) vivem lá desde que nasceram, poucos vieram de outras regiões e estabeleceram-se depois de casados. *"Nascemos e se criamos aqui e nunca trabalhamos com veneno"*. (Agricultoras gravataenses, São Severino, 2014). Nestas falas constatamos que as famílias dessas camponesas vivem na Ruinha de São Severino há no mínimo três gerações.

Foto 01: Ruinha de São Severino, Gravatá - PE.



Fonte: Izabela Gomes, São Severino, Gravatá - PE, 2014.

Outro fator a ser ressaltado nas falas dessas duas camponesas, é que afirmam nunca terem utilizado agrotóxicos em suas unidades produtivas. Assim nestes casos o manejo da terra era baseado principalmente pelos saberes-fazeres (práticas e conhecimentos) tradicionais camponeses, passados de geração em geração. Porém a falta de acesso à políticas de extensão rural e o não acesso ao mercado antes da década de 1990, auxiliou esses sujeitos a manterem suas formas de cultivo. Segundo Silva (2005) "Estes agricultores não conseguiram, em sua

²² O laudêmio existe desde a época da colonização, quando a coroa Portuguesa autorizava a utilização da terra mediante pagamento de uma pensão anual conhecida como foro, e persiste até hoje para terrenos da Igreja, da União e de algumas famílias. **Fonte:** SPU [Internet]. Secretaria do Patrimônio da União, acesso em 2014, Nov. 28.

maioria, serem absorvidos pela chamada "revolução verde". [...] porque historicamente, sempre foram marginalizados do mercado". (SILVA, 2005, p. 92).

Nos anos 1970 as áreas de agreste e sertão não eram muito visibilizadas pelo estado para o desenvolvimento da agricultura agroindustrial, baseada no pacote tecnológico da Revolução Verde. Isso ocorre porque essas regiões não possuíam as características, naturais, estruturais e conjunturais adequadas ao favorecimento do Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL), que incentivava e fortalecia a expansão do plantio de cana-de-açúcar na Zona da Mata para ser transformada em álcool pelas Usinas sucroalcooleiras, objetivando o abastecimento interno.

O Proálcool vem como uma alternativa dos governos militares à crise do Petróleo em 1970, incentivando à população a não comprarem automóveis movidos à gasolina, propondo assim a redução das importações.

Em relação às casas da Ruinha de São Severino, algumas possuem um quintal agroecológico, que é uma porção de terra localizada nos fundos das casas onde cultivam-se frutas, hortaliças, leguminosas, raízes e criam animais (Foto 02). Para Leonel (2010):

A interação que se estabelece no espaço do quintal entre plantas de espécies diferenciadas, animais domésticos e as pessoas da casa e da vizinhança constitui um rico e produtivo contexto de vidas que resultam numa relação integrada de gente, animais e tudo o mais que compõe o ambiente e proporciona qualidade de vida social e produtiva das famílias rurais. (LEONEL, 2010, p. 05).

Para a autora, o quintal agroecológico tem um papel fundamental para a melhoria das condições de vida dos camponeses, sendo um lugar onde são estabelecidas relações que propõe a diversidade ecológica e sócio-cultural.

Foto 02: Galinheiro em quintal agroecológico, São Severino, Gravatá - PE



Fonte: Izabela Gomes, Sítio de São Severino, Gravatá - PE, 2015.

Na foto 02 observamos galinhas de capoeira (caipiras, do mato) sendo criadas de maneira tradicional para consumo próprio e para produção de ovos de capoeira (sem hormônios), que serão consumidos pela família e também vendidos nas feiras agroecológicas. Nesse tipo de criação os animais tem contato com a terra, com a luz solar, percebem quando a noite chega, quando amanhece e possuem uma alimentação variada (milho, minhoca, repolho, ração) Todavia ficam presas, mas possuem espaço para caminhar, devido às raposas e papas-mel²³ existentes nas matas dos arredores que caçam facilmente as galinhas e pintos, gerando prejuízos às famílias camponesas.

Porém as outras casas da Ruinha de São Severino, que não obtêm um quintal extenso passaram a plantar, em 1996, no Acampamento instalado nas terras do antigo Engenho Jussará (Foto 03), sendo ao todo 400 hectares.

²³ Papa mel ou Irara é o nome popular para o *Eira barbara*, que é um mamífero carnívoro habitante de regiões de mata atlântica ou remanescentes. **Fonte:** Táxeus [Internet] Táxeus listas de espécies. acesso em 2015, Jun. 03.

Foto 03: Ruínas do Engenho Jussará, Gravatá - PE.



Fonte: Florestas de Jussará. Gravatá, Pernambuco, 30 de setembro de 2014.

A gente passava fome, queria trabalhar mas não tinha onde, a terra que a gente tinha era pouca, não dava pra trabalhar. Aí um dia um homem chegou reuniu esse povo todo daqui da Ruinha e disse: Vamo invadir essas terra de Aarão? A gente quer trabalhar e não tem terra, ele tem terra e não faz nada nela. Sei que não é certo invadir o que é dos outros, mas a gente precisava de terra pra trabalhar, depois que a gente invadiu nunca mais passamos fome. (D. Lurdes, Agricultora agroecológica gravataense, São Severino, 2014).

Nesta fala a camponesa afirma que foram passadas muitas dificuldades devido a concentração das terras, poucos tinham muita e muitos tinham pouca ou nenhuma, precisando trabalhar nas terras dos outros para obterem alimento. Essas adversidades passavam pela própria reprodução dos sujeitos enquanto modo de vida e classe social.

Assim, partindo da premissa que o ordenamento territorial brasileiro, desde o início da colonização, se deu na configuração de grandes propriedades agrícolas, concedidas a poucas pessoas. Destacamos que o Brasil caracteriza-se como um país fundamentado no latifúndio e na alta concentração de terras.

Logo essa conjuntura torna-se um empecilho a reprodução do campesinato, pois tais condições não garantem o direito básico à alimentação satisfatória, tanto quantitativamente como nutricionalmente. Neste contexto os latifundiários não estão preocupados em produzir alimentos para abastecer o mercado interno e sim

mercadorias para o mercado externo e interno, como é o caso da produção do etanol brasileiro.

Dessa forma averiguamos a grande multiplicidade existente na ocupação do território, referente ao espaço agrário gravataense. A partir dessas múltiplas ocupações observaremos as diversas formas de utilização e uso desse território pelo campesinato desde a última década do século XX até os dias atuais.

2.2 Homogeneização do Território pelo Capital

Embora a agricultura seja uma atividade humana intimamente ligada às condições histórico-culturais, edafoclimáticas e à diversidade ecológico-cultural, ela está cada vez mais, de modo geral, sendo colocada em prática segundo uma ideologia que tem como orientação o domínio industrial dos bens naturais. Os efeitos disso são: desequilíbrios sociais, econômicos, culturais e ambientais, além de provocar uma submissão do campesinato aos interesses político-econômicos internacionais.

Esse domínio gera dependências dos sujeitos sociais, morte da fauna e flora nativas, empobrecendo assim a diversidade sociocultural e ecológica. “(...) A imposição do modelo desenvolvimentista, inserido no contexto da mercantilização da natureza, que se utiliza do discurso de proteção ambiental como um aspecto da modernização...” (PEREIRA; MELLO, 2011, p. 146).

A ideologia burguesa capitalista transformou culturalmente as relações entre o homem e a natureza, ao considerar o primeiro como não integrante da natureza e impor a lógica financeira à agricultura, dessa forma transformando as culturas/cultivos em mercadorias e padronizando as dietas alimentares dos povos.

Os Estados que seguem as políticas neoliberais como: privatização das empresas estatais, desregulamentação da economia, taxas de câmbio de acordo com as leis do mercado, fim das restrições aos investimentos estrangeiros, liberalização unilateral do comércio exterior pelos países da América Latina e garantia dos direitos de propriedade, juntamente com as agroindústrias objetivam adequar a natureza de acordo com modelos vindos de outros países. Para assim possibilitar a ação hegemônica das forças que movem os ideais

desenvolvimentistas. Não considerando as condições sócio-políticas, econômicas e naturais preexistentes dos locais que serão implantados tais modelos.

Pode-se visualizar no processo de modernização da agricultura um pacto agrário tecnicamente modernizante e socialmente conservador, que, em simultâneo à integração técnica da indústria com a agricultura, trouxe ainda para o seu abrigo as oligarquias rurais ligadas à grande propriedade territorial. (DELGADO, 2005, p. 61).

Segundo Delgado (2005) o processo de modernização da agricultura²⁴ se deu no Brasil com o estímulo à adoção de pacotes tecnológicos da Revolução Verde e o incentivo ao crédito para fomentar a utilização daqueles. Objetivando assim acabar com a autonomia camponesa, ao vincular o manejo das unidades produtivas à aquisição de insumos exógenos advindos da indústria.

Essa estratégia ajudou no processo de expropriação e endividamento dos camponeses, que se viam cada vez mais dependentes do crédito, porém não conseguiam quitá-lo. Já que os produtos produzidos pelo campesinato são advindos, em sua maioria, da atividade agrícola. Enquanto os pacotes tecnológicos são de origem industrial, tendo assim, preço mais elevado que os produtos agrícolas. Endividados, muitos camponeses posseiros acabam tendo que vender suas terras, que na maioria das vezes são compradas por latifundiários, buscando, segundo Oliveira (1991) o monopólio do território pelo capital.

Esse processo é fruto do contraditório desenvolvimento capitalista no campo, fazendo com que os camponeses trabalhem e gerem lucro para o agronegócio mesmo em suas unidades produtivas ou em unidades arrendadas. Portanto não existe uma homogeneização das estratégias para a expansão do capital, como também não há uma completa exclusão do campesinato por haver formas do agronegócio beneficiar-se com aquele.

Correlacionando com a expansão do desenvolvimento capitalista no campo, em seguida mostraremos a tabela 01 com as principais atividades econômicas exercidas em Gravatá - PE. Nessa tabela pretendemos ilustrar a relação entre a especulação imobiliária e a atividade turística desenvolvida no município, mais

²⁴ Processo iniciado no Brasil em 1970, quando foram introduzidas máquinas e insumos químicos (fertilizantes, agrotóxicos, corretivos) na produção agrícola. Para mais informações ver: GRAZIANO DA SILVA, J. A modernização dolorosa, 1982.

expressivamente a partir de 2000, com a concentração de sujeitos sociais trabalhando fora do setor primário.

Tabela 01: Número de empregados no mercado formal, segundo as atividades econômicas no município de Gravatá - PE. Ano: 2013.

Atividades Econômicas	Masculino	Feminino	Total
Extração Mineral	2	2	4
Indústria de Transformação	956	389	1.345
Serviço Industrial e Utilidade Pública	13	13	26
Construção Civil	421	23	444
Comércio	1.282	1.083	2.365
Serviços	2.128	1.035	3.163
Adm. Pública	692	1.527	2.219
Agropecuária	272	36	308
Total	5.766	4.108	9.859

Fonte: RAIS/Ministério do Trabalho e Emprego (2013). Org. Izabela Gomes.

Notamos que a maioria da população gravataense é ocupada no setor de serviços, tendo um total de 3.163 pessoas trabalhando nessa área. Já o setor primário, consta com um total de 308 pessoas. Todavia devemos considerar que em alguns casos, os mesmos sujeitos sociais podem trabalhar tanto na agropecuária como na construção civil ou nos serviços, em períodos de entre safra. Isso ocorre devido à multiplicidade de estratégias praticadas pelos camponeses para manterem-se em seus territórios.

Também é importante destacarmos que essa concentração de empregos no setor terciário, em geral, está vinculada ao aumento significativo da população não residente. Por ser uma cidade turística, nos últimos quatorze anos houve um aumento do número de condomínios de segunda residência, como também a demanda por serviços para atender essa população. Esse fato está atrelado também ao processo de especulação imobiliária que atingiu o município, mais expressivamente no início do século XXI.

Segundo a Cooperativa de Flores de Gravatá (FLORAGRESTE), o cultivo de flores no município começou nos anos 1960, mas apenas nos últimos 12 anos ganhou força e substituiu as poucas plantações de morango que ainda resistiam. Na área de Brejo, 70% dos agricultores plantam flores. Desde o início dos anos 2000 houve uma expansão da floricultura vinculada ao crédito, concedido pelo Banco do Nordeste. Nesse período muitos agricultores tiveram maior facilidade de acesso ao crédito para desenvolverem uma agricultura "moderna".

Por ser um município com temperaturas mais amenas em relação às cidades circunvizinhas, o cultivo de flores demonstrou ser um bom investimento para os camponeses da região, que se destaca como a maior produtora de flores de Pernambuco, produzindo o gladiolo²⁵ e crisântemo²⁶ mais expressivamente.

Porém grande parte dessas flores são vendidas à atravessadores, pois muitos agricultores não possuem condições financeiras para irem comercializá-las no Centro de Abastecimento e Logística de Pernambuco (CEASA), que localiza-se em Recife-PE. Contudo vale ressaltar que esses atravessadores podem, em vários casos, serem representantes de alguma empresa.

Além dessa fragilidade no processo de comercialização, existe a dependência da utilização dos agrotóxicos e da compra de sementes e mudas. *"Tenho meu berçário de mudas, mas não dá conta. Para o tempo de finados tenho que comprar mudas de São Paulo e isso acaba encarecendo a produção."* (Agricultor floricultor gravataense, São Severino, Gravatá - PE, 2014).

Observamos que a floricultura é incentivada pelo Estado, e está totalmente correlacionada com a dependência do camponês. Este em todo o processo produtivo, como também na comercialização encontra-se dependente da compra de insumos químicos, sementes e de sujeitos externos, como os trabalhadores por diária para o manejo agrícola e os atravessadores para a comercialização da produção.

Outro ponto relevante é que até 2002 havia a Festa do Morango, pois o município era um grande produtor desta fruta. Entretanto devido à problemas, como

²⁵Gladíolo é o nome popular das plantas bulbosas floríferas do gênero *Gladiolus* da família *iridaceae*.

²⁶Crisântemo é o nome popular da planta do gênero *Chrysanthemum*, pertencente à família *Asteraceae*. **Fonte:** PRIBERAM [Internet]. acesso em 2014 Out 10.

falta de incentivo, desgaste do solo (gerado pelo uso dos agrotóxicos), aumento das pragas, entre outros, os camponeses foram abandonando o cultivo de morango.

Baseando-se em conversas informais com camponeses gravataenses, nos antigos sítios (unidades produtivas camponesas) onde eram produzidos morangos passaram-se a produzir flores. Em trabalhos de campo realizados para o desencadeamento desta pesquisa, não foram observadas plantações de morangos em unidades produtivas camponesas.

Contudo no mesmo período, 2002, houve um incentivo por parte do Estado, vinculado aos interesses do agronegócio à produção de flores. E o antigo *slogan* Gravatá: A terra do morango foi entrando em desuso. Durante o primeiro decênio do século XXI, a Festa do Morango passou a ter diversos nomes, como Festa das Flores, Festival Cultural e de Negócios. Assim verificamos claramente que esses eventos estão correlacionados com a expansão do capital no campo gravataense.

A monopolização do território pelo capital como estratégia política é um trunfo do estado desenvolvimentista, pois gera a falsa impressão de integração da classe camponesa ao modelo político-econômico vigente. Essa "integração" apazigua os conflitos no campo e traz certa segurança econômica para a comercialização dos alimentos ou das flores, como ocorre em Gravatá.

A atmosfera de insegurança alimentar (falta e/ou insuficiente acesso aos alimentos) no final dos anos 1980, consolidada no campo brasileiro como resultado da república clientelista, da concentração fundiária e da inexistência de políticas que viabilizassem a reprodução dos povos camponeses, auxilia na materialização do monopólio do território pelo capital. Correlacionando essa questão com o sistema-mundo político-econômico capitalista, Peck; Tickell (1995) afirmam:

The world-economy had moved -- or so it seemed -- from the Westphalian nation-state order to fundamental and irrevocably new forms of organization that transcended the traditional state-based and state-dominated world system. The propagation of this globalization ideology has become like an act of faith. Virtually each government, at every conceivable scale of governance, has taken measures to align its social and economic policy to the 'exigencies' and 'requirements' of this new competitive world (dis)order and the forces of a new 'truly' freemarket based world economy. (PECK and TICKELL, 1995; 2002 *apud* SWYNGEDOUW, 2003, p. 07).

É importante ressaltar como a modernização conservadora da agricultura²⁷ brasileira veio para atender às necessidades exógenas ao próprio território brasileiro. Afinal as indústrias produtoras de fertilizantes químicos, agrotóxicos, são em sua maioria multinacionais de origem estadunidenses, como a Cargill e a DuPont. O que nos leva a constatar que as políticas estatais voltadas para o desenvolvimento capitalista da agricultura são direcionadas ao atendimento dos interesses hegemônicos do capital internacional.

Portanto no Brasil os programas desenvolvimentistas voltadas para a agricultura camponesa, como o Pronaf, não consideram as questões simbólicas que envolvem o campesinato, não favorecendo à sua reprodução enquanto classe e modo de vida. A não adequação ao modelo da Revolução Verde, como é o caso das experiências agroecológicas, é uma forma de expressar o desejo de permanência dos saberes-fazeres tradicionais de cada povo ligados ao convívio com a natureza e a busca por autonomia.

2.3 Heterogeneidade Camponesa

Com a reconfiguração das estratégias do campesinato contemporâneo observamos o processo de transformação no território gravataense desde o surgimento, na década de 1990, de movimento sociais no campo vinculados à luta pela terra e posteriormente, a um manejo da natureza divergente do colocado pela lógica agroindustrial capitalista e fomentado pelo estado brasileiro. Atualmente existem dez unidades camponesas agroecológicas em Gravatá, vinculadas à Associação AMA TERRA (Associação das Famílias Agroecológicas do Distrito de São Severino e seus Arredores), que têm passado por algumas dificuldades, geradas pela falta de apoio estatal.

Qualquer agroecossistema é produto das relações de mútua determinação entre os sistemas naturais e sociais. Os sistemas naturais co-evoluem com os sistemas sociais, sendo estes divididos em um conjunto de subsistemas de conhecimento, valores, tecnologias e organizações. (CASADO; SEVILLA-GUZMÁN; MOLINA, 2000, p. 86).

²⁷ Modernização conservadora da agricultura é um termo utilizado por Guimarães (1977). Remetendo ao processo de modernização tecnológica, que ocorreu sem reforma agrária no campo brasileiro.

Os autores pontuam que os agroecossistemas estão vinculados tanto aos aspectos naturais determinados pelas diferenças climáticas, pluviométricas e ecossistêmicas, como também pelas questões socioculturais. Estas advêm de processos históricos e políticos, os quais condicionarão a forma como cada sujeito lida com a terra. É importante correlacionarmos o agroecossistema com as dimensões sociopolítica e cultural, pois as múltiplas formas de manejo da natureza vão direcionando-se no tempo e no espaço a partir das transformações ocorridas nas sociedades.

Em contrapartida, a estratégia de camponeses com perspectiva agroecológica é reconhecer e promover melhorias para essa classe social baseando-se na agricultura como uma forma de articulação entre o sistema sociocultural local e a manutenção dos bens naturais locais.

Isso pode gerar um maior dinamismo no território, pois as práticas exercidas nas unidades agroecológicas contrapõem-se às práticas do modelo agroindustrial, que propõe a homogeneização do território e degradação da natureza. Veremos na tabela 02 a utilização do território no município de Gravatá.

Tabela 02 Utilização do território, por número de estabelecimentos agropecuários em Gravatá - PE.

Uso do território	Unidades	Hectares
Sistemas Agroflorestais (Área cultivada com espécies florestais também usada para lavouras e pastejo por animais)	442	2.399
Matas e Florestas naturais	388	2.486
Matas e Florestas plantadas	5	13
APP ou Reserva Legal	60	915
Pastagens Degradadas	163	697
Pastagens Plantadas (em boas condições)	225	2.994
Cultivo de Flores	141	195

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE (2006). Org. Izabela Gomes.

Na tabela 02 verificamos que as áreas de matas/florestas naturais (2.486 ha), são superiores às áreas de pastagens degradadas em Gravatá - PE, no ano de 2006. Tendo também os sistemas agroflorestais ocupando 2.399 dos hectares, enquanto que as pastagens degradadas ocupam 697 ha. Desses dados relacionamos que a diminuição das áreas com pasto deteriorado, está associada ao fortalecimento das experiências agroecológicas.

Isso ocorre devido ao processo de luta pela terra protagonizado pelos camponeses gravataenses desde 1994, pois as terras que anteriormente foram consideradas improdutivas, por estarem sendo pouco manejadas ou com inexistência de manejo tornarem-se, em parte, unidades camponesas agroecológicas. Outra questão a ser ressaltada é que nos Assentamentos rurais existem áreas destinadas à preservação ambiental. Podemos observar áreas de mata e florestas nas fotos 04 e 05.

Foto 04 Mata em unidade camponesa agroecológica em Gravatá - PE.



Fonte: Izabela Gomes, Assentamento Várzea Grande, março de 2014.

Foto 05 Nascente em unidade camponesa agroecológica em Gravatá - PE.



Fonte: Izabela Gomes, Assentamento Várzea Grande, março de 2014.

Dessa maneira visualizamos nas fotos 04 e 05, a presença de matas conservadas e a existência de uma nascente. É relevante pontuar que nessa área praticamente não existia matas. Ao se tornar Assentamento rural Várzea Grande, houve a recuperação da vegetação e a diversificação da produção. Assim foi possível recuperar também as nascentes locais.

Todavia notamos que também nos Acampamentos e sítios transmitidos de geração em geração, existem relações mais harmoniosas de convivência com a natureza, sendo então a conservação e reestruturação das matas uma prática camponesa agroecológica. Percebemos a partir das fotos 04 e 05 a relação dos processos de luta pela terra e de mobilização agroecológica, com a conservação da natureza.

Em contraponto observamos na tabela 02 o cultivo de flores com 195 hectares e as pastagens plantadas em boas condições com 2.994 ha. Este número ainda possui alta representatividade no uso do solo gravataense devido à concentração fundiária existente. Todavia as áreas destinadas à pastagem auxiliam no processo de degradação ambiental, por desmatarem a vegetação existente e também utilizam agrotóxicos. Nos latifúndios são estabelecidas relações que degradam a natureza, e propõe a homogeneização da paisagem.

A concentração fundiária ocorre quando poucas pessoas possuem grande quantidade de terras enquanto outras não possuem terra. Ao considerarem os dados do Censo Agropecuário (2006), Hoffmann; Ney (2010) retratam que no estado de

Pernambuco não houve necessariamente aumento da concentração de terra em latifúndios. Todavia devido a processos históricos, políticos, sociais e econômicos Pernambuco possui muitos latifúndios, devido a monocultura da cana-de-açúcar desde o início da colonização, primeiramente na mesorregião Zona da Mata e em meados do século XX se expandiu para áreas de Brejo de altitude, pelo interior do estado. Assim apesar de não terem aumentado significativamente segundo o Censo Agropecuário (2006) ainda existem, e isso não podemos negligenciar. Em relação à condição do produtor rural em Gravatá - PE, veremos a tabela 03.

Tabela 03: Condição do produtor rural gravataense, feminino e masculino.

Condição do produtor	Número de estabelecimentos agropecuários	de Área dos estabelecimentos agropecuários
Proprietário	2.141 unidades	43.185 hectares
Assentado sem titulação definitiva	84 unidades	761 hectares
Arrendatário	19 unidades	179 hectares
Parceiro	9 unidades	264 hectares
Ocupante	216 unidades	507 hectares
Sem área - terra	164 unidades	-----

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE (2006). Org. Izabela Gomes.

Observamos que na tabela 03 a maioria dos estabelecimentos agropecuários do município de Gravatá - PE, estão sob posse de sujeitos na condição de proprietários. Estes possuem 2.141 unidades, referentes a 43.185 ha de terras, enquanto que os assentados sem titulação definitiva possuem 84 unidades distribuídas em 761 ha, e os ocupantes ocupam 216 unidades referentes a 507 ha.

Verificamos então que as maiorias das terras gravataenses pertencem a proprietários, contudo vale pontuar que nem sempre esses proprietários são agricultores, ou na nomenclatura do IBGE (produtores rurais), pois esses proprietários se confundem com a condição de latifundiários, que obtêm a maioria

das terras, além de serem amparados por políticas que não questionam a estrutura agrária concentrada brasileira.

Outro ponto relevante é que os números de agricultores nas condições de ocupante (216 uni.), como também de sem área (terra), distribuídos como trabalhadores em 163 unidades, são maiores que os agricultores na condição de assentados sem titulação definitiva. Dessa forma é refletido que os camponeses gravataenses vêm passando por dificuldades referentes aos processos de luta pela terra e à institucionalização dos assentamentos rurais.

Nesse contexto, vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), os camponeses gravataenses ao lutarem pela desapropriação de latifúndios improdutivos localizados em Gravatá, lutaram conseqüentemente para manterem-se em seus territórios e pelo direito a terra.

Aqui entendemos que os antigos latifúndios monocultores de cana-de-açúcar como também os que obtinham pastagem, tornavam o território gravataense homogêneo, além de serem remanescentes da má distribuição de terras. Já as áreas com agricultura camponesa, sejam situadas em sítios, acampamentos ou assentamentos rurais, trazem heterogeneidade ao território, por trazerem diversidade de sujeitos, cultivos e manejos.

Com a distribuição fundiária, a terra irá possuir mais sujeitos trabalhando e vivendo nela. Ressaltando que cada sujeito faz parte de processos históricos, culturais e sociopolíticos ocorridos no espaço-tempo, logo a maneira como cada um irá manejar a terra agroecologicamente, será de acordo com seu modo de vida, partindo de suas interações com a natureza. E assim vai constituindo-se uma multiplicidade de manejos no espaço agrário gravataense.

Todavia os latifúndios contemporâneos, em geral, não são vivenciados, pois seus proprietários não vivem neles e tampouco trabalham. O trabalho utilizado parte da exploração do trabalho alheio e de um processo de alienação, pois os trabalhadores manejam a terra de acordo com a lógica do agronegócio, muito aquém de sua racionalidade e de seus modos de vida.

Entretanto a instituição de Assentamentos rurais não significa que as unidades produtivas camponesas serão manejadas agroecologicamente. Pois desde a expansão da floricultura em Gravatá - Pernambuco, mais expressivamente nos anos 2000, muitos camponeses gravataenses manejam a terra utilizando

agrotóxicos. Assim pontuamos que a mobilização social também faz parte da configuração que auxiliou a disseminação das experiências agroecológicas nesse município.

Está sendo construído, um novo paradigma, o agroecológico, de forma participativa, com contribuições da comunidade acadêmica, de cientistas das instituições de pesquisas públicas e privadas, das ações das ONGs, dos conhecimentos dos agricultores locais, das experiências das associações e representações dos produtores e dos movimentos de mobilização popular. (JESUS, 2005, p. 23).

Jesus (2005) pontua que a partir das contribuições de diversos sujeitos sociais de variados segmentos da sociedade serão estimulados processos de mobilização social questionadores da lógica agroindustrial para a agricultura. É importante destacarmos o papel da mobilização social, para relatar os danos sociais e naturais causados pelo modelo agrícola da Revolução Verde.

Em contraponto, a partir do início do século XXI, os camponeses gravataenses foram incentivados a utilizarem o pacote tecnológico da Revolução Verde, principalmente para a produção de flores. Assim o impulsionamento social exerce uma função primordial para a manutenção das experiências agroecológicas existentes e o estabelecimento de novas. O processo de mobilização social em Gravatá - PE se deu a partir de iniciativas da AMA GRAVATÁ com ONGs e órgãos governamentais, como veremos no capítulo 3.0.

2.4 Processo de produção agrícola em Gravatá - Pernambuco

A respeito do processo de mobilização que deu início às experiências agroecológicas gravataenses, vale destacar o impulsionamento feito para diminuir os ciclos de comercialização no município, a partir da criação em 1998 da Feira Agroecológica de Gravatá, estimulando a relação produtor-consumidor sem intermediários. Uma das características das feiras agroecológicas é a diversidade de alimentos existentes em cada barraca, em contraponto na tabela 04 veremos a produção agrícola do município de Gravatá - PE no ano de 2012, segundo o IBGE.

Tabela 04: Produção agrícola municipal de lavouras permanentes e temporárias de Gravatá – PE.

Cultivos	Área colhida (ha)	Quantidade produzida (t)	Rendimento médio (Kg/ha)	Valor da produção (R\$)
Abacaxi (mil frutos)	180	3.600	20.000	1.908
Banana (cacho)	100	800	8.000	192.000
Café (Arábica em grão)	30	29	967	78.000
Cana-de-açúcar	48	1.780	37.083	110.000
Mandioca	400	4.000	10.000	3.000
Maracujá	15	135	9.000	115.000
Tangerina	15	143	9.533	50.000
Tomate	20	1.600	80.000	872.000

Fonte: Produção Agrícola Municipal, 2012. Rio de Janeiro: IBGE (2013). Org. Izabela Gomes.

Observamos que a produção agrícola de Gravatá não é muito diversificada se levarmos em consideração apenas os dados estatísticos do IBGE (2013). Sendo o abacaxi, com uma produção de 3.600 t/mil frutos em 180 ha, e a mandioca com uma produção de 4.000 t em 400 ha, as culturas mais expressivamente cultivadas no município. Baseados em trabalhos de campo realizados para esta pesquisa, verificamos que tanto o abacaxi como a mandioca são manejados principalmente em unidades produtivas camponesas, não foram observados latifúndios cultivando essas culturas.

Todavia a cana-de-açúcar, cultivada majoritariamente em latifúndios, possui um papel expressivo na produção agrícola gravataense, com 1.780 t de quantidade produzida em 48 ha, além de possuir um valor de produção de R\$ 110.000,00, que é mais alto que o valor de produção do abacaxi (R\$ 1.908,00) e da mandioca (R\$ 3.000,00), segundo a tabela 04.

Contudo vale ressaltar que essas três culturas, principalmente a cana-de-açúcar e o abacaxi são cultivadas com agrotóxicos seja em grandes propriedades

agrícolas ou nas áreas de assentamentos rurais. Em contraponto a esses dados, sobre a diversificação da produção agrícola em Gravatá - PE segue o quadro 01.

Quadro 01: Produção agrícola agroecológica no município de Gravatá - PE.

Feijão verde	Pitanga	Tomate cereja
Macaxeira	Acerola	Cebola
Rabanete	Beterraba	Brócolis
Batata-doce	Feijão vagem	Feijão fogo-na-serra
Mostarda	Cebolinha	Espinafre
Chicota	Chinguensai	Alface roxo
Fava	Pimenta-de-cheiro	Banana-maçã
Alho branco	Coentro	Milho
Flor Cessa	Flor Carinho-de-mãe	Espinafre
Cenoura	Couve-Flor	Couve manteiga
Alho-poró	Alface	Manga
Caju	Goiaba	Jaca
Banana prata	Laranja cravo	Laranja Bahia
Jambo	Limão Taiti	Chuchu
Acelga	Salsão	Salsinha
Feijão preto	Rúcula	Romã
Feijão pardo	Berinjela	Abobrinha
Nabo	Quiabo	Almeirão
Maxixe	Jerimum	Pimentão
Agrião	Cebolinha	Maracujá
Pepino	Hortelã	Inhame
Feijão Gandú	Banana anã	Manjeriçao

Fonte: Camponeses agroecológicos gravataenses, trabalho de campo (2014). Org. Izabela Gomes.

Verificamos analisando o quadro 01 uma grande diversidade de alimentos advinda da produção agroecológica gravataense, que consta com 64 variedades de alimentos, entre eles frutas, legumes, verduras, leguminosas, tubérculos, raízes e 2 espécies de flores, sendo elas o Carinho-de-mãe e a Cessa. Assim constatamos a importância da agricultura camponesa para manutenção da diversidade de espécies, como também na oferta dos alimentos que compõem a mesa dos brasileiros.

Cabe pontuar que as espécies destacadas em negrito, alho branco (foto 06) e feijão fogo-na-serra são advindas de sementes crioulas tradicionais da região,

passadas de geração em geração, e são plantadas no inverno (período de chuvas) para serem colhidas no verão. Destacaremos no capítulo 3.0 esta questão, ressaltando a fala da camponesa agroecológica Dona Lurdes, 2014.

Foto 06 Alho branco em unidade camponesa agroecológica, Gravatá - PE.



Fonte: Izabela Gomes, Acampamento, São Severino - Pernambuco, 2015.

Apesar da diversidade ecológica e sociocultural advinda das unidades camponesas agroecológicas, existem fatores que freiam a disseminação da agroecologia no Brasil, um deles são as dificuldades enfrentadas durante a transição agroecológica. Quando uma unidade produtiva é manejada com a utilização de agrotóxicos, aquela leva mais tempo para responder positivamente ao manejo ecológico (sem insumos químicos, sementes geneticamente modificadas e maquinaria pesada). Passando assim primeiramente por um processo de conversão até restabelecer sua capacidade energético-ecológica natural. Essa reconstituição geralmente é lenta e muitas vezes os camponeses acabam não esperando e desistindo. Além desses obstáculos existe a falta de apoio estatal, o difícil acesso ao crédito e à assistência técnica gratuita.

Eu sempre trabalhei na agricultura, já fiquei um tempo na agricultura orgânica, mas é muito difícil, não dá para ter uma reserva e também é difícil

arrumar crédito, financiamento. Essa AMA TERRA não dá nada. Na floricultura a gente consegue arrumar com o Banco do Nordeste. Com flor a gente consegue ganhar mais e até fazer uma reserva para algum imprevisto, como as pragas. (Agricultor gravataense, São Severino, 2014).

Nessa fala o agricultor relata a dificuldade que obteve ao tentar desenvolver uma agricultura orgânica em Gravatá - PE. Afirmando que a floricultura recebe muito mais facilidades, em subsídios e concessões ao crédito.

É importante destacar, também, que o florescimento de iniciativas de promoção de uma agricultura de base ecológica em diferentes contextos locais não ocorre apenas em função de estímulos externos, estando fortemente vinculado às estratégias de reprodução econômica e social e de manejo dos recursos naturais mobilizadas pelos agricultores e extrativistas em seu dia a dia e à constituição de redes capazes de dar suporte a essas práticas no ambiente das comunidades rurais.(PETERSEN, P.; SCHMITT, C., 2009, p. 182.)

Petersen; Schmitt (2009) afirmam que o êxito da disseminação das experiências agroecológicas no campo brasileiro é vinculado a um fortalecimento do campesinato e à valorização dos seus saberes-fazeres. Assim propõe que as adversidades encontradas pelos camponeses na trajetória agroecológica, advém de como esses sujeitos conseguem reproduzirem-se (social e economicamente) e mobilizarem-se em meio as questões estruturais como a questão agrária.

Contudo, através de articulações sociais, os camponeses podem transformar as formas de organização do território, ao inserirem neste as suas perspectivas e ações, que são em sua base ideológica, segundo Toledo (2002) divergentes da ideologia capitalista.

Sempre fui agricultor, meu pai era agricultor, meu avô era agricultor, só que antigamente eu plantava em meu sítio utilizando agrotóxicos. Mas depois de um tempo, quando comecei junto com minha mulher a participar das reuniões da AMA, procurei melhorar minha saúde e da minha família, aí passei a plantar sem agrotóxicos. Hoje me sinto bem melhor, me sinto bem. (Agricultor agroecológico gravataense, Gravatá - PE, 2014).

Neste relato o camponês afirma que deixou de plantar utilizando agrotóxicos por almejar melhorias em sua saúde, como também na de seus familiares. Nesse caso, tal constatação adveio das mobilizações articuladas pela AMA GRAVATÁ em pró da preservação do meio ambiente. Realizadas em Gravatá a partir de 1997, que

fizeram alguns agricultores passarem por um processo de conscientização dos males gerados pelo uso dos agrotóxicos aos seres humanos e à natureza.

Essas mobilizações foram impulsionadas por sujeitos como o engenheiro agrônomo Carlos André V. Cavalcanti (Cacá), um dos fundadores da AMA GRAVATÁ, que disseminava a ideia da agricultura ecológica, sem utilização de herbicidas (agrotóxicos), adubos químicos, hormônios e fertilizantes.

Destacamos a força da mobilização camponesa na busca, primordialmente, pela satisfação das necessidades camponesas associadas à diversidade ecológico-natural, sociocultural, ao auto-sustento familiar e à melhorias nas condições de vida. Vigorando assim como estratégia de recriação do campesinato. No próximo capítulo nos debruçamos sobre essas estratégias, utilizadas pelos camponeses agroecológicos gravataenses, para estabelecerem as experiências agroecológicas e se manterem em seus territórios.

3.0 CAMPONESES AGROECOLÓGICOS E AS ESTRATÉGIAS DE ESTABELECIMENTO E MANUTENÇÃO DA AGROECOLOGIA

3.1 Estabelecimento das experiências agroecológicas em Gravatá - PE

A AMA TERRA, Associação das Famílias Agroecológicas do Distrito de São Severino e seus Arredores, em Gravatá - PE, foi criada a partir da AMA GRAVATÁ. O surgimento da AMA TERRA vem a partir do descontentamento dos agricultores com a associação AMA GRAVATÁ, pois esta não os beneficiava diretamente, uma vez que a cota mensal que era paga por eles à associação era direcionada à Secretaria do Meio Ambiente do município de Gravatá. Devido a esse fato, criou-se uma associação que foi formada somente por agricultores, na qual a cota mensal de R\$ 5,00 os beneficia diretamente.

Em 1997 surge a AMA GRAVATÁ – Associação dos Amigos do Meio Ambiente de Gravatá, composta por camponeses, funcionários públicos, advogados e engenheiros agrônomos vinculados à Prefeitura do município. Alguns desses integrantes eram de outras cidades, mas haviam comprado sítios para morar em Gravatá. Neste ano também foi criada a primeira feira ecológica de Gravatá. A AMA GRAVATÁ foi uma das primeiras associações a incentivar e divulgar a agricultura agroecológica, que maneja a terra de acordo com o potencial endógeno das unidades produtivas, visando a não degradação dos agroecossistemas, e a comercialização direta entre produtores – consumidores. Assim acreditando no potencial de comercialização dos alimentos agroecológicos e nos benefícios à natureza e à saúde, que estes trazem para quem os cultiva e os consome, por serem livres de agrotóxicos.

Para a AMA GRAVATÁ, seu objetivo principal é a difusão da agricultura ecológica e da educação ambiental no município e seus distritos. Contribuindo dessa forma com a recuperação das águas e do solo da região, e estabelecendo melhores condições de vida no campo.

Em 1998 ocorre a criação da Semana do Meio Ambiente em Gravatá, envolvendo a Comunidade de São Severino nas atividades. Neste ano, os sócios da AMA GRAVATÁ enfrentavam um problema de escoamento da produção, uma vez

que o município de Gravatá não tinha demanda suficiente para a quantidade de alimentos agroecológicos ofertada.

Todavia a iniciativa do Centro Sabiá no dia 12 de outubro de 1997, em comemoração ao Dia Mundial da Alimentação, de promover uma exposição de alimentos agroecológicos na cidade do Recife - PE, iria auxiliar na problemática de escoamento vivenciada pela AMA GRAVATÁ no ano seguinte.

A missão do Centro Sabiá expressa o desafio de interagir com os diversos setores da sociedade civil, desenvolvendo ações inovadoras junto ao trabalho com crianças, jovens, mulheres e homens na agricultura familiar. Na perspectiva de que a sociedade viva em harmonia com a natureza e seja consciente, autônoma e participativa na construção de um modelo de desenvolvimento rural sustentável. (Centro Sabiá, ONG. Disponível em <http://centrosabia.org.br>. acesso em 2013, Nov. 3).

Essa exposição foi um dos passos mais importantes para a construção da primeira Feira Agroecológica de Recife, localizada no Bairro das Graças. Tal exposição foi resultado das discussões sobre comercialização que já aconteciam no âmbito do Centro Sabiá com os camponeses, e da avaliação das iniciativas realizadas no interior de Pernambuco, como a Feira Agroecológica de Gravatá, com a participação de camponeses gravataenses (organizados na AMA GRAVATÁ).

Vale ressaltar o papel do SABIÁ, enquanto articulação importante para o avanço e fortalecimento das experiências agroecológicas em Pernambuco. Auxiliando tanto com assessorias como no estabelecimento de redes de agroecologia (comercialização e diálogo de saberes).

Com a ampliação da Feira Agroecológica no Bairro das Graças em Recife, os agricultores que faziam parte da AMA GRAVATÁ, objetivando evitar o desperdício da produção agroecológica, foram comercializar nessa feira, que apresentava uma demanda bem maior. Posteriormente, os associados agregaram-se a outras feiras, como a de Boa Viagem.

Contudo a relação entre o Centro Sabiá e a AMA GRAVATÁ foi direcionada a expansão dos espaços de comercialização dos alimentos agroecológicos no estado de Pernambuco. Como podemos observar no quadro 02, os camponeses que fazem parte da AMA GRAVATÁ, hoje estão na AMA TERRA, comercializam sua produção nas feiras agroecológicas que ocorrem em diversas localidades.

Nessa questão é importante destacar a produção dos excedentes, dentro das unidades camponesas agroecológicas, como uma estratégia de resistência segundo Gudeman (1978). Já que os camponeses não são para Garcia Jr.; Heredia (2009), uma classe autárquica e precisam manter relações exteriores à unidade produtiva.

Quadro 02: Feiras Agroecológicas que a AMA TERRA participa.

Município	Local da Feira	Horário	Dia da Semana
Gravatá	Ao lado do Mercado Público (Centro).	5:00 às 11:00 h a.m	Sábado
Recife	Bairro das Graças (Em frente ao Colégio São Luiz).	5:00 às 11:00 h a.m	Sábado
Recife	Bairro de Boa Viagem (No Segundo Jardim, em frente ao restaurante Parraxaxá).	5:00 às 11:00 h a.m	Sábado

Fonte: da Associação AMA TERRA (2014). Org. Izabela Gomes.

Como vemos no quadro 02 a comercialização dos alimentos agroecológicos produzidos em Gravatá - PE, ultrapassa os limites municipais e chega à capital do estado. Até 2011 haviam cinco barracas na Feira Agroecológica de Gravatá, além do fato de que haviam mais associados (40). Nesse contexto, os processos de compra e venda dos alimentos se davam também nas Feiras Agroecológicas do Bairro Casa Forte (Recife), de Olinda, de Bezerros e de Caruaru.

Entretanto a Feira Agroecológica de Gravatá, desde 2013 conta apenas com uma barraca de um assentado do Assentamento Perseverança. Os demais sócios da AMA TERRA comercializam os alimentos nas feiras agroecológicas de Recife - PE. A maioria dos camponeses agroecológicos gravataenses preferem vender nas feiras das Graças e de Boa Viagem, pois afirmam que o povo de Gravatá não valoriza os alimentos agroecológicos.

Acreditamos que outro fator contribuinte para a redução de barracas na feira agroecológica de Gravatá, foi a não adaptação da feira com a dinâmica da cidade. Tendo como exemplo a feira agroecológica das Graças, que ocorre todos os

sábados das 5:00 às 11:00 h, e vem dando certo desde sua criação. Todavia homogeneizar os dias e horários das feiras agroecológicas não é uma boa estratégia, pois cada cidade possui sua dinâmica de comercialização. Talvez para Gravatá fosse mais interessante a feira ocorrer nos sábados das 5:00 às 16:00 h, garantindo assim que os camponeses conseguissem vender todos ou a maioria dos alimentos.

Já com relação à assistência técnica, esta era inicialmente fornecida pelos engenheiros agrônomos fundadores da AMA GRAVATÁ, mas no início dos anos 2000 ocorreu a capacitação das camponesas e camponeses com o SERTA²⁸. Essa iniciativa deu-se como resultado de um projeto da Petrobrás em conjunto pelo SERTA. Já no ano de 2005 ocorreu um acompanhamento técnico com um profissional da Cooperativa Colméia - Rio Grande do Sul.

Nos anos 2006 e 2007 surge o apoio financeiro da Rede Radié Resch²⁹ e da Igreja Missionária (AMAS), visando à construção da sede da Associação (ver foto 07). Neste período surgem as primeiras discussões dos sócios para criar uma nova associação.

²⁸ O SERTA (Serviço de Tecnologia Alternativa) é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) que tem como objetivo formar jovens, educadores/as e produtores/as familiares, para atuarem na transformação das circunstâncias econômicas, sociais, ambientais, culturais e políticas, na promoção do desenvolvimento sustentável do campo. A organização foi fundada em 1989 a partir de um grupo de agricultores, técnicos e educadores que desenvolviam em comunidades rurais uma metodologia própria para a promoção do meio ambiente, a melhoria da propriedade e da renda e o uso de tecnologias apropriadas. Desde sua origem, teve como foco o desenvolvimento e reconhecimento da importância da agricultura familiar. A área de atuação está centrada nos princípios do desenvolvimento territorial dentro de Pernambuco. **Fonte:** SERTA [Internet]. acesso em 2014, Set. 12].

²⁹ A rede Radié Resch foi fundada em 1964, por iniciativa do escritor e jornalista Hector Masina. A rede se engaja em iniciativas concretas de solidariedade no mundo, trabalhando com homens e mulheres, principalmente do Hemisfério Sul. Seu objetivo geral é criar um tipo de desenvolvimento que suporte o crescimento cultural e a consciência do povo. Propondo-se a construir um intercâmbio de amizade, valores e experiências para o crescimento mútuo, na crença de que para construir a justiça e a paz no planeta precisa de uma mudança profunda na sociedade. **Fonte:** Rete Radié Resch [Internet]. acesso em 2014, Set. 12.

Foto 07: Sede da Associação AMA TERRA.



Fonte: Izabela Gomes, Ruinha de São Severino, Gravatá - PE, 2014.

A sede da Associação foi uma grande conquista para os camponeses agroecológicos gravataenses, pois a partir daí eles obtiveram um lugar próprio para a realização das reuniões mensais organizativas. O fato da construção da sede da Associação ter se dado na Ruinha de São Severino, facilitou a mobilidade dos agricultores para participarem das reuniões, já que a maioria mora nessa *Ruinha*. Anteriormente para participar das reuniões, aqueles tinham que se locomover até o centro de Gravatá, onde fica a sede da AMA GRAVATÁ, vinculada à Secretaria do Meio Ambiente.

Então em 2008, houve um processo de mobilização e amadurecimento envolvendo os camponeses e camponesas gravataenses, que desencadeou na criação da AMA TERRA (Associação das Famílias Agroecológicas do Distrito de São Severino e seus Arredores), em Gravatá - PE. Nesse ano formaram-se a diretoria, o conselho e o estatuto da associação.

A AMA TERRA é uma ONG ambientalista, com fins não econômicos, apartidária, que defende a conservação e preservação da natureza e da Agroecologia, atuando desde 09 de fevereiro de 2009, data de sua fundação. Suas atividades de produção e comercialização se iniciaram em janeiro de 1997 junto à AMA GRAVATÁ quando esta constituiu a 1ª Feira Agroecológica do Estado de Pernambuco em 06 de junho de 1997. (AMA TERRA, Folder, 2014).

Além de ser pioneira na produção e comercialização de alimentos agroecológico em Pernambuco, a AMA TERRA sempre primou pela organização de seu trabalho junto às famílias camponesas, sendo uma entidade referência na região e participando ativamente de importantes conselhos de Gravatá - PE, como: o Conselho Municipal de Segurança Alimentar (COMSEA); Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR); Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA). Também estabelece parcerias em projetos de preservação ambiental e desenvolvimento da Agroecologia, como os projetos Cuidando das Águas e Pernambuco Agroecológico.

Em outubro de 2010, por iniciativa da AMA TERRA, foi conseguido a declaração de produção orgânica, concebido pelo Ministério da Agricultura, através de um trabalho técnico, com duração de seis meses, que objetivava a análise das plantações dos associados. O tipo de certificação está credenciado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) como OCS-00183/PE, Controle Social na Venda Direta. No Brasil existem três tipos de certificação orgânica, são eles: Certificação por Auditoria, Sistema Participativo de Garantia e Controle Social na Venda Direta.

O último caracteriza-se pelo credenciamento dos agricultores numa Organização de Controle Social cadastrada em órgão fiscalizador oficial. Com isso, os agricultores passam a fazer parte do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos. Esta conquista fortaleceu a associação e os camponeses que fazem parte dela. Cada um dos sócios obtém a declaração desse cadastro e pode colocá-la em suas barracas na feira.

A Organização de Controle Social (OCS) pode ser formada por um grupo, associação, cooperativa ou consórcio, com ou sem personalidade jurídica, de agricultores. Mas, para que a organização seja reconhecida pela sociedade e ganhe credibilidade, é preciso que entre os participantes exista uma relação de organização, comprometimento e confiança.

Segundo o MAPA (2008) o papel da OCS é orientar de forma correta os agricultores que fazem parte dela. Por isso, quando necessário, ela deverá consultar a Comissão da Produção Orgânica (CPOrg) da unidade onde estiver situada sobre decisões técnicas, que lhe estejam atribuídas pelos regulamentos da produção orgânica. Para que cumpra bem o seu objetivo, a OCS deve ser ativa e ter seu

próprio controle, além de garantir que os produtores assegurem o direito de visita pelos consumidores, assim como o órgão fiscalizador, às suas unidades de produção.

Porém a certificação determina que sejam cumpridas as exigências das legislações específicas para a produção orgânica. E infelizmente alguns agricultores acabam tendo dificuldades para cumpri-las a rigor, como por exemplo seguir os regulamentos técnicos, fornecer informações precisas e no prazo determinado. Vale ressaltar que no início da década de 1990, foram criados os regulamentos técnicos para a produção orgânica de origem vegetal da União Européia (EC 2092/91), à época o maior mercado de orgânicos. No final da década, o Codex Alimentarius estabeleceu diretrizes para a produção orgânica de origem vegetal e, em 2001, editou diretrizes para a produção animal (CODEX ALIMENTARIUS COMMISSION, 2001).

Essas normas internacionais de referência são baseadas nas realidades, práticas e contextos específicos dos países de clima temperado e desenvolvidos economicamente. A pouca flexibilização das normas internacionais está refletida nos regulamentos técnicos nacionais, que dificultam o comércio internacional de produtos da agricultura orgânica/agroecológica e também o desenvolvimento dos mercados locais em países da América Latina.

Já em 2011, e renovado em dezembro de 2012, vigora o Projeto Cuidando das Águas, em apoio com a Agência Pernambucana de Águas e Clima (APAC). Que objetiva recuperar as nascentes do Distrito de São Severino e imediações, como também do Assentamento Perseverança. O projeto pretende desenvolver outras atividades, como a coleta de sementes crioulas, produção, plantio, monitoramento e manutenção destas. Com o intuito de preservar a diversidade biológica e cultural dos agroecossistemas. Assim mobilizando os agricultores no processo da preservação das sementes crioulas.

Em 1ª de março de 2013 iniciou-se o Projeto Pernambuco Agroecológico, com o apoio do ICEI, da Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária de Pernambuco, por meio do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PRORURAL), do Banco Mundial e da União Européia (UE). Tendo duração de dois anos, prevê investimentos na ordem de R\$ 1,5 milhões em modelos socioeconômicos de produção, consumo responsável e turismo rural. O projeto beneficiará diretamente

cerca de 180 famílias de comunidades rurais dos municípios de Feira Nova, Glória do Goitá e Gravatá.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA/superintendência PE), a Associação dos Profissionais da Agricultura Orgânica (APOrg), o Serviço de Tecnologia Alternativa (SERTA) e as prefeituras dos três municípios, atuam como parceiros. O projeto objetiva fortalecer a agricultura camponesa em Pernambuco, proporcionando capacitações técnicas sobre Agroecologia e gestão ambiental, como também estimulando a participação em redes de Economia Solidária. E Tem como proposição investir em infraestrutura para a construção de 1 centro comunitário para beneficiamento de alimentos, 1 estufa para produção de mudas agroecológicas, barreiros comunitários para armazenamento de água e 3 *packing houses* (espaços para preparação pós-colheita: separação, limpeza e organização dos alimentos), além de distribuição de equipamentos e ferramentas para os agricultores.

Outros temas enfatizados pelo "Pernambuco Agroecológico" vêm da discussão de questões sobre a segurança alimentar e nutricional e o turismo rural, sendo este visto como um complemento à renda dos camponeses agroecológicos. Todavia ao menos em Gravatá, ainda não chegaram expressivamente o acesso a esses investimentos de cunho infraestrutural.

Entretanto vale pontuar que as preocupações com a segurança alimentar e nutricional advém desde o início das experiências agroecológicas, como também desde a luta do campesinato gravataense para reproduzir-se enquanto modo de vida.

O atual presidente da associação, por ser de origem italiana, possui contato com redes missionárias italianas. Nesse contexto em março de 2014, a associação recebeu doação em dinheiro da Família Bertoldo (Itália), que se sensibilizou com a luta dos agricultores agroecológicos gravataenses. Pois desde que a Prefeitura de Gravatá deixou de disponibilizar o ônibus, eles estavam passando por dificuldades para realizar a comercialização dos alimentos nas feiras agroecológicas das Graças e de Boa Viagem (Recife - PE), devido ao oneroso custo do aluguel do coletivo.

Desta doação foi decidido em Assembléia, que a utilizariam para a compra de um ônibus. Assim livrar-se-iam do aluguel do transporte que os leva às feiras

agroecológica das Graças e de Boa Viagem, Recife - PE. A compra do ônibus foi muito desejada pelos camponeses que passavam por adversidades financeiras.

Verificamos que a manutenção das experiências agroecológicas gravataenses está relacionada com muitas articulações, além das trocas entre camponeses associados à AMA TERRA. Tais relações são advindas de organizações não governamentais, como o SABIÁ, de redes missionárias italianas e recentemente do Estado associado ao Banco Mundial e à União Européia, com o projeto Pernambuco Agroecológico. Pontuamos que o papel do Estado está muito mais relacionado com o estabelecimento de uma agricultura ecológica moderna, aos moldes do "capitalismo verde"³⁰.

Pois não foi discutido com os agricultores o que eles desejavam, e simplesmente ofereceram um modelo de organização produtiva externo à realidade do campesinato agroecológico gravataense. Observamos que as ONGs e as redes missionárias auxiliam muito mais ao fortalecimento da agroecologia em Gravatá, porque seu apoio é baseado em um diálogo com os sujeitos sociais interessados, partindo das demandas destes.

Partindo desse histórico, acreditamos que a disseminação e consolidação da agroecologia em Gravatá, Pernambuco parte do impulsionamento de sujeitos sociais, que se encontravam descontentes com a agricultura convencional, até então colocada em prática por alguns, como também com a estrutura agrária. Partindo desse descontentamento, pontuamos a ligação entre o avanço da agroecologia e os movimentos sociais do campo, como o de luta pela terra impulsionado, em âmbito nacional, pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Essa ligação é inovadora, pois segundo Luzzi (2007) não existia até meados da década de 1990.

Contudo ressaltamos o vínculo de algumas experiências à crítica da concentração fundiária, pauta de movimentos sociais camponeses, como as Ligas Camponesas (1940) e o MST. É importante destacarmos que a maioria das unidades agroecológicas gravataenses estão localizadas em áreas de acampamentos e assentamentos rurais. Em Gravatá - PE, o avanço da agroecologia está intrinsecamente associada à luta pela terra. Segundo Oliveira (1991) o acesso a

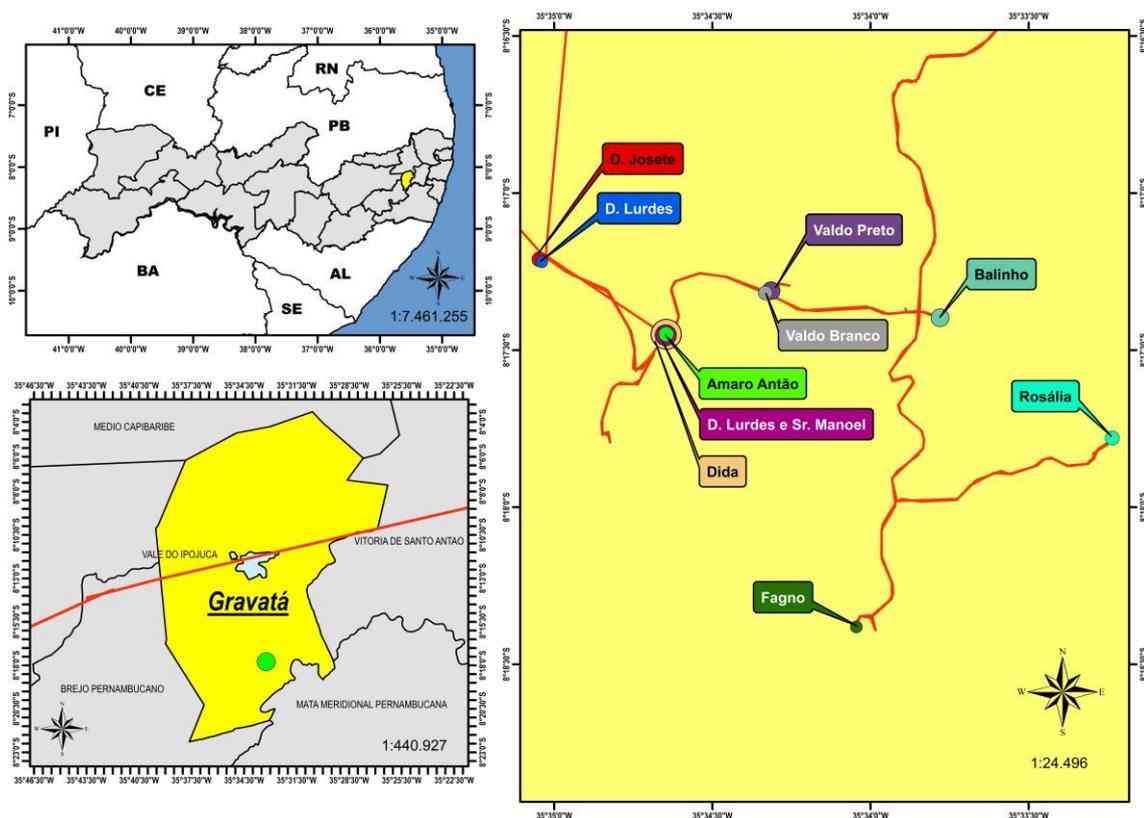
³⁰ Sobre o termo ver: PORTO-GONÇALVES. A natureza da globalização e a globalização da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

esta é condição fundamental para a existência do manejo da terra relacionado à lógica camponesa.

Contudo muitos camponeses, que fazem parte da AMA TERRA, há vinte anos atrás passavam dificuldades por não terem terra para trabalhar. Logo quando conquistaram a terra, houve uma melhora significativa nas condições de vida desses sujeitos, que conseguiram terra e passaram a cultivá-la agroecologicamente. No mapa 02 visualizaremos a localização das unidades camponesas agroecológicas de Gravatá - PE.

Pretendemos com esse mapa dar visibilidade aos territórios camponeses que são manejados agroecologicamente em Gravatá - PE, pontuando a territorialização para além de sua institucionalização territorial oficial, destacando a multiplicidade dos territórios. Podemos verificar dez experiências agroecológicas que resistem desde 1997 no campo gravataense. Dessas oito localizam-se em áreas de acampamento de luta pela terra, em São Severino, e duas em dois assentamentos rurais, assentamento Várzea Grande (Rosália) e Perseverança (Fagno).

Mapa 02: Localização das Unidades Camponesas Agroecológicas no município de Gravatá - Pernambuco e na Microrregião Vale do Ipojuca.



Fonte: IBGE, Área territorial oficial. Consulta por Unidade da Federação. Rio de Janeiro: IBGE [2009]. Coordenadas Geográficas coletadas *in loco* por GPS. ArcGIS 9.3. **Organizado por:** Girlan Cândido e Izabela Gomes (2015).

Contudo até os dias atuais os acampamentos de São Severino não conseguiram institucionalizar-se enquanto Assentamento rural, devido à estratégias utilizadas pela família Aarão Lins de Andrade, que criaram uma RPPN chamada Reserva Florestas de Jussará.

Não sei porquê a gente não consegue virar assentamento minha fía, tem alguma coisa nesses papel daí dessas terra de Aarão. Tem uma coisa neles e pela lei assim não pode virar assentamento. Eu não sei bem essas coisa de lei, só sei que tem alguma coisa de errada nessa papelada. Dizem que tem terra que não é de Aarão, mas quem é o dono? Por aqui tem gente que é dono dessas terra e ninguém nunca viu, deve ser até um morto que é dono. (D. Lurdes, Agricultora agroecológica gravataense, São Severino, 2014).

Eles dividiram as terras para dificultar no processo de assentamento. Quando eu vim prá cá, fui ocupar lá as terras de Aarão, mas aí eu percebi que lá as coisa ia ser mais difícil. Então decidi junto com o pessoal ir ocupar as terra da Usina N. S. do Carmo. E deu certo, fui pra lá em outubro de 1996 e em dezembro do mermo ano deram a emissão de posse. Foi muita alegria. (Rosália, Agricultora agroecológica gravataense, Gravatá, 2014).

As camponesas relatam que a burocratização do processo que estabelece os assentamentos rurais, como também o parágrafo único do 4ª Art. e o 10ª Art. da Lei Nº 8.629, de 25 de Fevereiro de 1993, que regulamente disposições relativas à reforma agrária, dificultam a desapropriação das terras dos latifundiários, os favorecendo. Segundo, Palmeira (1989) essa entrave não é novidade na legislação brasileira, pois "[...] o Estatuto da Terra, art. 10, esp. §1º e toda uma sub-legislação operaram uma transferência maciça do patrimônio fundiário da Nação para particulares." (PALMEIRA, 1989, p.97).

No referido 4ª Art. consta que são insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária a pequena (1 e 4 módulos fiscais) e a média (4 até 15 módulos fiscais) propriedade rural. Essa questão é bastante controversa pois os tamanhos das unidades produtivas considerados pequenos e médios, variam de acordo com o processo de ocupação do território em cada estado brasileiro.

No caso de Gravatá, segundo os relatos de camponeses esse ponto, como também o 10ª Art., foram bem utilizados pela Família Aarão Lins de Andrade para assim entrar o processo de desapropriação do latifúndio. Pois as terras do Engenho Jussará foram divididas em vários lotes, contendo nas escrituras nomes de pessoas que os camponeses nunca viram nem ao menos ouviram falar.

Com essa divisão caracteriza-se o latifúndio como várias médias propriedades, que na prática continuam sendo latifúndio por pertencer a mesma família. Além de ser improdutivo, por suas terras não estarem sendo manejadas segundo os graus de utilização da terra e de eficiência na exploração, estabelecidos pela Lei Nº 8.629, de 25 de Fevereiro de 1993, referente à reforma agrária.

Nesse contexto vale a pena pontuar que segundo Delgado (2005) essa lei somente recolheu os critérios econômicos de “aproveitamento racional e adequado” da terra, como o Grau de Utilização (GU) e o Grau de Exploração Econômica (GEE), deixando de definir os indicadores ambientais e sócio-trabalhistas para o processo de desapropriação. Além do fato desses indicadores nunca terem sido atualizados desde sua criação, há 12 anos. Essa desatualização não ocorre por acaso, mas sim porque não é de interesse dos representantes do agronegócio, que compõem a bancada ruralista, atualizá-los para assim facilitar os processos de luta pela terra no Brasil.

No 10ª Art. da Lei Nº 8.629, de 25 de Fevereiro de 1993, consta que é vetado a desapropriação de áreas destinadas a fins produtivos, como também as áreas de efetiva preservação permanente e demais protegidas por legislação relativa à preservação da natureza. Logo a institucionalização da Reserva Particular do Patrimônio Natural Florestas de Jussará, aguça ainda mais o obstáculo à institucionalização do assentamento rural em São Severino.

O Decreto Nº 5.746, de 05 de Abril de 2006, referente a criação da RPPN, que regulamenta o Art. 21 da Lei Nº 9.985, de 18 de Julho de 2000, dispendo sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), obstaculizam também a criação dos Assentamentos rurais. No Art. 14 do referente decreto consta, que a RPPN só poderá ser utilizada para o desenvolvimento de pesquisas científicas e visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais previstas no termo de compromisso e no seu plano de manejo.

Nesse patamar abordamos que no Brasil, o SNUC referente à conservação da natureza exclui os povos camponeses e indígenas, que também fazem parte da natureza, convivendo com esta e a manejando há muitas gerações. Em prática, a criação de uma RPPN deveria convergir com a manutenção das experiências agroecológicas, que em Gravatá seria institucionalizar o Acampamento de São

Severino em Assentamento rural. Evitando que esse campesinato seja expropriado de seu território, para assim continuar manejando a terra de maneira agroecológica.

O SNUC (2000) dificulta que os povos camponeses consigam permanecerem em seus territórios e manterem seus saberes-fazeres tradicionais. Devido um viés mais preservacionista, que considera a relação sociedade-natureza degradante para a segunda. Além da negação do conceito de populações tradicionais. Já o agronegócio e as empreiteiras conseguem se beneficiar melhor da legislação, amparados pela compensação ambiental. Todavia apesar das dificuldades os camponeses de São Severino continuam manejando a terra agroecologicamente, em áreas de Acampamento e quintais, desde 1997 até atualmente.

Outra característica que também vale ser pontuada como obstáculo à institucionalização do acampamento de São Severino em assentamento rural, é a "inversão" na prioridade de metas do II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), publicado oficialmente em novembro de 2003, no governo do então presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva.

Fernandes (2006), constatou que no período de 2003 a 2005 somente 25% das famílias foram assentadas em terras desapropriadas. Sendo a maioria das famílias, assentadas em assentamentos antigos, ou já existentes em terras públicas, ou criados em terras do estado. Essa constatação destaca claramente a relação do estado brasileiro com a manutenção dos latifúndios, a tal inversão das prioridades de metas do II PNRA está relacionada a não desapropriação de terras que não cumprem sua função social. Todavia a desapropriação dos latifúndios improdutivos, deveria ser o instrumento central para os processos de reforma agrária.

Assim, a legislação referente à reforma agrária acaba freando o processo de luta pela terra protagonizada por alguns camponeses gravataenses, pois segundo o INCRA, "O projeto de assentamento é um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas onde originalmente existia um imóvel rural pertencente a um único proprietário". (INCRA [Internet]. acesso em 2014 Set. 22). Para ampliar essa visão sobre os assentamentos, Medeiros; Leite (1998) mencionam:

Os assentamentos fortaleceram os movimentos de luta pela terra, uma vez que se constituíram em prova da eficácia das pressões intensas, entre elas as ocupações, como forma eficaz de luta por terra; provocaram rearranjos institucionais provocando a necessidade de um aparelhamento do Estado

para lidar com essa nova realidade (não só em termos de criação de novos organismos ou reformulação dos existentes, nos governos estaduais e federais, mas também de novas leis e regulamentações); geraram empregos e, de alguma maneira, aumentaram o nível de renda das famílias assentadas, com reflexos na economia municipal e regional; alteraram, em maior ou menor medida, as relações de poder local. (MEDEIROS; LEITE, 1998, p. 05).

Os autores retratam o poder que os sujeitos sociais camponeses possuem de transformar um configuração sócio-territorial a partir do processo de luta pela terra. Enfatizamos o papel dos assentamentos rurais na melhoria das condições de vida de muitos camponeses, que anteriormente não tinham o direito à terra, como também na construção de territórios camponeses frente ao avanço do capital no campo.

Nesses territórios observamos, que os camponeses obtêm os meios de produção (terra, água), trabalham no campo para si próprios, organizam seus horários de trabalho de maneira flexível (se o camponês quiser ir para casa mais cedo, simplesmente irá), têm como prioridade a produção para consumo próprio, através da policultura. A produção é baseada em relações de trabalho entre os integrantes da família (pais, filhas e filhos). Essas características convergem com o conceito de campesinato desenvolvido por Chayanov (1924).

Porém uma questão que Chayanov (1924) não pontuou, foi a necessidade de comercialização da produção, que se faz necessária como estratégia de reprodução do campesinato contemporâneo. Todavia vale ressaltar que a comercialização dos alimentos agroecológicos produzidos em Gravatá - PE, são vendidos de forma direta (produtor-consumidor) em feiras agroecológicas.

Porém uma unidade camponesa agroecológica gravataense (localizada no Assentamento Várzea Grande) é manejada com diaristas como força de trabalho, além do manejo pela camponesa que obtêm a unidade. Esse caso ocorre porque a camponesa vive sozinha, é divorciada e seus filhos moram na cidade. Então ela acaba precisando contratar alguém para ajudá-la.

Contudo precisamos pontuar que a instituição de assentamentos rurais é apenas uma parte da luta, pois ter acesso à terra não quer dizer ter condições de manejá-la. Muitas vezes as terras desapropriadas estão em péssimo estado (seja pelo uso dos agrotóxicos, pelo cultivo de monoculturas, ou ter passado muito tempo sem ter sido trabalhada), necessitando de um manejo mais cuidadoso.

Sendo assim o retorno da terra na produção agrícola é demorado, fato que fragiliza os assentados. Outra questão é que logo quando um assentamento é instituído, a assistência técnica demora a chegar ou se estabelece precariamente, como também demoram os subsídios para auxiliarem o campesinato nessa fase inicial do assentamento. Dificultando assim o estabelecimento dos camponeses nos assentamentos rurais.

Entretanto a assessoria técnica sempre esteve presente nas unidades produtivas dos sócios da AMA TERRA, geralmente advêm de um profissional vinculado ao SERTA, que possui experiência em produção ecológica. Partindo da orientação aos agricultores para fazerem modificações técnicas, quando necessárias, que possam aprimorar o desempenho da unidade produtiva agroecológica, como por exemplo melhorar o sistema de irrigação nas unidades produtivas. A seguir uma camponesa e um camponês abordam essa questão.

A assessoria é muito importante para a gente, porque nos ajuda a melhorar cada vez mais as nossas propriedades e seu potencial. (Sr. Alfredo, Ex-Presidente da Associação AMA TERRA, Gravatá, 2013).

O agricultor sabe mais que o técnico. Antes dele dizer pra gente fazer, a gente já sabia, não fez porque não quis. (D. Cíça, Agricultora agroecológica gravataense, Ruinha de São Severino, 2014).

Apesar da importância dada à assessoria técnica em muitos processos de estabelecimento das experiências agroecológicas, aquela não se torna primordial para alguns camponeses, como vemos na fala de Dona Cíça. Isso ocorre devido a algumas divergências existentes entre os camponeses e os técnicos de extensão rural sobre o que deve ser feito ou não na unidade produtiva agroecológica.

No processo de assistência técnica deve-se buscar instaurar uma relação o mais horizontal possível, na qual o camponês também possa opinar, estabelecendo um troca de saberes. Infelizmente no Brasil, devido a formação de viés conservador instituída nas Universidades, alguns agrônomos têm dificuldade em não estabelecer uma relação mais verticalizada, dificultando assim o processo de assessoria agroecológica.

Como afirma Figueiredo (2011), p. 258, em relação às faculdades de agronomia brasileiras "A universidade de alguma forma leva você a incorporar valores de um modelo de agricultura hegemônica". Então pontua que foram as

vivências com os povos camponeses, que mostraram a existência de manejos produtivos contrários à lógica da Revolução Verde.

Em conversa com a D. Cíça foi ressaltado que as primeiras assistências técnicas advindas de um engenheiro agrônomo vinculado à AMA GRAVATÁ e da ex-diretora da AMA GRAVATÁ, foram de grande relevância para o avanço do manejo agroecológico em Gravatá. Vimos que essas pessoas são lembradas de maneira positiva, pois elas conseguiram estabelecer, além da assessoria, uma relação de confiança e amizade com os camponeses agroecológicos gravataenses.

Porém a mesma camponesa também critica a assistência técnica quando fala: "*O agricultor sabe mais que o técnico*" (D. Cíça, 2014). Acreditamos que isso ocorra devido ao fato que nem sempre todos os assessores técnicos conseguem estabelecer relações de amizade com o campesinato, podendo gerar tensões durante o processo. Desde o estabelecimento das experiências agroecológicas gravataenses muitos técnicos passaram por essas unidades produtivas agroecológicas, e alguns foram mais aceitos que outros, como também nem sempre os agricultores precisam concordar com tudo que os técnicos dizem. Além do mais, nessa fala verificamos também a valorização do conhecimento popular camponês, em contraponto à supervalorização do conhecimento técnico-científico adquirido nas instituições de ensino superior.

Dessa maneira pontuamos que para a consolidação do manejo agroecológico, precisamos valorizar o conhecimento tradicional camponês, que parte da observação cotidiana e da criatividade. Assim, correlacionando com o quadro 01, verificamos a importância do campesinato na conservação de variedades de espécies de alimentos, como o Alho branco e o Feijão fogo-na-serra. A maioria dos camponeses agroecológicos gravataenses fazem sementeiras e mudas da maioria das espécies que cultivam, como: alface, brócolis, pimentão, acelga, beterraba, couve-folha, couve-flor, agrião, nabo, coentro, alho, rabanete, cebola, cebolinha, rúcula, mamão, acerola, caju, goiaba, jaca. Além de guardarem e trocarem entre si sementes crioulas tradicionais.

No caso da agroecologia, um dos pontos que merecem maior atenção é o uso das sementes. Para que se possam cultivar produtos verdadeiramente agroecológicos, o ideal seria dar preferência ao uso das sementes crioulas, obtidas através do método de seleção massal, que consiste em coletar as

sementes que demonstraram ao longo do tempo uma ou mais características desejáveis, como potencial de alto rendimento ou resistência a doenças, para plantá-las na safra seguinte. As sementes crioulas são adaptadas às condições locais e possuem, internamente, maior variabilidade genética quando comparadas às variedades obtidas por outros métodos. Além disso, elas atendem a um dos princípios básicos da agroecologia, o de desenvolver plantas adaptadas às condições locais da propriedade, capazes de tolerar variações ambientais e ataques de organismos prejudiciais. (DE MARCOS, 2007, p. 191).

Ao abordar a questão das sementes crioulas tradicionais dentro da agricultura agroecológica, a autora reflete sobre com as estratégias produtivas orientadas pela Agroecologia aumenta o potencial de resiliência dos agroecossistemas. Pois estes resistem muito mais às variações ambientais que os sistemas monocultores capitalistas. O incentivo à utilização e armazenamento das sementes crioulas gera autonomia para os povos camponeses, tornando-os guardiães das suas próprias sementes, como da variabilidade genética das culturas.

A utilização de sementes transgênicas, com tecnologia *Terminator*, por exemplo, aprisionam os camponeses as grandes corporações como a Monsanto. Essa tecnologia refere-se a plantas que foram geneticamente modificadas (OGM) para tornar suas sementes estéreis, só germinando uma única vez.

As *Terminators* foram inicialmente desenvolvidas por indústrias multinacionais de sementes e agroquímicos e pelo governo dos Estados Unidos (EUA), para evitar que os agricultores replantassem as sementes, fazendo com que dessa forma tivessem sempre que comprá-las às empresas multinacionais. Além de patentear todos os direitos à utilização dessas sementes transgênicas. Evitando assim a criação de "bancos" de sementes, para que os camponeses não sejam os detentores de suas sementes.

Esse fato tem corroborado também em uma erosão genética, pois já está difícil encontrar muitas variedades de espécies do milho, por exemplo, em países da América Latina. Entretanto em unidade agroecológica localizada em um Acampamento de luta pela terra, em São Severino, Gravatá - PE, observamos o debulho para plantio do feijão fogo-na-serra, variedade que praticamente não encontramos em feiras e supermercados. Isso ressalta o papel do campesinato no processo de conservação das sementes crioulas.

Entretanto a partir desse contexto colocaremos quais as estratégias utilizadas pelo campesinato gravataense para manter suas unidades produtivas

agroecológicas e fortalecer seus saberes-fazer, interferindo no processo de organização do território gravataenses.

3.2 As Estratégias Camponesas em Gravatá - PE

Desde 2013 estamos estabelecendo contato com os camponeses agroecológicos gravataenses para o desencadeamento deste estudo. Dialogando com eles sobre a sua realidade, as dificuldades e avanços passados durante o processo de fortalecimento das experiências agroecológicas em Gravatá - Pernambuco. Neste ponto destacaremos as estratégias utilizadas pelo campesinato gravataense para manterem seu modo de vida nos territórios de Acampamento de luta pela terra e Assentamento rural.

Compreendemos a racionalidade ecológica camponesa na perspectiva de Toledo (2002) definindo-a como o conjunto de conhecimentos (corpus) que os camponeses põem em prática para apropriarem-se dos bens naturais (práxis). Por meio desses conhecimentos pode-se esclarecer como os camponeses percebem a natureza, sendo um componente decisivo na implantação da estratégia camponesa para a manutenção do campesinato em seus territórios e para a busca por autonomia.

O êxito da estratégia agroecológica, que articula o manejo ecológico da natureza com circuitos curtos de comercialização, está desempenhando um papel decisivo para que os camponeses assumam com confiança sua condição sociocultural na sociedade contemporânea, urbanizada e industrial. Os resultados socioeconômicos e ambientais conquistados a partir das "experiências agroecológicas" ressignificaram a vida no campo para muitas famílias. (FIGUEIREDO, 2011, p.31).

Assim pontuamos que as estratégias camponesas realizadas pelo campesinato agroecológico gravataense, advêm de seu conjunto de conhecimentos articulado com as práticas de manejo da terra, objetivando um propósito em comum. Sendo este, a luta pela terra, a manutenção nos territórios, a busca por melhores condições de vida e por mais autonomia, o escoamento da produção de alimentos, o fortalecimento e disseminação das experiências agroecológicas.

Em março de 2014 foram iniciados os trabalhos de campo desta pesquisa. O primeiro foi realizado na Vila de São Severino, localizada no Distrito São Severino, Gravatá - PE. Durante a realização do trajeto que nos levou do centro de Gravatá a

um de seus distritos, notamos a grande diversidade ecológico-natural (vegetação tradicional arbórea e herbácea, com árvores altas), e de manejo da terra (pastagem, roçado, floricultura) existente na região. Podemos conferir a diversidade do segundo conciliando com áreas de mata na foto 08:

Foto 08 Paisagem do caminho entre Gravatá - PE e São Severino - PE.



Fonte: Izabela Gomes, São Severino - Pernambuco, 2014.

Ao longo do percurso nos deparamos com áreas de mata, como também outras com criação de gado e estufas voltadas para a floricultura. As áreas com pecuária demonstravam bastante degradação ambiental por possuir como vegetação apenas o capim, não consorciando o manejo de outras culturas com a criação bovina.

Todavia o que destacamos na foto 08 é uma estufa de flores em contraposição com a grande área de mata ao seu redor, além de uma área com pastagem degradada. Visualizamos então três tipos de manejo da terra: floricultura, praticada por agricultores em pequenas unidades produtivas, RPPN, reserva florestal Florestas de Jussará e criação de gado em latifúndios). Fotografias como essa demonstram que apesar de nos últimos anos, ter se materializado a floricultura em Gravatá, a heterogeneidade se sobressai na ocupação e usos dos territórios gravataenses.

Contudo nas áreas onde se sobressaem os latifúndios, é praticamente impossível avistarmos uma paisagem como na foto 08 porque os latifundiários, regidos pela lógica de produção capitalista, sempre buscam homogeneizar os cultivos visando a maior obtenção de lucro. Em contraposição devido ao que Toledo (2002), denominou de racionalidade ecológica camponesa, visualizamos que mesmo "*Os agricultores que se vislumbraram pela produção de flores [...]*". (Agricultor gravataense, São Severino, 2014), conciliam outros cultivos, como também mantêm as áreas de mata existentes em suas unidades produtivas.

Outra questão a ser ressaltada é que essa racionalidade não serve como um modelo universal para a agricultura. Pois cada camponês possui sua maneira de lidar e conviver com a natureza ao seu redor, uma prática de manejo pode parecer satisfatória em uma unidade produtiva agroecológica e insatisfatória em outra.

Essas variações irão ocorrer em diversas escalas, dessa forma, as diferenças na racionalidade ecológica camponesa existem também entre vizinhos, numa pequena escala. Assim, pretendemos caracterizar as diversas estratégias do campesinato, objetivando não homogeneizar suas práticas e conhecimentos.

O segundo campo também foi realizado em março, fomos ao Assentamento Várzea Grande, numa área de Brejo de Altitude, localizado onde era a Usina Nossa Senhora do Carmo. Durante o percurso até a área de brejo de altitude, notamos que é uma região com mais umidade em relação a São Severino, como também visualizamos paisagens mais heterogêneas e com maiores áreas de mata.

No Assentamento Várzea Grande só existe uma unidade produtiva agroecológica, pois a maioria dos assentados cultivam goiaba e chuchu de forma convencional. Alguns vendem a produção aos atravessadores e outros comercializam na Feira Livre de Gravatá.

A única camponesa, também agente de saúde do assentamento Várzea Grande, que maneja sua unidade produtiva agroecologicamente, ressalta a alegria de ter conseguido com seu trabalho um sítio cheio de árvores e fruteiras. Porém na época em que era casada criou vacas, mas atualmente não cria mais devido ao trabalho exigido, tendo em vista que mora sozinha. Devido à lógica de organização do Assentamento a casa (de alvenaria), localiza-se no mesmo lote que a unidade produtiva. De uma forma geral ela maneja a terra sozinha, porém algumas vezes recorre à contratação de diaristas para lhe auxiliarem.

"Na época que morava com meus pais no Agreste a agricultura era de sequeiro, plantando milho e feijão. Já aqui no Brejo as tentativas foram minhas, vinculadas a meu sonho de ter um sítio assim". (Rosália, Assentada do Várzea Grande, 2014).

A agricultora pontua que desde sua infância sonhava em ter um sítio diverso, fato não conseguido por seus pais, os quais praticavam agricultura de sequeiro, cultivando basicamente milho e feijão. Conforme o sonho de infância, a agricultora utilizou de sua criatividade para desenvolver uma unidade camponesa agroecológica, mesmo tendo ao seu redor unidades que são manejadas convencionalmente.

Cabe ressaltar a não utilização de técnicas de irrigação, como aspersão, que não otimiza o uso da água, gerando muito desperdício. *"Eu poderia ter uma bomba para irrigar minhas plantas, mas tem gente aqui que acaba pagando mil reais de conta de energia".* (Agricultora gravataense, Assentamento Várzea Grande, 2014). A camponesa faz uma crítica em relação a essas técnicas de irrigação que além de provocar o desperdício da água, não geram autonomia para o campesinato, vinculando-os à grande dívida com a CELPE (Companhia Energética de Pernambuco).

O manejo da unidade agroecológica se dá pela poda das árvores mais altas, controlando a entrada de luz solar de acordo com a demanda de cada espécie. Também é mantida a folhagem no solo (foto 10), como técnica que protege o solo, além de ser utilizada como adubo. Observamos a preparação do caldo de Nim (*Azadirachta indica*) para lidar com o controle de pragas. As folhas de nim foram coletadas juntamente com os talos e colocadas à sombra para secagem ao ar, por um período aproximado de dez dias até ficarem desidratadas e quebradiças.

Em seguida, deve-se separar as folhas do talo, visando o uso somente das folhas. Com o auxílio de um moinho, as folhas são moídas, para a obtenção do pó, que será utilizado no preparo do caldo. Colocam-se 150 g do pó de folha de nim para cada litro de água e misturam bem o pó na água, para homogeneizar a mistura e, em seguida, é deixada em repouso por 24 horas. Na foto 09 observamos área que foi tratada com o caldo do nim.

Foto 09 Quintal agroecológico no Assentamento Várzea Grande, Gravatá - PE.



Fonte: Izabela Gomes, Assentamento Várzea Grande, Gravatá - PE, 2014.

Foto 10: Cobertura vegetal no solo de quintal agroecológico no Assentamento Várzea Grande.



Fonte: Izabela Gomes, Assentamento Várzea Grande, Gravatá - PE, 2014.

Podemos visualizar a diversidade existente na foto 09, com bananeiras, laranjeiras, aceroleiras, goiabeiras, mangueiras e cultivo de chuchu, além do solo com cobertura vegetal. Como também a cobertura vegetal no solo da foto 10, advinda da poda de algumas árvores e deixada sobre o solo para entrar em processo de decomposição. Ajudando na conservação daquele, o protegendo da chuva e do sol, como também serve de adubo orgânico. Contextualizando com o pensamento de Peter Rosset (2012) Rogério Haesbaert pontua:

Falar em criatividade humana é falar em Arte. Mas, como não somos artistas, e os próprios artistas estão sempre vivendo alguma crise em termos da definição do que é Arte[...] Começamos por lembrar que, por incrível que pareça, Arte vem do latim *ars*, talento, saber-fazer[...] (HAESBAERT, 2006, p. 145).

O autor desmistifica a ideia de que a criatividade seja apenas vinculada à "Arte" enquanto música, artes plásticas e cênicas, abrangendo o termo para os saberes-fazer. Sendo assim, o processo criativo está relacionado com os saberes-fazer dos mais diversos sujeitos. Dessa forma pontuamos a criatividade, a sensibilidade exigidas pela agricultura e exercidas durante anos por povos camponeses nos mais diversos territórios. Observando as reações que natureza tem com cada tipo de manejo no espaço e no tempo.

Na unidade camponesa agroecológica localizada no Assentamento Várzea Grande, conseguimos visualizar o manejo de trinta e cinco culturas, existindo também diversidade entre as espécies, são elas: Laranja cravo, laranja bahia, banana maçã, banana prata, banana anã, feijão preto, feijão gandú, feijão pardo, vagem, cenoura, couve-manteiga, brócolis, cebola, cebolinha, salsa, espinafre, coentro, acelga, chuchu, pimentão, quiabo, rabanete, caju, jaca, jerimum, macaxeira, limão, maracujá, acerola, pitanga, goiaba, tomate cereja, manga, manjeriço, abobrinha. Assim pretendemos ressaltar como a manutenção da diversidade ecológica está relacionada com a criatividade e conhecimento camponeses.

A agricultora também faz uma crítica à universalização das dietas alimentares, dando o exemplo da inclusão do tomate nas saladas cotidianas dos povos. *"Não como tomate, pois sei que recebem muitos agrotóxicos, que geram doenças. Há uma manipulação da mídia e da medicina para não dizer que o uso de agrotóxicos causam doenças"*. (Agente de saúde, agricultora agroecológica gravataense, Assentamento Várzea Grande, 2014). A agricultora ressalta o vínculo entre os setores da comunicação com a indústria química e farmacêutica, criticando o papel da medicina e da mídia na contemporaneidade, que são coniventes com as indústrias, não alertando sobre os males dos agrotóxicos sobre à saúde e a natureza.

Outro ponto importante em relação à unidade produtiva agroecológica do Assentamento Várzea Grande é a notável manutenção da diversidade ecológica,

segundo a agricultora, em seu sítio existem muitas aves Aracuãs (*Ortalis guttata*), que vem das matas buscar frutas em sua unidade produtiva.

Do terceiro ao sexto trabalho de campo visitamos sítios agroecológicos localizados em São Severino, Gravatá - PE. Vale destacar que a Ruinha de São Severino e o acampamento rural também estão situados em áreas de brejo de altitude. Em conversa com os camponeses podemos compreender algumas estratégias para a manutenção das experiências agroecológicas na região. Veremos no seguinte relato a opinião da agricultora aposentada sobre o manejo agroecológico da terra correlacionado com o convencional.

Antes a gente plantava vagem, pimentão, repolho e cenoura, mais repolho e pimentão. Trabalhava com veneno, adubo 201020³¹. Depois a gente vimos um pessoal com essa lavoura sem veneno, e a gente começou a testar pra vê se prestava, e graças a Deus, até hoje, nós trabalha com ela e não se arrependemo não. Porque tanto é bom pra gente como é bom pros outros né, que é uma lavoura que não tem veneno, agrotóxico de jeito nenhum. A gente só trabalha com estrumo, composto (pimenta, fumo, querosene) pra puferizar as lêndeadas, que gostam do repolho e do couve-flor. Toda vida a gente gostou de plantar feijão, batata, fava mas era pra comer em casa, pra vender era mais repolho. Hoje a gente planta de tudo milho, feijão vagem, preto, pardo, fava. Agora, a fava só dá no verão. Até março a gente colhe fava. Eu acho que agora é melhor viu, a gente não trabalha mais com veneno, nada de adubo assim que é tóxico. A gente é livre, é uma despreocupação, sem aperreio. É aguar, aplantar, limpar, e é uma coisa que a gente colhe toda semana. Antigamente a gente não colhia toda semana, cenoura passa três meses, milho passa três meses, feijão passa três meses, repolho passa quatro meses, pimentão passa três meses, quer dizer que a gente plantava muito para vender de uma vez só. E aí pagava trabalhador, comprava veneno, e quando lucrava aquele dinheirinho já era só pra pagar. Aqui é uma coisa que a gente planta assim, é um poquinho, seguido, toda semana, por que se você arranca dois lerão de cenoura hoje, amanhã você tem que plantar mais dois, por que nós arranca de oito em oito dias, aí nunca falta, sempre tem. A gente come e vende. Toda semana a gente vai, manda as caixas, sete, oito, quatro cinco caixa. Porque agora no inverno dá pouca lavoura por causa da frieza, sem ser no inverno dá mais dez, doze. Por que a terra também é poquinha, a gente não pode plantar muito e a feira também, não adianta levar muita coisa porque sobra. (Acampada de São Severino, São Severino, 2014).

A camponesa retrata que já utilizou agrotóxicos, mas que desde que começou a trabalhar sem eles, se sente muito melhor em vários âmbitos, como na saúde, no

³¹ O adubo 201020 Polifétil é um fertilizante mineral misto. **Fonte:** Araujo Drogaria Drugstore [Internet]. acesso em 2014, Dez. 1.

econômico, na segurança alimentar, na liberdade. Em sua fala "[... a gente é livre [...]]", percebemos o quanto a transição para a agroecologia transformou positivamente a vida dessa mulher e de sua família. Quando plantava baseando-se no modelo produtivo agrícola convencional, ela se sentia presa, pois a estrutura daquele não dá autonomia para o campesinato, devido aos altos custos da produção (insumos/força de trabalho externos e baixos rendimentos).

Esse aprisionamento se dá devido ao consumo constante de agrotóxicos, pesticidas, fertilizantes, advindos de indústrias multinacionais. Além da comercialização feita com atravessadores e da contratação de força de trabalho, pois a família não dava conta do trabalho.

Já na produção agroecológica é relatado a diversificação dos cultivos agrícolas, um melhoramento da gestão produtiva e da comercialização, além da prioridade de produzir para o consumo próprio e vender o excedente a partir da comercialização direta em feiras agroecológicas. Outro ponto que destacamos é a utilização de matéria orgânica (estrupe de boi e galinha) no manejo da terra, como também a utilização de composto para o controle ecológico de pragas.

Quando a gente chegou aqui senti dificuldade e muita. A terra tava muito mato e nem mato mermo ela não crescia muito, porque era muito capim e capim é um mato que ele acaba muito com a terra, ele afraca muito a terra. Capim e sapé, e era o que tinha, ele afraca muito a terra. Depois que foi começando a trabalhar, botando estrumo, estrumando, adubando com casca de azeite³², aí a terra vai fortalecendo né. (Acampados de São Severino, São Severino, 2014).

Aqui notamos a inapropriação do modelo da revolução verde para a manutenção dos povos camponeses em seus territórios. Pois quando esses camponeses ocuparam as terras do engenho Jussará, que eram utilizadas para a monocultura da cana-de-açúcar, perceberam por exemplo, o quanto a terra estava enfraquecida devido ao manejo baseado na utilização de agrotóxicos. Devido a essa questão muitos camponeses têm dificuldade de produzir nessas terras de antigos

³² As cascas representam, em média, 5% dos frutos do dendezeiro. Um uso bastante comum dessas cascas é como "mulching" nos sacos de mudas. Esta prática reduz a lavagem do solo e perda de fertilizantes durante as irrigações, diminui o crescimento das ervas daninhas e mantém a umidade do solo nos sacos. Além da fibra do mesocarpo poder ser usada como adubo orgânico, fornecendo ainda boa quantidade de nutrientes. **Fonte:** FURLAN JÚNIOR, J. Dendê: manejo e uso dos subprodutos e dos resíduos. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2006.

latifúndios, gerando uma grande insatisfação que leva, às vezes, ao abandono desses territórios.

A agricultura proposta pela revolução verde não traz autonomia para o campesinato, pois as monoculturas, sejam elas de cana-de-açúcar ou de soja, não satisfazem as necessidades alimentares dos povos, assim como também necessitam de grande quantidade de insumos químicos e externos à unidade produtiva, encarecendo a produção e favorecendo assim ao endividamento de muitos camponeses.

Então após um lento processo, que levou no mínimo dois anos, manejando a unidade produtiva de maneira agroecológica, os camponeses agroecológicos gravataenses conseguiram fortalecê-la e aos poucos foram diversificando a produção, e as práticas manejo, fatos que incentivaram o campesinato a permanecer nesses territórios.

A diversidade de culturas cultivadas complementa e incorpora alimentos na dieta alimentar do campesinato, além de aumentar as variedades alimentícias que serão comercializadas nas feiras agroecológicas. Além dos alimentos *in natura* também são vendidos nessas feiras alimentos de beneficiamento como: Pães (de cenoura, de inhame), bolos integrais, tortas salgadas (de cebola, de berinjela e de brócolis), pastéis e sucos de frutas.

Outro ponto a ser destacado é que muitos alimentos como, couve-manteiga, brócolis, rabanete, berinjela, mostarda, abobrinha, pão de inhame, não faziam parte da dieta alimentar desse campesinato, após a disseminação das experiências agroecológicas houve um enriquecimento daquela. Ressaltamos então o papel da agroecologia enquanto processo de resistência e reconhecimento do modo de vida camponês. Na foto 11, veremos um agricultor colhendo alimentos em unidade produtiva agroecológica.

Foto 11 Colheita em unidade camponesa agroecológica, São Severino, Gravatá - PE.



Fonte: Izabela Gomes, Acampamento de São Severino, São Severino, 2014.

Na foto 11 vemos o camponês colhendo alguns alimentos na unidade produtiva agroecológica. Foram colhidos nesse dia: cenoura, alho branco, batata doce, couve folha, inhame, coentro, cebolinha e alho-poró.

Contudo a caminho de outra unidade camponesa agroecológica, Bia, nos contou que seu pai maneja a terra com a enxada, colocando em prática técnicas ensinadas pelo seu avô (nascido e criado na agricultura), chamada *cavagem* de sulco para um melhor cultivo do inhame. Verificamos que Bia é um migrante de retorno³³, que voltou de São Paulo juntamente com sua família (companheira e filhos) para trabalhar como parceiro na unidade camponesa agroecológica de seus pais, que possuem aposentaria como outra fonte de renda. (Foto 12 e 13).

³³Para mais informações ver: CUNHA, A. S. Migração de retorno num contexto de crises, mudanças e novos desafios, 2000.

Foto 12: Camponesa regando as plantas, unidade camponesa agroecológica, acampamento de luta pela terra, Gravatá - PE.



Fonte: Izabela Gomes, Acampamento de São Severino, Gravatá - PE, 2014.

Foto 13: Cerca viva com feijão gandú em unidade camponesa agroecológica, acampamento de luta pela terra, Gravatá - PE.



Fonte: Izabela Gomes, Acampamento de São Severino, Gravatá - PE, 2014.

Destacamos assim que o manejo dessa unidade camponesa agroecológica, mistura conhecimento tradicional passado de geração em geração com os intercâmbios realizados entre os engenheiros agrônomos e os camponeses, nas assessorias técnicas agroecológicas. Nessa unidade produtiva também é cultivado o feijão gandú que possui várias destinações como, fazer cercas vivas, adubação verde, "afofar a terra" e fazer remédios.

Além do fato que as folhas desse feijão também são utilizadas como adubo orgânico. Observamos que a técnica utilizada para irrigação é por gravidade, porém na parte mais alta do terreno é necessário o uso de balde com água. Nas fotos 11 e 12 vemos o cultivo de alface, coentro, cebolinha, brócolis, alho-poró, couve-manteiga, feijão gandú, cebola, banana, pimenta-de-cheiro, feijão pardo, berinjela, abobrinha, feijão preto e mostarda.

Também foram observadas nas unidades camponesas agroecológicas gravataenses a utilização de composteiras, com esterco animal, folhagem e cinzas. Estes são deixados ao sol protegidos por uma lona para depois servirem de adubo. Outra técnica de manejo utilizada é o defensivo natural, feito com pimenta malagueta, fumo e uapê (*Eichhornia*)³⁴. Verificamos também umas galinhas de capoeira criadas soltas no quintal de sua casa (de alvenaria), na Ruinha de São Severino, para o consumo próprio.

Eu faço um banquinho de sementes também sabe, as que dá pra mim fazer, eu faço um baquinho de, a cebolinha, pimenta dá semente também, coentro, quiabo, cebolinha, pepino, maracujá, alho, alho-poró também nós planta ele e sai mudando, modificando, alface, carinho, mostarda. Muitas coisas, muitas coisas. A macaxeira também tem a semente, batata-doce, tem um banquinho de semente mais ou menos de, daqui pra agricultura, de umas 15 a 20, a semente da banana também, muitas coisas dá, muitas coisas. (Sr. Manoel, Acampado de São de Severino, São Severino, 2014).

Na agroecologia a diversidade ecológica está relacionada com a conservação das sementes tradicionais crioulas dos diversos territórios, e do conhecimento camponês com suas particularidades. Abaixo veremos a diversidade existente em um sítio agroecológico de uma camponesa de São Severino.

Plantamos todas as qualidade de verduras e legumes, macaxeira, cará, salsão, salsinha, cenoura, alho-poró, maracujá, cebolinha e cebola grande,

³⁴ Planta aquática flutuante que desenvolve-se em rios de fluxo lento ou lagoas de água doce. **Fonte:** PRIBERAM [Internet]. Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, acesso em 2014, Out. 10.

coentro, alface, pepino, alface roxa, couve, beterraba, chinguezai, mostarda, couve-manteiga, pimenta-de-cheiro, chicota, batata doce, banana maçã, flor cessa, flor carinho-de-mãe, feijão fogo-na-serra, feijão gandú, berinjela, nabo, rabanete, quiabo, brócolis, alho branco, que existia antigamente, a gente só plantava desse, agora só dá de ano em ano, no mês de julho, esse alho é daqui da região, a semente desse alho meu marido tem desde quando o pai dele plantava e nunca perde. A gente tem que fazer de pouquinho, tem que plantar direto. (D. Lurdes, Acampada de São Severino, São Severino, 2014).

Aqui observamos a força que o campesinato para diminuir a erosão genética e à universalização das dietas alimentares. Além de alertar para a latência de pensar-se uma agricultura planejada em pequena escala e a curto prazo, como uma alternativa mais coerente e condizente com o modo de vida camponês.

Do sétimo ao décimo primeiro trabalho de campo observamos técnicas de manejo agroecológicas nas áreas de acampamento de luta pela terra como: A utilização de maracujás inteiros entre os cachos de banana, estando estes cobertos por uma lona, para auxiliar no processo de amadurecimento da fruta. Essa técnica também pode ser utilizada para a manga, evitando assim a utilização do *carbureto de cálcio*³⁵. Em relação a coleta da água, muitos sítios agroecológicos gravataenses estão localizados em áreas que contêm nascentes, só em São Severino estão situadas 80 fontes de água potável e 40 no Assentamento Várzea Grande.

Alguns camponeses construíram barreiros, cacimbas e bicas para coletar essa água advinda das fontes, proporcionando assim um melhor manejo da terra, como também o acesso à água, fato que tornou maioria desses camponeses independentes da COMPESA (Companhia Pernambucana de Saneamento). Sobre essas tecnologias apropriadas para o armazenamento de água, veremos as fotos 14 e 15:

³⁵ Nome popular do Carbeto de Cálcio, que é um composto químico com a fórmula CaC_2 , utilizado na agricultura para amadurecer frutas. **Fonte:** PRIBERAM [Internet]. Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, acesso em 2014, Out. 10.

Foto 14: Bica produzida por camponês para coletar e distribuir água em sua unidade camponesa agroecológica. Acampamento rural, Gravatá - PE.



Fonte: Izabela Gomes, São Severino, Gravatá - PE, dezembro de 2014.

Foto 15: Cacimba feita por camponês para armazenar água em sua unidade camponesa agroecológica, São Severino, Gravatá - PE.



Fonte: Izabela Gomes, Sítio agroecológico, São Severino, Gravatá - PE, dezembro de 2014.

Nas fotos 14 e 15 verificamos o conhecimento camponês sendo posto em prática para a coleta de água. Na primeira foto a água coletada é advinda do rio Amaraji, afluente do rio Sirinhaém. A diferença entre barreiro, cacimba e bica é: O primeiro seria pequenas contenções para captação de água, já o segundo seria um

buraco cavado no solo até encontrar-se água. Enquanto o terceiro é uma queda d'água natural ou artificial advinda de uma telha, pedra, cano, mangueira... Observamos que a opção por utilizar um ou outro depende de cada camponês, que escolhe o método mais adequado de armazenar água para sua unidade produtiva.

Também vale ressaltar que tanto a bica, como o barreiro e a cacimba foram feitos, principalmente, utilizando a força humana (mãos e enxada) para cavar, além de pedras e barro dos próprios territórios para construção das paredes de contenção. Todavia em alguns casos foi preciso utilizar inicialmente um trator e também foram comprados cimento e mangueiras.

A partir dessas experiências visualizamos quanto o campesinato a partir de suas ideias e práticas contrapõem-se à lógica produtiva capitalista, que associa a agricultura à monotonia e alienação, não estimulando os processos criativos e de conhecimento sociedade-natureza. Pontuamos também o aumento da autonomia camponesa gerada pela diversidade produtiva, que baseia a alimentação dos povos camponeses, e faz com que eles precisem comprar poucos alimentos para complementar a dieta alimentar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa verificamos as diferenças existentes entre os camponeses agroecológicos gravataenses deste início de século. Tais variações advêm das condições sócio-históricas, políticas, culturais e econômicas que se transformam no espaço e no tempo. Cada um possui uma maneira de manejar a terra e de lidar com a natureza, vinculadas a seus saberes-fazer, que são constituídos a partir da negação dos ideais capitalistas, como podemos constatar nesta fala de um camponês agroecológico: "*A terra tem vida que nem a gente, a terra, a água, eu acredito nisso.*" (Sr. Balinho, agricultor agroecológico, São Severino, Gravatá - PE, 2015).

As práticas do cotidiano camponês não se fundamentam na lógica capitalista de produção, elas possuem uma lógica própria. Ao lidar com a natureza relacionando questões simbólico-culturais, o manejo da terra não se resume às técnicas de cultivo, permitindo assim que o campesinato não mercantilize a terra, a água, as plantas e os animais.

Todavia apesar dessa heterogeneidade camponesa conseguimos visualizar pontos em comum, que partem dos processos de luta pela terra, das mobilizações sociais relacionadas a disseminação das experiências agroecológicas, da busca por mais autonomia e segurança alimentar, da luta pela manutenção em seus territórios e pela resistência contra o modelo produtivo hegemônico da Revolução Verde.

Observamos que a partir do encaminhamento das experiências agroecológicas houve melhoria nas condições de vida das camponesas e camponeses agroecológicos gravataense. Primeiramente pelo acesso à terra, depois pelas: melhores condições físicas/psicológicas de trabalho, devido à ausência da exploração dos camponeses e a não utilização de agrotóxicos; diversificação produtiva e alimentar, com mais autonomia para guardar e plantar sementes crioulas tradicionais, diminuindo a dependência da compra de sementes; e aumento da renda, gerada pela comercialização direta nas feiras agroecológicas, extinguindo a presença do atravessador, que ficava com o maior valor da produção, além do consórcio com outra atividade produtiva (diarista, agente de saúde), ou aposentadoria. Assim foi gerado mais autonomia para o campesinato em relação à compra dos alimentos, que eles não produzem (sal, açúcar, café, arroz, macarrão),

bens de consumo (roupas, sapatos, motos, televisões, rádios, sofás, camas, colchões) e bens de produção (ferramentas, materiais de construção).

Essa questão é importante pois com a significativa diminuição da atmosfera de insegurança alimentar (15 relataram que passaram fome), como também a incorporação de mais alimentos nas dietas alimentares desse campesinato, foi sendo proporcionado a continuidade dos povos camponeses no campo e até mesmo migração de retorno, como vemos neste relato:

Tenho 30 anos, morei em São Paulo desde novo, enfrentava 1.600^o na siderúrgica que trabalhava. Fui auxiliar de expedição, auxiliar administrativo, coordenador administrativo e assistente operacional, mas preferi voltar para cá e ficar trabalhando na agricultura com meu pai, aqui eu tenho qualidade de vida, tô perto da minha família, aprendendo com meu pai e passando para meu filho. (Bia, Agricultor agroecológico gravataense, São Severino, Gravatá - PE, 2014).

Neste relato verificamos o fortalecimento do modo de vida camponês e a valorização do conhecimento tradicional camponês a partir do fortalecimento da Agroecologia em Gravatá - PE. Pois em meio a uma sociedade que marginaliza os modos de vida tradicionais e supervaloriza o urbano. Constatamos nesse caso um sujeito que migrou para a São Paulo em busca de melhores condições de vida e no entanto preferiu voltar para o campo gravataense. Sendo neste que ele conseguiu vivenciar essas melhoras, além de pretender dar continuidade ao trabalho realizado por sua família na unidade produtiva agroecológica, mantendo-se em seu território.

Com relação a questão da comercialização pontuamos que vale a pena comercializar os alimentos nas feiras agroecológicas de outros municípios, pois infelizmente a população gravataense não daria conta de comprar todos os alimentos produzidos pelos associados da AMA TERRA. Observamos também o protagonismo das mulheres frente os processos de produção (manejo, guardiãs de sementes crioulas, *corpus*) e comercialização dos alimentos agroecológicos. E a solidariedade camponesa referente ao aspecto de que, quando falta algum alimento na unidade camponesa agroecológica, o camponês o pega com outro para vender em sua barraca na feira agroecológica.

A maioria dos camponeses gravataenses sócios da AMA TERRA só trabalham na unidade produtiva agroecológica e não são beneficiários de políticas públicas como Bolsa Família. Possuindo uma renda média de R\$ 1.200,00, alguns são aposentados como agricultores, apenas um (1) trabalha também por diária em

uma unidade produtora de flores e uma (1) exerce também a função de agente de saúde no Assentamento rural.

Isso também foi visto com relação às sementes crioulas, muitos camponeses agroecológicos gravataense possuem "bancos" de sementes crioulas, as quais são trocadas entre eles, caso algum esteja com poucas. Esses pontos são alicerces primordiais para a conquista de mais autonomia protagonizada por esse campesinato, a partir da venda direta dos alimentos, que exclui a figura do atravessador e proporciona a geração da relação de confiança entre produtor-consumidor.

Além da diminuição significativa de compra de sementes e a preservação de variedades crioulas, algumas passadas de geração em geração, como o alho branco. Já a relação com a assistência técnica se deu, geralmente, de forma horizontal, com respeito e diálogo entre os sujeitos, sem sobreposição de conhecimentos.

A partir das respostas dos camponeses agroecológicos gravataenses aos questionamentos, contextualizamos com as questões que envolveram o surgimento, disseminação e manutenção das experiências agroecológicas em Gravatá - PE. Destacamos a multiplicidade de manejos, ideais, estratégias e as diferenças existentes entre os sujeitos sociais camponesas, assim como também as diferenças no acesso às políticas públicas e as dificuldades que são variáveis em cada unidade camponesa agroecológica, como estar habitada por apenas um sujeito ou ter dificuldade no acesso à água.

Infelizmente constatamos que desde o surgimento da Associação AMA TERRA, em 2008, houve uma diminuição dos camponeses associados, esse fato está correlacionado com o avanço da floricultura no município, que segundo alguns agricultores "*dá mais retorno*", ao tamanho pequeno de algumas unidades, que para alguns camponeses tornou-se um obstáculo à produção agroecológica. Como também as dificuldades enfrentadas durante a transição agroecológica e a especialização em uma agricultura agroecológica, que requer compromisso em não utilizar agrotóxicos. Além do fato de que recentemente a Associação AMA TERRA vem perdendo apoio por parte do município, devido a questões políticas e falta de interesse da gestão atual.

A agroecologia se configura nos 10 territórios camponeses agroecológicos de Gravatá - PE, por estar atrelada, segundo LUZZI (2007) além de uma transformação técnica, a um processo de transformação política. Contudo pontuamos que nesta pesquisa foi verificado a diminuição ou ausência da insegurança alimentar, acesso à terra, acesso à água limpa, acesso a uma dieta - alimentar variada, acesso à políticas públicas condizentes com a realidade dos beneficiados, diminuição de problemas de saúde relacionados à aplicação de agrotóxicos (cansaço, tontura, vômito, desmaio, alergias), valorização dos povos e do conhecimento tradicional camponês, mais autonomia para comercialização dos alimentos e comprar bens (de consumo e de produção), ausência da dependência da compra de insumos químicos e ausência do trabalho degradante nos latifúndios. Sendo assim constatamos que houve uma melhoria nas condições de vida desse campesinato agroecológico gravataense.

ANEXO

Na realização das entrevistas semi-estruturadas, utilizamos como roteiro durante o processo de observação-interação as seguintes questões:

- Como se deu o processo de ocupação do território?
- Desde quando esse campesinato vive em Gravatá - PE?
- Como e quando foi iniciado o processo de luta pela terra?
- Como e quando foram estabelecidos os assentamentos rurais (Perseverança e Várzea Grande) e o acampamento de São Severino?
- Como e quando foi iniciado o processo de mobilização para o desencadeamento da agricultura agroecológica?
- Quem foram os sujeitos responsáveis por essa mobilização em prol da Agroecologia?
- Como é manejada a terra?
- Há diversidade de culturas na unidade produtiva agroecológica?
- Há uma pequena criação de animais na unidade produtiva agroecológica?
- Como a diversidade foi se estruturando na estratégia camponesa?
- Há utilização de agrotóxicos?
- Há utilização de fertilizante natural e/ou adubo orgânico? De onde vêm?
- Qual é força de trabalho utilizada para manejar a terra?
- Há casas dentro dos lotes?
- Todas as unidades produtivas agroecológicas são quintais agroecológicos?
- Onde os camponeses conseguem as sementes para cultivá-las?
- Existe banco de sementes?
- Esses camponeses guardam alguma semente crioula? De que espécie?
- Há técnicas de manejo tradicionais passadas de geração em geração?
- Os camponeses agroecológicos possuem os meios de produção?
- Os camponeses agroecológicos têm dificuldade de acesso à água?

- As unidades camponesas agroecológicas gravataenses tiveram acesso à assistência técnica? De qual órgão?
- Como é comercializada a produção de alimentos? Nas feiras agroecológicas?
- São os próprios produtores que comercializam nas feiras agroecológicas?
- Existem camponeses agroecológicos que realizam a atividade de beneficiamento de alimentos?
- Qual a relação estabelecida entre os camponeses agroecológicos e a AMA TERRA (Associação das Famílias Agroecológicas do Distrito de São Severino e seus Arredores).
- Qual a relação estabelecida entre a AMA TERRA, o estado e instituições não-governamentais?
- Existe alguma Tecnologia Apropriada (T.A.) desenvolvida por esse campesinato para melhorar a produção de alimentos? Qual?
- Algum camponês trabalha em outra área, além da agricultura? Qual?

Depois de relatadas as perguntas que foram realizadas para compreendermos a realidade em estudo, associamos o histórico, a forma organizativa, as relações e interações existentes nessas unidades camponesas agroecológicas às questões:

- A partir do encaminhamento das experiências agroecológicas houve melhoria nas condições de vida desses camponeses (as)?
- Foi gerada mais autonomia para o campesinato em relação à compra de alimentos e/ou de bens de consumo, e/ou bens de produção?
- Houve aumento da "renda" familiar?
- Foi fortalecido o modo de vida camponês?
- Houve diminuição da insegurança alimentar?
- Algum camponês é/foi beneficiado por alguma política pública, como Bolsa Família por exemplo?
- Quais as dificuldades encontradas para aderir e dar continuidade ao manejo agroecológico da terra?

- Vale à pena comercializar os alimentos nas feiras agroecológicas de outros municípios? Por quê?
- Houve valorização do conhecimento tradicional camponês?
- Como se deu a relação entre os camponeses agroecológicos e os técnicos agrícolas?
- Vale à pena guardar sementes crioulas? Por quê?
- Vale à pena manejar a terra agroecologicamente? Por quê?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, M. El aporte del conocimiento local para el desarrollo rural: un estudio de caso sobre el uso de la biodiversidade en dos comunidades campesinas tradicionales del estado de Mato Grosso – Brasil, Tesis de Doctorado, Programa de Doctorado en Agroecología, Sociología y Desarrollo Rural Sostenible, Universidad de Córdoba, Córdoba, España, 2007.

ALBINATI, A. Economia e moralidade na obra de Marx: a crítica da moral utilitarista, Campinas, 2007.

ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável, *In: Reconstruindo a agricultura - Ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*, ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (Orgs.), Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

ANA. Articulação Nacional de Agroecologia. Carta política do II Encontro Nacional de Agroecologia, Recife - PE: ANA, 06 de junho de 2006.

ALTIERI, M. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária, 2002.

ALTIERI, M. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. - 5. ed. - Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

ANDRADE, Manuel Correia de. História das usinas de açúcar de Pernambuco. Recife: FJN. Ed. Massangana, 1989. 114 p. (República, v.1)

ANDRADE, Manuel C. y ANDRADE, Sandra M^a. C. de A Cana-de-Açúcar na região da mata pernambucana: reestruturação produtiva na área canavieira de Pernambuco nas décadas de 80 e 90. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 2001.

Araujo Drogaria Drugstore [Internet]. Drogaria Araujo S. A., Curitiba - PR, Brasil. [acesso em 2014, Dez. 1]. Disponível em: <http://www.araujo.com.br>

BAKHTIN, M. Estética da criação verbal. Tradução de Maria Ermantina Galvão. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

Banco Central do Brasil [Internet]. Sistema Financeiro Nacional, Ministério da Fazenda do Brasil, Governo Federal do Brasil. - [acesso em 2013, Mai. 28]. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?PRONAFFAQ>

BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. A pesquisa participante: um momento da educação popular. Rev. Ed. Popular, Uberlândia, v. 6, p.51-62. jan./dez. 2007.

BRASIL. Lei nº 8.629, de fevereiro de 1993. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília - DF, 25 fev. 1993.

BRASIL. Lei nº 9.985, de julho de 2000. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília - DF, 18 jul. 2000.

BRASIL. Decreto nº 5.746, de abril de 2006. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília - DF, 5 abr. 2006.

BOTTOMORE, T. Dicionário do pensamento marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BUCKMAN, H. O.; BRADY, N. C. The nature and properties of soils: a college text of edaphology, 6th ed. New York: McMillan, 1960.

CAMACHO, R. S.; CUBAS, T. E. A. A recriação dos territórios camponeses por meio da produção de alimentos e energia: a experiência do MPA em Frederico Westphalen-RS, AGRÁRIA, São Paulo - SP, USP, nº 15, 2011, p. 4-44.

CAPORAL, F. R. La extensión agraria del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible: el caso de Rio Grande do Sul-Brasil, Tesis de doctorado, Programa de Doctorado en Agroecología, Campesinado y Historia, Universidad de Córdoba, Córdoba, España, 1998.

CAPORAL, F. R. ; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. 3. ed. Brasília (DF): MDA/SAF/DATER, 2007. v. 4000. 166p.

CAPORAL, F. R. Em defesa de um plano nacional de transição agroecológica: compromisso com as atuais e nosso legado para as futuras gerações, Brasília: MDA: SAF: DATER IICA, 2009.

CARDOSO, I. 2015 e depois. Qual agricultura? *In*: Revista Esquerda Petista, Editora: Página 13, São Paulo - SP, nº 03, Janeiro de 2015, p.52-55.

CARVALHO, H. M. de O campesinato contemporâneo como modo de produção e como classe social, Curitiba, IAPAR, 2012.

CASADO, G. G.; SEVILLA-GUZMÁN, E. ; MOLINA, M. G. Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible, Madrid, Mundi-Prensa, 2000.

CASTELLO BRANCO, A. A produção de soja no Brasil: uma Análise Econométrica no período de 1994-2008, PUC, Campinas, São Paulo, 2008.

Centro Sabiá [Internet]. Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, organização não governamental, Recife - PE. [acesso em 2013, Nov. 3]. Disponível em: <http://centrosabia.org.br>

CHAYANOV, A. Teoria dos sistemas econômicos não-capitalistas, Daniel Thorner, Basile Kerblay, R.E.F. Smith, 1924.

CODEX ALIMENTARIUS COMMISSION. Codex guidelines for the production, processing, labelling and marketing of organically produced foods: CAC/GL.32 – 1999, Rev. 1 – 2001. Rome: FAO, WHO, 2001. 73 p. [acesso em 2014, Mar. 10]. Disponível em: <http://www.fao.org/codex/standard/en/CGX032e.pdf>

COSTABEBER, J. A. Acción colectiva y procesos de transición agroecológica en Rio Grande do Sul, Brasil, Tesis de Doctorado, Programa de Doctorado en Agroecología, Campesinado y Historia, Universidad de Córdoba, Córdoba, España, 1998.

CUNHA, A. S. Migração de retorno num contexto de crises, mudanças e novos desafios. *In.*: Anais Encontro ABEP (Associação Brasileira de Estudos Populacionais), 2000.

DELGADO, G. C. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. *In.*: JACCOUD, L. Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo. Brasília: Ipea, 2005. p. 51-90.

DELFIN NETO, A. Problemas econômicos da agricultura brasileira. Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP – Boletim, n. 46, Cadeira XXV. São Paulo, 1963, 298p.

DE MARCOS, V. Agroecologia e campesinato: uma nova lógica para a agricultura do futuro, AGRÁRIA, São Paulo, nº 7, pp. 182-210, 2007.

Diario de Pernambuco [Internet]. Jornal Diario de Pernambuco, Diários Associados, Recife - PE, Brasil [acesso em 2014, Nov. 16]. Disponível em: <http://www.diariodepernambuco.com.br>

Dicionário de educação do campo. Org. Roseli Caldart et al. São Paulo, Ed. Expressão Popular, 2012.

DIEGUES, A.; ARRUDA, R. Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil, Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.

DIEGUES, Antonio Carlos. O mito da natureza intocada. São Paulo: Hucitec, 1996.

EDUARDO, M. F. Transformando terra em território: construção e dinâmica do sistema local territorial agroecológico em Francisco Beltrão, Paraná, Tese de

Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Geografia, FCT/UNESP, Presidente Prudente, São Paulo, 2014.

ENGELS, F. A dialética da natureza, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979.

FERNANDES, B. M. MST: Formação e territorialização. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

FERNANDES, B. M. Da “clonagem” à “autofagia”: o dilema da reforma agrária no Brasil. Presidente Prudente, 2006. (Mimeogr.).

FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia de territórios, UNESP, Presidente Prudente - SP, 2008.

FIGUEIREDO, M. A. B. Una estrategia de desarrollo local desde las experiencias agroecológicas de la región cañera pernambucana - Brasil, Tesis de Doctorado, Programa de Doctorado en Agroecología, Universidad de Córdoba, Córdoba, España, 2010.

FIGUEIREDO, M. A. B. Reflexões a respeito do movimento agroecológico em Pernambuco *In: Agroecologia e movimentos sociais / Abdalaziz de Moura... [et al.] ; TAVARES DE LIMA, J. R. (Org.). - Recife: Bagaço, 2011, p.16-38.*

FIGUEIREDO, M. A. B. Considerações sobre o processo histórico de constituição do Centro Sabiá *In: Agroecologia e movimentos sociais / Abdalaziz de Moura... [et al.] ; TAVARES DE LIMA, J. R. (Org.). - Recife: Bagaço, 2011, p. 257-272.*

Florestas de Jussará [Internet] Reserva florestas de jussará, Gravatá - PE - Brasil. [acesso em 2014, Set. 30]. Disponível em: <http://www.florestasdejussara.com.br>

FOUCAULT, Michel. Arqueologia do saber. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

FUNDAJ [Internet]. Fundação Joaquim Nabuco, Desenvolvimento com educação, Recife - PE. [acesso em 2014, Nov. 19]. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br>

FURLAN JÚNIOR, J. Dendê: manejo e uso dos subprodutos e dos resíduos. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2006.

GARCIA JR. A.; HEREDIA, B. Campesinato, família e diversidade de explorações agrícolas no Brasil *In: Diversidade do campesinato: expressões e categorias, v. 2: estratégias de reprodução social/ Emilia Pietrafesa de Godoi, Marilda Aparecida de Menezes, Rosa Acevedo Marin (orgs.) – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF : Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.*

GEHLEN, I. Políticas públicas e desenvolvimento social rural, São Paulo em Perspectiva, São Paulo, 18(2): 95-103, 2004.

GEORGE, P. Geografia agrícola do mundo, Rio de Janeiro, BERTRAND BRASIL S.A., 1991.

GLIESSMAN, S. R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável, Porto Alegre, UFRGS, 2001.

GONÇALVES, S. Campesinato, resistência, emancipação: o modelo agroecológico adotado pelo MST no estado do Paraná, Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Geografia, UNESP, Presidente Prudente, São Paulo, 2008.

GONZÁLEZ DE MOLINA, M. Las experiencias agroecológicas y su incidencia en el desarrollo rural sostenible: la necesidad de una agroecología política, 2013, *In*: SAUER, S; BALESTRO, M, (Orgs.), Agroecologia e os desafios da transição agroecológica, 2ª ed., São Paulo: Expressão Popular, 2013.

GRAZIANO DA SILVA, J. A modernização dolorosa. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1982.

GUDEMAN, S. The demise of a rural economy. London: Menley/Boston: Routledge & Kegan Paul, 1978.

GUIMARÃES, A. P. O complexo agroindustrial. Revista Reforma Agrária, ano 7, n. 6, nov./dez. 1977.

HAESBAERT, R. Territórios alternativos, São Paulo: Contexto, 2006.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2011.

HECHT, S. A evolução do pensamento agroecológico, Guaíba: Agropecuária, 2002.

HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio; CINTRÃO, Rosângela (Coord.). Os impactos regionais da reforma agrária: um estudo sobre áreas selecionadas. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ-Nuap/PPGAS/UFRRJ, 2001. 215f. mimeografado.

HOFFMANN, R. ; NEY, M. G. Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil, grandes regiões e unidades da Federação (de 1970 a 2008), Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

IBGE [Internet]. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Brasil. [acesso em 2014, Set. 29]. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>

INCRA [Internet]. INCRA: Cidadania e reforma agrária. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Governo Federal do Brasil. [acesso em 2014, Set. 22]. Disponível em: <http://www.incra.gov.br>

JESUS, E. L. Diferentes abordagens de agricultura não convencional; História e Filosofia. *In*: Aquino, A. M. e Assis, R. L. (Org.) Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. 1ed. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2005, p. 21- 48.

KAUTSKY, K. A questão agrária. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

KAYSER, B. O geógrafo e a pesquisa de campo. Seleção de Textos. São Paulo, n. 11, agosto, 1985, p. 25-40.

KHATOUNIAN, C. A reconstrução ecológica da agricultura, Botucatu: Agroecológica, 2001.

LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental, Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v.3, n.1, jan./mar.2002.

LÊNIN, V. I. Obras escogidas, Moscú: Editorial Progreso, 1961.

LEONEL, Junia Conceição. Quintais para a vida: agroecologia e convivência com o semi-árido. Fortaleza: CETRA, 2010. 60 p.

LUZZI, N. O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais, Rio de Janeiro, UFRRJ, 2007.

MACHADO, C. et. al. Abordagem sistêmica e integrada do espaço rural: uma proposta metodológica na escala do local, Anais XVIII CIC, UFPel, Pelotas - RS, 2009.

MALUF, R. S. MENEZES, F. Caderno “segurança alimentar”, Montpellier: Fondation Charles Léopold Mayer pour le Progrès de l'Homme, Red Agriculturas Campesinas, Sociedades y Globalización (APM), 2001.

MARANGONI, A. M. C. Questionários e entrevistas - algumas considerações. *In*: VENTURI, L. A. B. (Org.) Praticando a geografia: técnicas de campo e laboratório em geografia e análise ambiental. São Paulo: Oficina de textos, 2005, p. 167-174.

MARTINS, J. S. de Os camponeses e a política no Brasil. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

MARX, K. O capital: crítica da economia política, EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S.A., Rio de Janeiro, 1980.

MEDEIROS, L, LEITE, S. Os impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais, Rio de Janeiro, 1998.

MENDONÇA, M. R. Experiências agroecológicas no Cerrado em Goiás: o cultivo de sementes crioulas como estratégia de reprodução camponesa *In*: MENDONÇA, M. R. (Org.) Agroecologia: práticas e saberes, 2 ed. - Catalão: Gráfica Modelo, 2012.

MENDRAS, H. Sociedades camponesas, Rio de Janeiro, ZAHAR EDITORES, 1978.

MILL, J. S. Princípios de economia política com algumas de suas aplicações à filosofia social. Trad.: Luiz João Baraúna. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Controle social na venda direta ao consumidor de produtos orgânicos sem certificação. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, Governo Federal do Brasil, 1ª edição. Esplanada dos Ministérios, Brasília - Mapa/ACS, 2008.

Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica. Programa de ação econômica do governo: 1964-1966, Governo Federal do Brasil. Editora: EPEA, 1964.

Ministério do Trabalho e Emprego [Internet]. MTE, Governo Federal do Brasil, Esplanada dos Ministérios, Brasília - DF. [acesso em 2014, Nov. 18]. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/portal-mte>

MINTZ, S. W. O poder amargo do açúcar: produtores escravizados, consumidores proletarizados. (Org.) Christine Rufino Dabat. Recife: Editora Universitária UPFE, 2003.

MOREIRA, C. Vida e luta camponesa no território: casos onde o campesinato luta, marcha e transforma o território capitalista, Tese de Doutorado, UFMG, Belo Horizonte - MG, 2008.

MOREIRA, R. Sociedade e espaço geográfico no Brasil: constituição e problemas de relação, São Paulo: Contexto, 2011.

MOREIRA, R. M.; CARMO, M. S., Agriculturas de São Paulo, São Paulo, v. 51, n. 2, 2004, p. 37-56.

MONTEIRO FILHA, M. J. AMA-Gravatá: uma estratégia de associativismo, de agroecologia, educação ambiental e desenvolvimento local Pernambuco (BR), Dissertação de Mestrado, POSMEX, UFRPE, Recife, 2008.

MOURA, A. de Contribuições do SERTA para a agroecologia no estado de Pernambuco *In*: Agroecologia e movimentos sociais / Abdalaziz de Moura... [et al.] ; TAVARES DE LIMA, J. R. (Org.). - Recife: Bagaço, 2011, p.169-182.

Mundo Educação [Internet]. Portal R7: R7 educação, São Paulo - SP, Brasil. [acesso em 2014, Set. 2]. Disponível em: <http://www.mundoeducacao.com>

NAVARRO, Z. Agroecologia: as coisas em seu lugar (A agronomia brasileira visita a terra dos duendes), COLOQUIO - Revista de Desenvolvimento Regional - Faccat - v. 10, n. 1, jan./jun. 2013.

NOZOE, N. Sesmarias e apossamento de terras no Brasil colônia, Revista Economia, Universidade de São Paulo (FEA-USP), São Paulo - Brasil, Set/Dez 2006.

OLIVEIRA, A. U. de A agricultura camponesa no Brasil, São Paulo, Contexto, 1991.

OLIVEIRA, A. U. de A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária, Estudos Avançados 15 (43), São Paulo, 2001.

OLIVEIRA, A. U. de Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária. São Paulo: Labur Edições, 2007.

Palácio do Planalto [Internet]. Presidência da República do Brasil, Governo Federal do Brasil, Brasília - DF. [acesso em 2014, Dez. 1]. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br>

PALERM, A. Antropólogos y campesinos: los límites del capitalismo. Antropología y Marxismo, México: Nueva Imagem, 1980.

PALMEIRA, M. Modernização, estado e questão agrária, Estudos Avançados, Rio de Janeiro, 1989.

PEREIRA, M.; MELLO, Y. Projetos globais e resistências locais: pescadores artesanais e unidades de conservação no litoral, Rio de Janeiro – Brasil. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 24, Editora UFPR, jul./dez. 2011, p. 137-150.

PEREIRA, M. Revolução verde *In*: CALDART, R. et al. (Org.) Dicionário de educação do campo, São Paulo, Ed. Expressão Popular, 2012.

PETERSEN, P. Olhares sobre a agroecologia emergente no Rio de Janeiro, *In*: AARJ. Caminhos agroecológicos do Rio de Janeiro: caderno de experiências agroecológicas, 1ª ed. Editora: AS-PTA, Rio de Janeiro - RJ, 2014.

PETERSEN, P.; ALMEIDA, S. G. Rincões transformadores: trajetórias e desafios do movimento agroecológico brasileiro: uma perspectiva a partir da Rede PTA (versão provisória). Rio de Janeiro, 2004, 53 p.

PETERSEN, P.; SCHMITT, C. Transição agroecológica: revisitando o conceito a partir das experiências desenvolvidas por camponeses e agricultores familiares no Semi Árido brasileiro e em ambientes de agricultura modernizada no Sul do Brasil. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 4, 2009, p. 178 -182.

PLEKHANOV, G. V. *Cuestiones fundamentales del marxismo*, Barcelona: Fontamara, 1976, *apud* SEVILLA-GUZMÁN, E.; MOLINA, M. *Sobre a evolução do conceito de campesinato*, São Paulo: Expressão Popular, 2013.

PLOEG, J. D. van der, et al. Rural development: from practices and policies towards theory, in *Sociologia Ruralis*, Vol 40, nº 4, Outubro, pp 391-408, 2000.

PLOEG, J. D. van der *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PORTO-GONÇALVES, C. W. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2006.

PRADO Jr., C. (1960). Contribuição para análise da questão agrária no Brasil. *In*: VEIGA, José Eli da. (Org.). *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 2000, p. 15-85.

PRIBERAM [Internet]. *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*, Priberam Informática S.A. Brasil. [acesso em 2014, Out. 10]. Disponível em: <http://www.priberam.pt/dlpo>

PRIMAVESI, A. *Manejo ecológico do solo: a agricultura em regiões tropicais*, São Paulo, Nobel, 2002.

Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea, Pernambuco, diagnóstico do município de Gravatá. Ministério de Minas e Energia, Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, CPRM, PRODEEM, Recife - PE, Outubro, 2005.

RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, F. *Geografia do homem (antropogeografia)*. *In*: MORAES, Antônio Carlos Robert (Org.). *RATZEL: Geografia*. São Paulo: Ática, 1990.

República dos ruralistas [Internet]. *República dos ruralistas*, Brasil. [acesso em 2015, Mai. 20]. Disponível em: <http://www.republicadosruralistas.com.br>

Rete Radié Resch [Internet]. *Associazione di solidarietà internazionale*, Itália. [acesso em 2014, Set. 12]. Disponível em: <http://www.reterr.it>

RODA, S. A. et al. Aves do engenho Jussará, Gravatá, Pernambuco, Série Relatórios da Avifauna, N^o 08, CEPAN, Recife, maio de 2005.

SALHINS, M. La première société d'abondance, temps modernes, 1968, *apud* MENDRAS, H. Sociedades camponesas, Rio de Janeiro, ZAHAR EDITORES, 1978.

SCHMITT, C. J. Sociedade, natureza e desenvolvimento sustentável: uma abordagem preliminar. Porto Alegre: PPGS/UFRGS, março 1995.

SCHMITT, C. J. Tecendo as redes de uma nova agricultura: um estudo socioambiental da região serrana do Rio Grande do Sul, Tese de Doutorado, Programa de Doutorado em Sociologia, UFRGS, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, 2003.

SCHMITT, C. J. Aquisição de alimentos da agricultura familiar: integração entre política agrícola e segurança alimentar e nutricional. Revista de Política Agrícola, Ano XIV, n. 2, 2005.

SERTA [Internet]. Serviço de Tecnologia Alternativa, Ibimirim - PE. [acesso em 2014, Set. 12]. Disponível em: <http://www.serta.org.br>

SEVILLA-GUZMÁN, E. Agroecología y agricultura ecológica: hacia una "re" construcción de la soberanía alimentaria, Agroecología, PNUMA/Mundi-Prensa/ Universidad de Córdoba, España, 2006.

SEVILLA-GUZMÁN, E. Origem, evolução e perspectivas do desenvolvimento sustentável, *In*: Reconstruindo a agricultura - Ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável, ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (Orgs.), Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SEVILLA-GUZMÁN, E.; GONZALEZ DE MOLINA, M. Sobre a evolução do conceito de campesinato, São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SHANIN, T. Peasants and peasant societies, Harmondsworth: Penguin Books, 1971 *apud* SEVILLA-GUZMÁN, E.; MOLINA, M. Sobre a evolução do conceito de campesinato, São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SHIVA, V. Monoculturas da mente, Gaia: Brasil, Rio de Janeiro, 2003.

SILVA, A. D. da Da tecnologia alternativa à Agroecologia: a contribuição das organizações populares de Pernambuco para a mobilização e ação em redes, *In*: Agroecologia e movimentos sociais / Abdalaziz de Moura... [et al.] ; TAVARES DE LIMA, J. R. (Org.). - Recife: Bagaço, 2011, p.39-68.

SILVA, E. A. Inserção dos agricultores de base familiar no mercado da agricultura orgânica: o caso da Associação dos Amigos do Meio Ambiente - AMA/ Gravatá - PE, Dissertação de Mestrado, UFPE, Recife, 2005.

SILVA, J. M. Análise do discurso e pesquisa qualitativa na Geografia, *In*: RAMIRES, J.; PESSÔA, V. (Organizadores) Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação, Uberlândia: Assis, 2009, p. 91-122.

SILVEIRA, L. M. da A construção de territórios camponeses, *Revista Agriculturas: experiências em agroecologia*, v. 7 - nº 1, AS-PTA, Rio de Janeiro - RJ, março de 2010, p. 04-06.

SMITH, N. Desenvolvimento desigual. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOSA, B. ; JAIME, A. ; LOZANO, D. ; ROSSET, P. Revolução agroecológica: o Movimento de Camponês a Camponês da ANAP em Cuba, São Paulo, 2012.

SPU [Internet]. Secretaria do Patrimônio da União, Ministério da Planejamento, Orçamento e Gestão, Governo Federal do Brasil, Esplanada dos Ministérios, Brasília - DF. [acesso em 2014, Nov. 28]. Disponível em: <http://patrimoniode todos.gov.br>

STEDILE, J. P. (Org.) A questão agrária no Brasil: o debate tradicional 1500-1960. São Paulo: Expressão popular, 2005. p. 15-31.

SWYNGEDOUW, E. Globalisation or “glocalisation”? Networks, territories and re-scaling, 2003.

TAVARES DE LIMA, J. R. Sombras y silencios en la educación de campo en Brasil: un estudio de caso desde un asentamiento de reforma agraria en Pernambuco, Tesis de Doctorado, Programa de Doctorado en Recursos Naturales y Sostenibilidad (Agroecología), Universidad de Córdoba, Córdoba, España, 2012.

Táxeus [Internet] Táxeus listas de espécies. Brasil. acesso em 2015, Jun. 3. Disponível em <http://www.taxeus.com.br>

TOLEDO, V. A racionalidade ecológica da pequena produção camponesa. Agroecologia e Desenvolvimento, UFF, laudo multidisciplinar e termo de cooperação técnica para a convivência harmoniosa de assentamentos rurais no entorno da reserva biológica de Poço das Antas, 2002.

TOMICH et al. Agroecology: a review from a global-change perspective, the annual review of environment and resources, by University Van Amsterdam, august 2011.

VIA CAMPESINA. Género: documento de la III Conferencia Internacional de Via Campesina, 2002. acesso em 2014, Mar. 30. Disponível em <http://www.viacampesina.org>.

WHITAKER, D. C. A, et al. A transcrição da fala do homem rural: fidelidade ou caricatura. *In*: WHITAKER, D. C. A. Sociologia rural: questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau: Letras a Margem, 2002, p.115-120.

WOORTMANN, K. Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral. Rio de Janeiro: Edunb/Tempo Brasileiro, 1990.